

NARA SALETTO

SOBRE POLÍTICA CAPIXABA  
NA PRIMEIRA REPÚBLICA



Coleção Canaã

26

**PAULO CESAR HARTUNG GOMES**

*Governador do Estado do Espírito Santo*

**CÉSAR ROBERTO COLNAGO**

*Vice-governador do Estado do Espírito Santo*

**JOÃO GUALBERTO MOREIRA VASCONCELLOS**

*Secretário de Estado da Cultura*

**RICARDO SAVACINI PANDOLFI**

*Subsecretário de Gestão Administrativa*

**CILMAR CESCINETTO FRANCESCHETTO**

*Diretor Geral do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*

**AUGUSTO CÉSAR GOBBI FRAGA**

*Diretor Técnico Administrativo*

*Arquivo Público do Estado do Espírito Santo  
Rua Sete de Setembro, 414 - CEP: 29.015.905  
Centro - Vitória - ES - 27 3636-6100  
[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)*



Coletção Canaã

26

NARA SALETTO

# SOBRE POLÍTICA CAPIXABA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

*Vitória, 2018*

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
APEES

© Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

**Conselho Editorial**

*Cilmar Franceschetto*  
*João Gualberto Vasconcellos*  
*José Antônio Martinuzzo*  
*Michel Caldeira de Souza*  
*Rita de Cássia Maia e Silva Costa*  
*Sergio Oliveira Dias*

**Projeto Gráfico e Capa**

*Alexandre Alves Matias*

**Impressão e Acabamento**

*Gráfica Dossi*

**Coordenação Editorial**

*Cilmar Franceschetto*

**Coordenação de Arte**

*Sergio Oliveira Dias*

**Revisão Ortográfica**

*Fernando Achiamé*

**Ilustração da capa:** Coleção Jerônimo Monteiro; Visita do Dr. J.J. Seabra à cidade de Vitória quando de viagem para a Bahia a fim de assumir a presidência daquele estado; Data: 1908-1912 - JM 283.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca de Apoio Maria Stella de Novaes - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Brasil - Ficha catalográfica elaborada por Ana Carolina Médici.

---

S163s

Saletto, Nara

Sobre política capixaba na primeira República / Nara Saletto.

Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018.

232 p.: il. ; 21 cm. -- (Coleção Canaã, v. 26).

ISBN 978-85-98928-25-8

1. História – Espírito Santo. 2. Política – Espírito Santo 3. Primeira República – Espírito Santo I. Título.

CDD – 981.00498152

# Sumário

<i>Apresentação</i>	7
<i>Prefácio</i>	13
<i>Esclarecimento</i>	17
<b>Governos capixabas na Primeira República</b>	<b>23</b>
<b>Partidos políticos e eleições no Espírito Santo da Primeira República</b>	<b>111</b>
<b>A oligarquia capixaba</b>	<b>151</b>
<b>Relação dos políticos capixabas de nível estadual e federal na Primeira República</b>	<b>169</b>
<i>Período de liderança de Muniz Freire e do Partido Republicano Construtor (1892-1906)</i>	<b>170</b>
<i>Período de Liderança dos Monteiro (1908-1920)</i>	<b>182</b>
<i>Anos 1920</i>	<b>189</b>
<b><i>Referências bibliográficas e fontes</i></b>	<b>216</b>



## Apresentação do Governador

O livro “Sobre a Política Capixaba na Primeira República” é uma obra-prima da historiografia em nosso Estado. Nara Saletto, em três seções muito bem articuladas e complementares, faz um preciso e fundamentado diagnóstico dos cenários político, eleitoral e partidário dos anos que constituíram a experiência inaugural do republicanismo entre nós.

“A instalação da República desencadeou um processo de grande instabilidade política e intensa luta pelo poder em todos os níveis, do federal ao municipal, envolvendo os diversos grupos políticos, tanto os que participavam do poder ao tempo da monarquia, quanto os republicanos e os militares, estes últimos recém-chegados à cena política com grande força, como autores do movimento que pusera fim à monarquia.” Essa breve passagem mostra a complexidade do ambiente em que se desenrolaria a era estudada pela autora.

Outros relatos mostram o quão desafiante era o cenário político capixaba, internamente e em relação ao país, com respeito à dinâmica local que a República viria a exigir e fomentar: “desde 1836, o Espírito Santo não havia conseguido eleger um só representante seu no Senado”; “quanto aos presidentes da província, basta dizer que, somente durante a década de 1880, o Espírito Santo teve dez deles. Eram também pessoas de fora, que faziam carreira política, e o cargo de presidente de província constituía um escalão dessa carreira. Muitos presidiram várias províncias”.

As articulações políticas e os posicionamentos das “oligarquias”, a formação dos arcabouços legal e institucional republicanos, as experiências governamentais, os processos eleitorais, os arranjos partidários, enfim, tem-se aqui uma descrição tão breve e sucinta quanto profunda, densa e acurada de uma época que, marcando a transição do Império à República, menos que com rompimentos

operou mais com reacomodações dos tradicionais agentes de poder operantes.

Outro dado da riqueza deste livro é que a análise de cena espírito-santense é competentemente articulada às contingências do ambiente político-institucional do País, este também analisado de forma lúcida e assertiva nesta obra. Destaca-se, ainda, a análise objetiva da atuação de personalidades importantes à incipiente vida republicana capixaba, como Afonso Cláudio, Muniz Freire e Jerônimo Monteiro, não obstante seja o estudo do período em foco todo ele marcado pelo zelo investigativo e pela qualidade historiográfica, como já afirmamos.

Nesse sentido, a autora nos brinda com detalhes reveladores acerca da dinâmica política, seja de partidos, seja de processos eleitorais, assim como constrói um quadro – a “Relação dos Políticos Capixabas de Nível Estadual e Federal na Primeira República” – de quem era quem no jogo de poder político capixaba, incluindo suas origens geográficas, familiares e laborais, além de filiações ideológicas.

Conforme sempre salientamos, a memória é importante não só para que se registrem os passos de uma caminhada, mas fundamentalmente para que compreendamos as raízes do nosso presente, com suas potencialidades, desafios e questões, habilitando-nos a projetar e construir um futuro ímpar no que diz respeito à vida democrática, republicana, enfim, cidadã, entre nós. Nesse sentido, este livro oferece elementos essenciais.

***Paulo Hartung***

*Governador do Estado do Espírito Santo (2003-2010/2015-2018)*

## Apresentação do Secretário

O Espírito Santo ganhou importância na economia e na vida social brasileira quando ingressou na economia do café, na segunda metade do século XIX, período em que as elites do império viram-se forçadas a substituir o trabalho escravo por aquele dos emigrantes europeus. Com o café e a imigração iniciamos o ciclo que iria vencer o chamado marasmo a que se referem os que estudaram a economia colonial em terras capixabas.

Mas, foi sem dúvida com o advento da república, em 1889, que as elites regionais brasileiras – os coronéis existentes em cada um dos estados federados – ganharam a autonomia suficiente para construir projetos econômicos e políticos próprios. Ao contrário da inexistente política colonial, e da provincial, sempre subalterna aos desejos dos jogos de poder do imperador e da corte. A partir de então foram sempre muito movimentadas as disputas locais de poder. E não foi diferente no Espírito Santo, desde o início da república. Assim, depois de longo período sem exercício de atividades políticas como as entendemos hoje, chegamos finalmente ao campo das disputas regionais de poder.

A coleção Canaã no Arquivo Público do Espírito Santo – sob a direção do competente Cilmar Franceschetto – tem publicado pesquisas muito interessantes que vem em muito ajudando a elucidar essa inflexão, esse ganho de autonomia, que nos trouxe no Espírito Santo o café e a inserção produtiva da mão de obra europeia, com destaque especial para italianos e germânicos. Mas os africanos e os indígenas também tem sido objeto das publicações. Em seu conjunto as obras vão mostrando aos capixabas de hoje nossa trajetória histórica e social. Mais do que isso, vem construindo um olhar denso sobre os pilares sobre os quais estamos construindo nossa identidade.

Mas, nesse esforço de compreensão da nossa história, a publicação dessa obra da professora Nara Saletto tem importância

muito especial. Afinal trata-se de pesquisadora de renome, com uma vida dedicada ao estudo profundo, denso, da nossa política na chamada República Velha. Sua obra nesse campo é do conhecimento de todos os que se dedicam a estudar o Espírito Santo no viés histórico e social. Suas pesquisas iluminam muitos caminhos intelectuais relevantes.

Conheci a professora Nara na área de história da Universidade Federal do Espírito Santo, em bancas de mestrado no campo da história política republicana do nosso Estado. Naquelas oportunidades cada fala sua me encantava, não só pelo conteúdo erudito, mas também pelas demonstrações de conhecimento por menorizado de nosso passado. Tudo o que demonstrava saber do nosso movimento republicano em suas primeiras décadas me parecia extraordinário. As orientações sólidas conferiam ao trabalho de seus orientandos uma qualidade invejável. Verdadeira mestra por décadas, deixou linha de pesquisa consolidada sobre a primeira república no Espírito Santo. Hoje afastada das lides diárias do ensino, deixou sua marca de qualidade a tudo o que fez, a todos a quem conquistou com seu saber.

Portanto, não me causou surpresa ler os originais desse seu novo trabalho. Sua qualidade já era esperada por mim. Os nexos feitos entre os movimentos políticos das oligarquias regionais e a cena política nacional são esclarecedores. Nesse campo, o esforço intelectual presente na pesquisa ora publicada, contribui muito para a compreensão da enorme instabilidade da implantação do novo regime entre os capixabas. Afinal o mesmo se passava no Rio de Janeiro, capital da República, e tinha desdobramentos regionais importantes. A relação entre os dois níveis de governo nem sempre é feita pelos historiadores regionais, e deixa claro muitos elementos pouco conhecidos entre nós.

A forma como Nara Saletto descreve as chamadas oligarquias regionais, detalhando de forma clara suas disputas internas – e as mesquinhas e pequenas querelas que a marcaram – são uma

boa contribuição a um assunto tratado com certa formalidade em outras fontes. Ela aborda por exemplo a disputa no clã dos Monteiros, a briga enorme existente entre Jerônimo e Bernardino, de uma forma rara entre os estudiosos daquela época, ou a emergência de Florentino Avidos, cunhado de ambos. A intrincada força política de Muniz Freire também é esclarecida durante o trabalho e certamente ajudará bastante aos novos pesquisadores da área. Ou seja, são extensas as contribuições que temos no livro. Vale muito a pena lê-lo. Foi importante para o governo estadual publicá-lo.

Enfim, tenho imenso orgulho em, como Secretário de Estado da Cultura, ter podido contribuir para trazer à luz do dia esse importante trabalho. Ele tem muito a contribuir no esforço que temos feito para construir um saber, um conhecimento sólido, sobre o que se passa e se passou na política capixaba. E Nara Saletto é uma escritora que não poderia deixar de ser publicada.

***João Gualberto M. Vasconcellos***

*Secretário de Estado da Cultura*



## Prefácio

Os trabalhos de pesquisa e os cursos realizados pela professora Nara Saletto, cujos conteúdos agora se transformam em livro, representam um esforço para disponibilizar para um público mais amplo aspectos da história política do Espírito Santo e uma contribuição para os debates historiográficos relativos à Primeira República.

A historiografia sobre a Primeira República nos anos 90 foi marcada pela tendência de rever o papel das oligarquias consideradas dominantes (a paulista e a mineira) e pelo resgate da experiência das demais oligarquias regionais. Já nos anos 80 apareceram os primeiros estudos que propunham uma revisão do papel de São Paulo e Minas no contexto da Federação brasileira. Os trabalhos de Kugelmas (1986), Martins Filho (1987) são exemplos dessa orientação.

Eduardo Kugelmas (1986) relativizou a ideia da hegemonia paulista, chamando a atenção para conflitos setoriais e regionais, e defendeu uma revisão profunda da ideia de existir um controle simples e direto de São Paulo e dos interesses cafeeiros sobre a política econômica do governo federal.

Já a atuação de Minas e da oligarquia mineira foi objeto de uma reflexão por Amílcar Martins Filho que discutiu a natureza da economia mineira no final do século XIX e inícios do século XX e a relação entre café e política (Martins Filho, 1987). Para o autor, longe de representar o interesse dos cafeicultores, o chamado *estilo mineiro de fazer política* deve ser visto como fruto da crise da cafeicultura, ou seja, como produto combinado, de um lado, da ausência de qualquer hegemonia econômica no estado e, de outro, da presença de uma elite política capaz de costurar divergências e usar a máquina do governo como instrumento de dominação e cooptação políticas.

Nos anos 90, e especialmente já na virada do século, uma leva de novos trabalhos vai aprofundar essa discussão, chamando atenção para a complexidade do pacto oligárquico e para a impor-

tância da análise dos demais estados no jogo federativo. As contribuições de Ferreira, M. (1994), Enders (1993), Freire (2000), Viscardi (2001) foram pesquisas que trouxeram contribuições inovadoras para a revisão de teses clássicas sobre a Primeira República.

No que diz respeito à posição de Minas Gerais, Claudia Viscardi questionou a tese segundo a qual a estabilidade do regime esteve fundamentada na edição de uma aliança estabelecida entre São Paulo e Minas com base na cafeicultura. Anteriormente, a historiadora francesa Armelle Enders havia ressaltado, em sua análise sobre o federalismo brasileiro no período, a inexistência de uma solidez na aliança entre esses dois estados até 1920, uma vez que o Rio Grande do Sul, em algumas conjunturas importantes, apresentou-se como um parceiro preferencial para os mineiros (Enders, 1993). Viscardi mostrou que a aliança entre Minas e São Paulo foi evitada de conflitos, e o pacto instituído a partir de 1898, denominado *Política dos Governadores*, não eliminou o grau de incerteza do sistema político vigente. No seu entender, a estabilidade do modelo político foi garantida pela ausência de alianças monolíticas permanentes, ou seja, graças à instabilidade das alianças entre os estados mais importantes da Federação, fato que impediu, a um só tempo, que a hegemonia de uns fosse perpetuada e a exclusão de outros fosse definitiva.

Uma segunda linha de trabalhos destaca as dinâmicas específicas de diferentes unidades da Federação e do Distrito Federal e suas estratégias para ampliarem seus espaços políticos no contexto de federalismo desigual por meio de tentativas de estruturação de eixos alternativos de poder. Esses estudos vêm responder à necessidade do desenvolvimento de análises priorizando o desempenho de outras unidades da Federação brasileira na Primeira República. São os casos dos estudos produzidos por Marieta de Moraes Ferreira (1994). Merece destaque o livro *Em busca da idade do ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República*, no qual a autora defende a existência de esforços, ao longo do período, para a criação de

um eixo alternativo de poder à aliança São Paulo-Minas Gerais, nos quais o estado do Rio teve papel relevante. A dificuldade de sucesso dessas iniciativas deve-se a fatores como a fragmentação das elites políticas fluminenses, as dificuldades de institucionalização da vida partidária, a forte tendência observada de personificação da política fluminense, a tendência à nacionalização, pela proximidade do Distrito Federal, e a ausência de uma efetiva integração entre os setores produtivos e o governo do estado em torno de um programa econômico que dinamizasse a economia fluminense.

A busca de um espaço de poder alternativo a Minas e São Paulo também é abordada por Vera Lúcia Bogéa Borges no livro *Morte na República: os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915)*. Seu trabalho descortina as relações políticas e a ação dessa importante liderança do estado do Rio Grande do Sul, que alcançou significativa ascendência nas negociações parlamentares nacionais (Borges, 2004).

É igualmente importante assinalar as contribuições voltadas para a análise da dinâmica política na capital da República – a cidade do Rio de Janeiro – proporcionadas pelos trabalhos de Américo Freire (2000) e Surama Conde Sá Pinto (2002, 2011). Esses estudos revestem-se de particular importância, porque o fato de a cidade do Rio ter sediado a capital do país fez com que sua história política fosse confundida com a história política nacional. Além disso, o Rio de Janeiro era na Primeira República um dos mais importantes centros urbanos, econômicos e financeiros do país, e o único município brasileiro com representação no Congresso.

Nos últimos anos, novas contribuições sobre as oligarquias de segunda grandeza dominantes nas demais unidades da Federação têm surgido: são os trabalhos de Gunter Axt (2011), sobre o Rio Grande do Sul; José Edson de Arruda Fanaia (2010), sobre Mato Grosso; Silvia Noronha Sarmento (2011), Antônio Luigi Negro e Jonas Brito (2013) sobre a Bahia; e Leandro Quintão (2016) sobre o Espírito Santo.

Os estudos mencionados revelam que a relação entre poder central e poder local sofreu constantes deslocamentos ao longo do período, que a baixa institucionalização partidária fomentou a formação de partidos políticos personificados, que a terra assumiu papel de destaque como instrumento de barganha e obtenção de apoio político e que a tribuna do Parlamento federal foi estrategicamente utilizada para a nacionalização dos problemas estaduais. Foi destacado também os esforços que as oligarquias de segunda grandeza realizaram para ocupar uma melhor posição no federalismo brasileiro do período, bem como as dificuldades, oposições e obstáculos enfrentados tanto na política estadual quanto na esfera federal.

As análises de Nara Saletto, apoiadas em importante pesquisa documental, apresentam subsídios para a relativização da ideia de que houve um congelamento dos conflitos políticos, restringindo a alternância dos grupos no domínio das situações estaduais, a partir da instalação da *Política dos Governadores* em 1898, bem como os esforços dos grupos dominantes capixabas para conquistarem novos espaços de poder. Assim, seu livro vem se somar aos estudos que propõem uma renovação da historiografia da Primeira República ao analisar o jogo político local e as lutas travadas para garantir um espaço de maior relevância do Espírito Santo no cenário nacional. Por tudo isso, recomendo a sua leitura para todos os interessados na história política brasileira.

*Marieta de Moraes Ferreira*

*Historiadora*

## Esclarecimento

Este livro reúne três textos, escritos em diferentes momentos, sobre a política capixaba na Primeira República. O mais antigo, “Partidos políticos e eleições”, teve uma primeira versão apresentada oralmente no Encontro Nacional de História promovido pela Associação Nacional dos Professores Universitários de História – Espírito Santo em 2002, e foi posteriormente completado quando da redação daquele que trata dos governos do estado. Este último foi elaborado para subsidiar o curso que eu ministrava no mestrado em História da Universidade Federal do Espírito Santo sobre o tema em meados da década de 2000. Por essa época, iniciei a redação do texto no qual procurei fazer uma análise da oligarquia capixaba, porém, sua elaboração foi prejudicada por graves problemas de vista que me atingiam e se agravaram progressivamente, e provocaram sua interrupção mais de uma vez e me levaram a abandoná-la por longo tempo.

O livro só vem a público graças à intervenção de Fernando Achiamé, que conhecia o trabalho e se encarregou de fazer a revisão, reorganizar as notas e a bibliografia, e me animou a publicá-lo como se encontrava. Serei sempre grata por essa generosa colaboração.

Aos leitores interessados em obter mais informações sobre os governadores, senadores e deputados federais do Espírito Santo dessa época, sugiro a consulta aos respectivos verbetes nominais elaborados por mim, alguns deles com a colaboração de Fernando Achiamé, para o *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*, disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>>, e organizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas.

Vitória, fevereiro de 2017.

*a Autora*

## Propagandistas Republicanos e Primeiros Dirigentes



Amâncio Pereira, fundou o primeiro Clube Republicano no Espírito Santo com outros alunos do Ateneu Provincial, em 1879.



Grupo de republicanos capixabas. Da esquerda para a direita, sentados: Afonso Claudio e Coelho Lisboa; de pé: Guilherme Schwartz, Horácio Gomes de Oliveira e Sizenando de Matos Bourguignon.

Campos Sobrinho. Republicano espírito-santense voluntário da brigada sob o comando do Cel. Telles, em 15/11/1889.



Joaquim Lírio. Presidente da Câmara Municipal de Vitória, perante a qual tomou posse o primeiro governador.

João Aguirre. Vereador da Câmara Municipal de Vitória, que deu posse ao primeiro governador republicano.





Afonso Claudio. Primeiro governador republicano, nomeado pelo Marechal Deodoro da Fonseca em 16 de novembro de 1889.

Fonte: (Fotos das páginas 18 a 21) Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Vitória, n. 12, nov. 1939.



Antonio Aguirre. Propagandista espírito-santense nomeado Governador do Estado pelo Governo Provisório em 7 de março de 1891.



Barão de Monjardim. Governador Constitucional eleito em 6 de junho de 1891.



José de Melo Carvalho Muniz Freire. Presidente do Estado.  
(3/05/1892 a 23/05/1896) e (23/05/1900 a 23/05/1904).

Fonte: OPG - Obra de Propaganda Geral. Estado do Espírito Santo.  
Editor José Coelho. Rio de Janeiro, (sd) p. XIII.

## Governos capixabas na Primeira República

O movimento republicano começou tardiamente no Espírito Santo. As ideias que o inspiravam circulavam desde a década de 1870, sobretudo entre os jovens estudantes secundários e os profissionais liberais, mas apenas a partir de 1887 organizou-se um movimento pela implantação da República no Brasil, com a criação de clubes republicanos, sendo o primeiro e mais importantes deles o de Cachoeiro de Itapemirim, que contava com o apoio do principal jornal local, *O Cachoeirano*.

Como em outras regiões do país, foi a Abolição da escravidão que enfraqueceu a monarquia perante os proprietários rurais, tornando-os mais receptivos à propaganda republicana realizada pelos clubes, que se multiplicavam, principalmente no sul da província, região de fazendas de café (cultura em expansão e prosperidade), que mantinha estreito contato com o Rio de Janeiro. Um punhado de aguerridos militantes, entre os quais destacavam-se Afonso Cláudio, em Vitória, Bernardo Horta e Antônio Gomes Aguirre, em Cachoeiro de Itapemirim, dedicou-se intensamente à atividade dos clubes. Contudo, embora fosse crescente a penetração das ideias republicanas, não se pode dizer que elas tenham conquistado uma parcela importante das forças políticas da província.

Porém, uma vez proclamada a República, a adesão foi praticamente geral, evidenciando a fragilidade dos laços com a monarquia. Além do oportunismo e da falta de sólidas convicções políticas, que podem explicar em grande parte um ponto que me parece importante: o federalismo que a República prometia.

Basta observar superficialmente a situação do Espírito Santo no sistema político imperial para nos darmos conta de que seria difícil que os políticos locais se empenhassem em defesa da monarquia. Desde 1836 o Espírito Santo não conseguiu eleger um só representante seu no Senado; todos os senadores eleitos pela província

eram pessoas de fora, sem qualquer ligação com o Espírito Santo, e impostas pelo Governo Central, e que jamais se consideraram representantes da província. Quanto aos presidentes da província, basta dizer que, somente durante a década de 1880, o Espírito Santo teve dez deles. Eram também pessoas de fora, que faziam carreira política, e o cargo de presidente de província constituía um escalão dessa carreira. Muitos presidiram várias províncias. Às vezes eram nomeados com a tarefa específica de “fazer uma eleição”, ou seja, eram enviados pelo ministério para promover a qualquer custo a eleição de deputados do partido então no poder. Ganha a eleição, partiam. Outros eram deputados, que ficavam na província durante o recesso parlamentar.

Aos políticos locais cabiam apenas os cargos de vice-presidentes, que substituíam os presidentes por períodos curtos. Também os cargos intermediários da administração provincial, mesmo quando ocupados por pessoas da província, eram de nomeação do governo central – chefes de polícia, delegados, juízes, funcionários de repartições públicas e até padres. É certo que essas nomeações eram feitas por solicitação de membros da oligarquia provincial, que se ligavam ao governo central por meio de uma rede de clientelismo, mas nessas relações de clientela eles ocupavam uma posição subordinada. Assim, para exercer ou colocar aliados em cargos públicos, a oligarquia provincial ficava na dependência dos membros da cúpula do governo central, aos quais, naturalmente, deveria retribuir.<sup>1</sup> A República, transformando a província em estado da Federação e nomeando para governá-lo um de seus filhos – o jovem Afonso Cláudio, que se destacara nas campanhas pela abolição e pelo novo regime – abria perspectivas promissoras para o Espírito Santo e para a atuação política de sua oligarquia, embora um ou outro chefe político pudesse ser prejudicado pelas mudanças.

---

1 GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

Afonso Cláudio de Freitas Rosa assumiu o governo a 21 de novembro, perante a Câmara Municipal de Vitória, que permanecia atuante, em clima de conagração geral, com a presença das autoridades civis, militares e eclesiásticas, de republicanos do sul do estado, portando estandartes e bandeiras vermelhas, e grande concentração popular. Houve discursos de representantes dos partidos monárquicos – Conservador e Liberal – reconhecendo o novo governo, do juiz municipal, em nome da magistratura, no mesmo sentido, do representante da Câmara Municipal de Anchieta, do comandante da companhia de infantaria e de alguns cidadãos. Foram dados muitos vivas à República e ao governador. Terminada a cerimônia, Afonso Cláudio convidou a todos para acompanhá-lo ao palácio do governo, o que foi feito ao som da Marselhesa,<sup>2</sup> adotada como hino pelos republicanos.<sup>3</sup>

Em todo o estado, as câmaras municipais realizaram sessões, muitas delas festivas, com a presença do povo, reconhecendo o novo regime, o Governo Provisório e o governador do estado.

A instalação da República desencadeou um processo de grande instabilidade política e intensa luta pelo poder em todos os níveis, do federal ao municipal, envolvendo os diversos grupos políticos, tanto os que participavam do poder ao tempo da monarquia, quanto os republicanos e os militares, estes últimos recém-chegados à cena política com grande força, como autores do movimento que pusera fim à monarquia.

No topo, o Governo Provisório, presidido por Deodoro da Fonseca, grande liderança militar mas muito pouco dotado para a

---

2 *A Folha da Victoria*, 21 nov. 1889, citado por Mário Aristides Freire, *A República no Espírito Santo*, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, nº 12, nov. 1939.

3 A Marselhesa, hino da Revolução Francesa e depois da França, era tocada em todos os eventos do início da República, inclusive oficiais; no Espírito Santo, até o governo Jerônimo Monteiro.

vida política, que procurava impor a hegemonia militar no processo de reorganização política do país. Para governar a maioria dos estados nomeou militares, deixando de lado os republicanos locais; em outros escolheu líderes republicanos, como no Espírito Santo, mas sua interferência foi sempre forte. Os governadores nomeados detinham poderes excepcionais, pois era necessário organizar uma estrutura administrativa estadual, na ausência de um poder legislativo e de uma constituição, quer estadual, quer federal. Porém, esses governadores raramente tinham uma base política suficientemente forte para apoiá-los no exercício de tais poderes. Foi o que ocorreu no Espírito Santo. Não havia um partido republicano forte e coeso que pudesse governar o estado. Na realidade, o que havia em diversos municípios eram clubes republicanos, quase todos muito recentes, que se reuniram num congresso em setembro de 1888 e formaram uma comissão permanente, iniciando um processo de unificação, mas ainda não havia uma estrutura partidária. Era necessário compor com a oligarquia do período monárquico, escolhendo aliados entre seus membros, e entrar na luta acirrada que os diversos grupos travavam pela conquista do poder.

De cima, havia a pressão do Governo Provisório, do qual dependia a manutenção do governador no cargo, e que se reservava o controle das nomeações para os mais importantes postos (alguns diretamente: chefe de polícia, secretários de governo; outros por portaria do ministro).

Afonso Cláudio iniciou seu governo tendo ao lado alguns antigos companheiros da propaganda republicana – Bernardo Horta e Antônio Aguirre como vice-governadores, José Horácio Costa na Chefia da Polícia (que corresponderia hoje à Secretaria de Segurança), Antero de Almeida como secretário de Instrução Pública (de Educação) – mas também procurou atrair lideranças dos antigos partidos. Assim, quando o Governo Provisório decretou a dissolução das câmaras municipais e sua substituição por intendências nomeadas pelos governadores, em janeiro de 1890, ele manteve na

presidência da Intendência de Vitória o liberal Joaquim Lírio, que presidia a Câmara extinta. Esse cargo tinha grande importância política, pois a Intendência teria o controle da eleição para a Constituinte federal; portanto, a nomeação indica a intenção de estabelecer uma aliança sólida.

Entre os políticos dos partidos monárquicos dos quais Afonso Cláudio se aproximou estava Muniz Freire, companheiro da campanha abolicionista e de outras lutas. Meses antes haviam liderado uma manifestação popular de protesto contra a falta de água e de luz em Vitória.<sup>4</sup> Antigo colega do Ateneu Provincial,<sup>5</sup> onde haviam fundado com mais um estudante, um jornal literário.<sup>6</sup> Muniz Freire despontava como promissora liderança do Partido Liberal; fora deputado provincial e se elegera para o parlamento que não chegou a se instalar devido à proclamação da República. Afonso Cláudio o incluiu na comissão que nomeou para elaborar o projeto da constituição estadual.

O governador precisava equilibrar-se entre as pressões das diversas facções políticas que disputavam o poder em cada município e no âmbito estadual, numa conjuntura na qual o antigo sistema – centralizado, parlamentarista, com dois partidos nacionais – que até então norteava as condutas e regulava as expectativas, fora destruído subitamente, lançando a todos num ambiente de insegurança, temores e ambições. Seu poder de nomear para os cargos da administração que se estruturava e se tornava mais complexa, bem como para as intendenções de cada município, das quais dependia o resultado das eleições estaduais e federais, tinha que ser exercido com extrema habilidade e prudência, fazendo as escolhas certas, que

---

4 CLÁUDIO, Afonso. *História da Propaganda Republicana no Estado do Espírito Santo*. Vitória: IHGES, 2002, p. 47-50.

5 Colégio que formava a elite capixaba nos anos 1870-1880.

6 BASÍLIO, Marcello Antônio de Souza. *A vida e a obra de Muniz Freire*. Vitória: [s.n.], 1961, p. 16.

fortalecessem sua posição, tanto no estado quanto junto ao Governo Provisório. Em resumo, não era uma tarefa fácil, mesmo para políticos mais experientes que o jovem e idealista Afonso Cláudio.

Logo chegou o momento da reorganização partidária, visto que os antigos partidos do Império haviam sido dissolvidos pelo Governo Provisório e as eleições para a Constituinte nacional estavam marcadas para setembro. Com o advento da Federação, a ideia que se impôs foi da existência de partidos estaduais, e não nacionais, salvo algumas articulações partidárias conjunturais e efêmeras.

O discurso dos principais políticos era a favor de que se reunissem todas as forças num só partido estadual, mas a fragmentação era muito grande, inclusive entre facções dos antigos partidos, não havendo uma força capaz de aglutinar todas as outras sob sua hegemonia, ou lideranças com um mínimo de coesão e aceitas por todos para dirigir o partido.

Os republicanos tentaram ser essa força unificadora. Seus dirigentes, Bernardo Horta e Antônio Aguirre, convocaram um congresso do partido, em maio de 1890, para o qual atraíram lideranças de outros partidos, chegando a dar a algumas delas lugar no diretório então eleito. Porém, não conseguiram convencer Muniz Freire, que considerou a proposta baseada no “falso pressuposto de que todos os antigos líderes deveriam abdicar de suas tradições para tornarem-se seus caudatários”, e recusou-se a participar do congresso e a aceitar um lugar no diretório.<sup>7</sup>

O resultado do Congresso foi a derrota dos republicanos de Cachoeiro de Itapemirim: Horta e Aguirre não foram eleitos para o diretório e, como numa reunião prévia ficara combinado, por sugestão do próprio Horta, que só seriam vice-governadores os membros do diretório republicano, os dois pediram demissão de seus cargos,

---

7 O Estado do Espírito Santo, 7 ago. 1890.

ou seja, foram alijados do controle do partido e do governo.<sup>8</sup> Foi selada a divisão dos republicanos. E suponho que a influência de Muniz Freire para esse desfecho não tenha sido pequena.

A partir daí subiu a tensão política. A oposição a Afonso Cláudio, aliado dos vencedores do Congresso, que se manifestava desde janeiro de 1890, inclusive com acusações contra ele, levadas ao Governo Provisório e publicadas em artigos na capital federal, se intensificou com a adesão do grupo de Cachoeiro. Os partidários do governador respondiam com manifestações populares de apoio, logo comunicadas ao mesmo governo e aos jornais do Rio, como a que ocorreu no início de julho, narrada pelo jornal *O Estado do Espírito Santo*, que teria reunido “grande massa popular” de mais de 1.000 pessoas, acompanhada das filarmônicas Caramuru, Rosariense e Perseverança, em passeata até o palácio do governo, onde foi recebida por Afonso Cláudio e, após discursos cuja tônica era a autonomia do estado, levou o governador em casa, dando vivas à República, a Deodoro, ao Exército, à Armada e ao povo do Espírito Santo.<sup>9</sup> A manifestação foi comunicada por telegrama a Deodoro, em nome de diversas comissões e entidades, como o Congresso dos Artistas e o Clube Republicano. Afonso Cláudio demitiu Joaquim Lírio e outras autoridades por ele nomeadas que lhe faziam oposição.

Enquanto isso, travavam-se negociações visando a reorganização partidária, das quais resultou a formação de dois partidos. A União Republicana Espírito-Santense (URES), resultante da aliança entre a corrente liderada por Bernardo Horta e Antônio Aguirre com o antigo chefe do Partido Liberal, ex-vice-presidente da província, membro de antiga e poderosa família de políticos de Vitória, o Barão de Monjardim, e o líder do Partido Conservador,

---

8 *O Estado do Espírito Santo*, 16 jul. 1890; 22 ago. 1890.

9 *Idem*, 3 jul. 1890.

Aristides Freire, proprietário e redator do jornal daquele partido, *A Folha da Victoria*.<sup>10</sup>

Os republicanos que permaneceram no partido após o Congresso, juntamente com as correntes que haviam atraído naquela ocasião, aliaram-se à corrente do Partido Liberal liderada por Muniz Freire e formaram o Partido Republicano Construtor (PRC). Seu diretório central era composto por Muniz, Henrique Coutinho, republicano, e Domingos Vicente, conservador. Havia também um diretor do sul, Joaquim Pinheiro, republicano de Itapemirim, e um do norte, Constante Sodré, republicano de São Mateus. Seu programa aceitava o projeto de constituição apresentado pelo Governo Provisório, mas pretendia a ampliação das liberdades individuais e políticas, a eleição direta do presidente da República e a autonomia ampla dos estados, entre outros pontos.<sup>11</sup>

Afonso Cláudio levou o governo até às vésperas da eleição; no dia 9 de setembro afastou-se, alegando motivo de saúde, e passou o cargo a Constante Sodré, o vice-governador que se encontrava na capital. Não voltou ao governo; acabou renunciando, ficando no cargo Henrique Coutinho, 1º vice-governador, que foi nomeado em caráter efetivo pelo Governo Provisório em janeiro de 1891. No estado, a nomeação foi recebida como sinal de prestígio da representação capixaba no Congresso Constituinte, visto que em outros estados haviam sido impostos governadores de fora. Horácio Costa foi nomeado 2º vice-governador.

No período tão curto de seu governo, pressionado pela oposição que se tornava mais agressiva à medida que se aproximava a eleição para a Constituinte, Afonso Cláudio procurou encaminhar a solução de diversos problemas, como o saneamento das finanças estaduais, a imigração, a reforma do ensino público, o aterro do man-

---

10 *O Estado do Espírito Santo*, 20 e 25 jul. 1890; 8 ago. 1890.

11 Ver adiante o capítulo “Partidos Políticos e Eleições...”.

guezal do Campinho (na área do atual Parque Moscoso) e a instalação dos serviços de água e esgoto de Vitória. Com relação aos dois últimos pontos, quase nada foi efetivamente realizado, e aqueles problemas continuaram sem solução ao longo de vários governos.

As eleições para a Constituinte foram renhidamente disputadas, com acusações mútuas de irregularidades e violência, e deram a vitória ao Partido Republicano Construtor, que elegeu toda a (minúscula) bancada: 3 senadores e 2 deputados. Nela, destacaram-se Muniz Freire, deputado, e Gil Goulart, senador. A leitura dos *Anais da Câmara de Deputados*<sup>12</sup> e do jornal do PRC, *O Estado do Espírito Santo*, permite acompanhar a atuação da bancada, embora muitas vezes não seja possível saber se posições defendidas por um parlamentar eram partilhadas por outros. A atuação de Muniz Freire é a mais transparente, pois ele era um orador assíduo. Logo na abertura da legislatura, tomou posição ao lado dos que protestaram contra o atentado ao jornal monarquista, *A Tribuna Liberal*, em defesa da liberdade de imprensa; o jornal fora atacado por oficiais e soldados do Exército, com o acordo de Deodoro. O ataque quase provocou a renúncia do ministério, e, no Congresso, Muniz assinou o documento que exigia punição. Defendeu o voto dos analfabetos e dos religiosos regulares (mas não o das mulheres), o casamento civil separado do religioso, a mais ampla liberdade econômica. Foi autor da emenda que determinou a eleição direta para a presidência da República.<sup>13</sup> Gil Goulart defendeu os interesses do Espírito Santo na discussão da reforma tributária e, com apoio de toda a bancada, apresentou emenda garantindo o reconhecimento das posses de terra existentes, limitando suas áreas.

As relações entre Deodoro e a Constituinte foram tensas, marcadas pela disputa de poder entre o presidente, que governa-

---

12 BRASIL. *Anais do Congresso Constituinte da República*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924. Reproduz as sessões de 1890 e 1891 do Congresso Constituinte, no qual a Câmara e o Senado estavam reunidos.

13 *O Estado do Espírito Santo*, 24 mar. 1891, em artigo de Galdino Loreto.

ra como ditador durante um ano, e grande parte do Legislativo, ciosa de sua autonomia. As divergências em relação ao projeto de constituição apresentado pelo governo estimularam o crescimento de uma oposição, que se fortaleceu quando o primeiro ministério republicano pediu demissão coletiva e Deodoro formou outro, encabeçado pelo Barão de Lucena, muito pouco afinado com os princípios republicanos, o que desgostou até mesmo os partidários mais próximos do marechal.

Promulgada a Constituição em 24 de fevereiro de 1891, era preciso eleger o presidente da República, o que seria feito pelo Congresso, e o candidato natural era Deodoro. Porém, foi articulada uma chapa de oposição, com Prudente de Moraes, republicano histórico paulista, presidente da Constituinte, para a presidência e o marechal Floriano Peixoto para vice. Abriu-se séria crise militar, com ameaças de golpe caso o congresso elegeisse Prudente, o que provocou o recuo de boa parte dos parlamentares oposicionistas. Deodoro foi eleito, mas deram-lhe como vice Floriano. A bancada do Espírito Santo votou contra Deodoro, exceto Ataíde Júnior, ligado a ele por laços pessoais, mas que apoiou o partido quando este sofreu as consequências do ato.

A represália não demorou. O Barão de Lucena articulou a deposição dos governadores cujos partidários não votaram no marechal: de São Paulo, do Rio Grande do Norte e do Espírito Santo. Henrique Coutinho foi destituído e Antônio Aguirre nomeado governador (12 de março de 1891).<sup>14</sup>

O Partido Republicano Construtor dera inicialmente apoio total ao Governo Provisório e à República. Os liberais que a ele se integraram e em particular seu líder, Muniz Freire, aderiram com simpatia à República. Muniz lutava pelo federalismo e pelo liberalismo que o novo regime afirmava. Seu jornal, órgão oficial do partido,

---

14 *O Estado do Espírito Santo*, 2 mar. 1891.

assumiu claramente a defesa dos princípios republicanos. Na Constituinte, os parlamentares do PRC foram se aproximando da maioria paulista, grupo identificado com o setor cafeeiro. Com eles votaram contra Deodoro e sofreram a deposição dos governos estaduais. Muniz Freire foi relator da Comissão de Poderes no caso do reconhecimento da eleição de dois deputados estaduais por São Paulo. Nessa questão estavam em jogo o conflito entre o governo Deodoro-Lucena e o Congresso, e a luta interna de São Paulo. A maioria paulista era contra o reconhecimento dos candidatos, da facção deodorista, e o parecer de Muniz Freire foi nesse sentido.<sup>15</sup>

A demissão dos governadores, seguida pouco depois pela do presidente de Minas, engrossou a oposição ao governo. No Espírito Santo, o PRC reagiu. Afonso Cláudio escreveu a Deodoro alegando inconstitucionalidade da medida, pois a Constituição, já em vigor, não dava esse direito ao presidente;<sup>16</sup> mais do que isso, como estava na presidência da Intendência de Vitória, negou-se a dar posse ao governador nomeado, e os membros da Intendência não compareceram à sessão. Antônio Aguirre tomou posse assinando uma ata na presença de seus correligionários e do povo que comparecera.<sup>17</sup> Os ocupantes dos cargos federais e estaduais pediram demissão. Publicaram-se artigos em jornais do Rio, entre os quais, um de Gil Goulart e outro de Ataíde Júnior, narrando as tentativas que fizeram junto a Lucena para evitar a medida, que julgavam injustificável.<sup>18</sup>

Antônio Aguirre destituiu a Intendência presidida por Afonso Cláudio e adiou as eleições para a Constituinte estadual a fim de realizá-las sob controle do seu partido, a União. Em todo o estado as intendências foram depostas e substituídas por unionistas.

---

15 *O Estado do Espírito Santo*, 1 jul. 1891.

16 *Idem*, 11 mar. 1891.

17 *Idem*, 13 mar. 1891; NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, [1969?], p. 325.

18 *Idem*, 21 mar. 1891.

O PRC, cuja chapa incluía Afonso Cláudio, Graciano Neves, Cleto Nunes e Torquato Moreira, figuras de primeiro plano nesse início da República, lutou bravamente para manter seu eleitorado, mas a União, agora no governo, levou vantagem, vencendo por pequena margem. Como as eleições para o Legislativo eram majoritárias, ou seja, o eleitor votava na chapa completa, uma pequena maioria de votos garantia a eleição de todo o Congresso.

O Congresso Constituinte unionista, antes mesmo de aprovada a constituição, elegeu o Barão de Monjardim (Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida) governador do estado (6 de junho de 1891), tendo Aguirre como vice.

Na capital federal o conflito entre o governo Deodoro-Lucena e o Congresso se agravava, tanto mais que haviam sido depostos governadores de estados com bancadas numerosas, que apoiavam os destituídos e não os nomeados pelo governo, como também ocorria no Espírito Santo. Aos problemas políticos somava-se uma crise econômico-financeira que provocou uma onda de falências, e Lucena era acusado de lesar o Estado em benefício de especuladores. Diante da acirrada oposição que enfrentava, Deodoro dissolveu o Congresso e decretou o “estado se sítio” (3 de novembro de 1891).

O golpe foi apoiado por todos os governadores, exceto os do Pará e do Rio Grande do Sul, mas as forças armadas estavam divididas. A oposição imediatamente começou a organizar a reação, dirigida pelos paulistas aliados aos militares oposicionistas (entre os quais Floriano), dispostos à guerra civil. Frente à pressão militar, sobretudo da Marinha, que já se transformava em revolta armada, Deodoro cedeu e renunciou à presidência (23 de novembro de 1891). Foi empossado o vice-presidente Floriano Peixoto.

No Espírito Santo, o Barão de Monjardim exerceu forte repressão contra a oposição ao golpe de Deodoro, proibindo qualquer manifestação pública e até mesmo reuniões em residências com esse

objetivo.<sup>19</sup> O *Estado do Espírito Santo*, jornal do PRC, suspendeu sua publicação, “por falta de liberdade”. Mas em São Mateus, mais distante do governo, o *Norte do Espírito Santo* trazia artigos inflamados de Graciano Neves, seu redator, que chegou a distribuir o jornal pessoalmente. Foi enviada ordem de prisão contra ele, mas a comunicação era tão lenta que o documento chegou tarde demais.<sup>20</sup>

O contragolpe que levou Floriano ao poder desestabilizou os governadores aliados a Deodoro. Nos estados, rebentaram revoltas contra eles, nas quais uniam-se os opositores civis e as tropas do exército, e eles foram depostos um a um, em alguns casos com luta armada.

No Espírito Santo, a oposição reabriu o jornal e passou ao ataque, publicando denúncias de repressão e procurando mobilizar a população, em nome dos ideais democráticos.<sup>21</sup> Os municípios, principalmente os do sul, passaram a depor as Intendências nomeadas pelo governo do Barão. A 30 de novembro, populares invadiram o palácio do governo exigindo a renúncia. O Barão de Monjardim passou o governo a Aguirre. No início de dezembro o coronel Serzedelo Corrêa, da oposição que derrubou Deodoro e ministro do exterior no governo Floriano, foi a Vitória, onde se encontrou tanto com a oposição quanto com Aguirre, sem que se saiba exatamente o conteúdo de suas entrevistas; mas, por sua atuação naquele momento, pode-se supor que tenha vindo estimular a participação da tropa ao lado da oposição.<sup>22</sup>

Finalmente, a 18 de dezembro, o PRC convocou os “republicanos e o povo” para uma manifestação de protesto “contra o sebastianismo renitente, que conspira na Capital e no Estado”. Falou Torquato Moreira, orador inflamado, conclamando o povo a depor o gover-

---

19 *O Estado do Espírito Santo*, 3 dez. 1891.

20 *Idem*, 8 dez. 1891.

21 *Idem*, 25 nov. 1891; 3 e 8 dez. 1891.

22 *Idem*, 13 e 18 dez. 1891.

no. A agitação se estendeu pela noite adentro e, já de madrugada, foi aclamada uma Junta Governativa, da qual faziam parte o comandante da tropa federal, coronel Henrique de Gouveia, Graciano Neves e Galdino Loreto, e enviada uma comissão ao palácio para comunicar ao governador que havia sido “deposto pela soberania popular”. Aguirre tentou resistir, mas foi abandonado pela guarda, que atendeu à exortação do oficial que comandava o batalhão e que se dirigiu aos soldados “concitando-os a manter as tradições do nosso glorioso exército, pugnando pelas liberdades públicas”.<sup>23</sup> Esse batalhão havia sido organizado no governo de Afonso Cláudio, e era “composto em sua quase totalidade, de capixabas entusiastas da República”.<sup>24</sup> Aguirre abandonou então o palácio, que foi invadido pelo povo.

O jornal da União diz que Aguirre foi deposto pelo Exército, representado pelo 3º Batalhão de Caçadores. Os militares afirmavam que apenas reconheceram a Junta aclamada pelo povo, a fim de garantir a ordem pública e o bem-estar dos cidadãos. O coronel Gouveia, comandante do batalhão e integrante da Junta, só teria aceitado sua indicação no “intuito de manter a ordem e o engrandecimento do Espírito Santo”,<sup>25</sup> ou seja, quem depusera o governo e clamara a Junta fora o povo, e o Exército reconheceu a soberania popular, fundamento da ordem republicana e democrática. Com esse discurso implementava-se, de fato, a política de Floriano, que consistiu em não intervir abertamente nos estados, depondo e nomeando governos, mas apoiar as oposições em luta contra governos deodoristas e reconhecê-las quando vitoriosas.

Uma questão a esclarecer é a composição da massa popular que atuou no episódio. Quem era o povo que aclamou a Junta? O

---

23 *O Estado do Espírito Santo*, 22 dez. 1891; 12 e 13 jan. 1892.

24 VASCONCELLOS, José Cândido de. Governos Espírito-Santenses. In: *Vida Capixaba*, Vitória, ano VI, 12 jul. 1928.

25 Telegrama ao coronel Gouveia por um oficial do 32º Batalhão de Caçadores, transcrito em *O Estado do Espírito Santo*, 23 jan. 1892.

jornal da União diz que eram os empregados da Companhia Torrens. Esta companhia havia assinado importantes contratos, para a realização de obras públicas em Vitória, com o governo estadual à época de Afonso Cláudio e de Constante Sodré. O jornal do PRC responde que “entre os cidadãos que aclamaram a Junta achavam-se operários, esse elemento democrático que tanta influência tem nos destinos do país. Para os fidalgotes, o operário é apenas um humilde servo; entre nós é um cidadão”.<sup>26</sup> De fato, a imprensa registra uma intensa participação da população nas manifestações políticas do início da República.

A Junta dissolveu a Constituinte e convocou eleições para um novo congresso. Seu regulamento determinava que as mesas fossem formadas por indicação dos intendentess em exercício e dos intendentess depostos, fiscaiss dos partidos e uma série de normas que parecem indicar preocupação com a lisura do pleito.<sup>27</sup>

Como o Congresso era composto de 30 deputados, a regulamentação determinou que o eleitor votasse em 24 candidatos, adotando um procedimento que seria usado em toda a Primeira República, com a finalidade de permitir alguma representação à minoria. Mas a União (URES) pregou a abstenção. A Junta respondeu decidindo que o Congresso estaria completo desde que 24 cidadãos fossem eleitos, e o PRC elegeu todo o Congresso.<sup>28</sup>

A Constituinte foi instalada a 9 de abril de 1892, em sessão solene, com grande afluência de público, sob a presidência de Cleto Nunes, e logo aprovou uma manifestação de apoio a Floriano Peixoto, que enfrentava momentos difíceis de seu conturbado governo. A Constituição foi votada em pouco tempo, tomando como base o projeto elaborado pela comissão que fora formada por Afonso Cláudio, o qual vigorava como constituição provisória. A 2 de maio foi

---

26 *O Estado do Espírito Santo*, 13 jan. 1892.

27 *Idem*, 4 fev. 1892.

28 *Idem*, 5 mar. 1892.

promulgada a nova Carta, que determinava a eleição imediata do governador (intitulado presidente), e eleito, por unanimidade, José de Melo Carvalho Muniz Freire, tendo como vices Graciano Santos Neves, Galdino Loreto e Augusto Cesário de Figueiredo Cortes (político de Itabapoana).

O jovem Muniz Freire fizera uma carreira brilhante e rápida; dez anos antes voltara a Vitória, recém-formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, ingressara no Partido Liberal, chefiado pelo Barão de Monjardim, e fundara um jornal, juntamente com um companheiro, Cleto Nunes. Logo se elegeu para a Câmara Municipal de Vitória, que presidiu, elegendo-se mais tarde deputado provincial, destacando-se, em todos os mandatos, como um parlamentar ativo, excelente orador, autor de projetos importantes, que conseguia aprovar, dotado de uma capacidade de liderança que lhe permitia exercer influência numa Assembleia Provincial onde, além de ser muito jovem, era do partido minoritário.<sup>29</sup> Seu jornal, o primeiro diário do estado, apoiava sua atuação política e discutia os problemas da província. Nele publicou as famosas “Cartas ao Imperador”, nas quais protestava contra a discriminação e o descaso com que era tratado o Espírito Santo pelo governo central, o qual suprimia benefícios, vetava projetos e cancelava obras aprovadas, de grande importância para o desenvolvimento da província, como a ligação ferroviária com o vale do rio Doce mineiro; o autor também fazia uma demonstração do prejuízo que sofria a renda provincial devido aos problemas de transporte de seus produtos, e apelava ao monarca para que se tornasse “o patrono, o representante, o advogado dos direitos desta pobre terra”. As cartas faziam uma crítica dura aos “homens públicos” que ignoram as pequenas províncias “devido à influência nula que elas exercem na trama e nos conluíus políticos, [...] officio único que os nossos pais da pátria sabem desempenhar sem embaraços”.<sup>30</sup>

---

29 Ver BICHARA, Terezinha Tristão. *História do poder legislativo do Espírito Santo*. 2 v. Vitória: Leoprint, 1984.

30 FREIRE, José de Melo C. Muniz. *Cartas a S. M. o Imperador*. 2 ed. Vitória: IHGES, 2012.

O jornal reforçava sua ação no Partido Liberal, no qual trabalhou intensamente, procurando animar e recuperar correligionários afastados naquela conjuntura pós 1885 em que o partido foi alijado do governo central.<sup>31</sup> Em 1888 foi eleito delegado do Espírito Santo ao congresso do PL, e lá, embora jovem e pouco conhecido, se destacou lutando abertamente para que o partido assumisse posição a favor da autonomia das províncias, e assinando o voto em separado de Rui Barbosa, a favor dessa e de outras posições, derrotadas no Congresso. Não saiu do partido, como fez Rui Barbosa, mas, quando chegou a República implantando o federalismo, teve sua adesão.<sup>32</sup>

Já nos referimos a sua destacada atuação na Constituinte, que o tornou conhecido nacionalmente e elogiado pela imprensa da capital federal. Resta acrescentar, citando Ataíde Júnior,<sup>33</sup> que foi ele quem convenceu a bancada capixaba, à exceção do autor, militar ligado a Deodoro, a votar em Prudente na eleição para a presidência da República, atitude audaciosa e arriscada, porém totalmente coerente com as posições liberais e autonomistas que eles defendiam. Embora na ocasião isto tenha custado caro ao partido, mais adiante se viu que a posição que tomaram apontava para a vitória num futuro muito próximo.

Assim Muniz Freire se tornou o candidato natural do partido ao governo do Espírito Santo. Seu conhecimento dos problemas do estado, a liderança que exercia onde quer que atuasse, suas boas relações no âmbito federal, sua ousadia e enorme capacidade de trabalho faziam dele a pessoa mais indicada, no partido, para dirigir o estado naquele momento em que pareciam abrir-se grandes perspectivas para o Espírito Santo, com a conjuntura econômica favorável e a autonomia conquistada com a República.

Com efeito, o preço do café estava em alta acelerada e sua produção se expandia, dinamizando a economia capixaba. Na dé-

---

31 *O Estado do Espírito Santo*, 15 e 16 jul. 1892.

32 *Idem*, 2 jul. 1894.

33 *Idem*, 21 mar. 1891.

cada de 1880, Vitória passara a ser frequentada por navios estrangeiros e algumas grandes firmas exportadoras e importadoras nela se instalaram. O comércio da capital, que incluía as colônias de imigrantes da região serrana próxima, começava a se libertar do Rio de Janeiro.

A República deu aos estados o direito de cobrar imposto de exportação, o que, para um estado cuja economia girava em torno do café, um produto de mercado externo, como era o Espírito Santo, resultou numa elevação substancial da renda do Tesouro. Além disso, os estados receberam a propriedade das terras devolutas, que compreendiam a maior parte do território capixaba, e o direito de contrair empréstimos externos, sem necessidade de aprovação da União. Com essa autonomia e com recursos ampliados, era possível executar uma política própria.

Muniz Freire formulou seu programa de governo seguindo as ideias e propostas que elaborara ao longo de sua carreira. Seus principais pontos foram:

- Transformar Vitória num centro comercial e financeiro importante, numa “praça forte”, que reunisse o capital necessário ao desenvolvimento econômico do estado, em particular à cafeicultura, permitindo à economia capixaba escapar à subordinação ao sistema comercial e financeiro do Rio de Janeiro, que provocava uma permanente sangria da renda gerada pela produção cafeeira. Para isto, seria preciso atrair para a capital o café do sul, que era comercializado, financiado e transportado pelo Rio. Com esta finalidade, pretendia construir uma ferrovia entre Cachoeiro do Itapemirim e Vitória. Procuraria, também, atrair a exportação de Minas Gerais – antigo projeto das administrações capixabas – com a construção de uma estrada de ferro de Vitória a Minas. Estas ferrovias também resolveriam o terrível problema do transporte no estado, percorrendo as zonas de café. O norte seria contemplado com uma, ligando São Mateus à Serra dos Aimorés e, mais tarde, ao rio Doce.

– Vitória precisava resolver problemas básicos para desempenhar o papel que lhe era reservado, e o programa de governo incluía grandes obras públicas na capital: urbanização, saneamento, água, transportes, construções (hospitais, teatro, quartel, etc.), melhoramento do porto.

– Imigração europeia: o governo assinou um contrato para a introdução massiva de imigrantes europeus; esses imigrantes destinavam-se tanto às fazendas quanto a núcleos coloniais, vários dos quais foram fundados ou ampliados.

– Política de terras: promulgação da primeira “Lei de Terras” do estado, estimulando a legalização das posses, facilitando o acesso à terra, regulamentando os núcleos coloniais.

Era um programa audacioso, que projetava o futuro a partir de uma realidade que se mostrava promissora, para que o Espírito Santo, enfim, encontrasse o caminho do desenvolvimento. Mas as condições para sua realização, não estavam plenamente dadas, como veremos. O programa de ferrovias que, junto ao de imigração, constituía a prioridade de Muniz Freire, foi encaminhado com a assinatura de um convênio com Minas Gerais para a construção da ligação ferroviária entre os dois estados, por meio de duas vias, uma delas prolongando a estrada de ferro já existente, de Alegre até Mariana, e outra entre Vitória e Peçanha, mas as duas só foram concluídas anos depois, por capital privado. A segunda, iniciada em 1903, deu forte impulso ao desenvolvimento do estado, ao cortar grandes áreas ao longo da vertente sul do vale do Rio Doce, incorporando-as à economia em condições vantajosas de transporte, além, é claro, dos benefícios da ligação com o estado vizinho. Modificada, é a atual Vitória-Minas. A ferrovia para o sul, a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo logo começou a ser construída, tendo o estado contraído para tal fim o primeiro empréstimo externo, em 1894. O primeiro trecho, Vitória-Viana, foi inaugurado em 1895 e em 1902 os trilhos chegaram à área de colonização europeia do sul ligando-a a capital, mas apesar de todos

os esforços do governo, não chegaram a Cachoeiro devido à crise do café do final do século.

O programa de obras em Vitória também enfrentou muitas dificuldades e não conseguiu resolver alguns dos mais graves problemas da cidade, porém foram realizadas algumas obras importantes, como um grande quartel para a polícia e a cadeia pública, o teatro Melpômene, iluminado a eletricidade, na atual Praça Costa Pereira, a Hospedaria dos Imigrantes, em Pedra d'Água, uma excelente estrada de rodagem, com aterro de mangue, do forte São João à Praia do Suá, e foi projetado um “Novo Arrabalde”, residencial, com boas condições sanitárias, à beira-mar, que se tornou, décadas depois, o principal bairro de classe média e alta da cidade.

O serviço de água e esgoto, que Afonso Cláudio já tentara encaminhar, assinando um contrato com uma grande construtora, a Companhia Brasileira Torrens, não foram executados, embora o contrato tenha sido renegociado, com ampliação das vantagens oferecidas à companhia.<sup>34</sup> A política de terras foi bem-sucedida: provocou um intenso movimento de legalização de posses e de expansão de culturas, incentivado pela alta do café. O programa imigratório trouxe para o estado um grande contingente de imigrantes que, no primeiro momento, pareceu resolver o problema de mão de obra das fazendas.<sup>35</sup> Já os núcleos coloniais tiveram sérios problemas no início. Aqueles que por eles optaram logo ao chegar enfrentaram condições extremamente adversas em muitos deles, pois o serviço de imigração não foi capaz de resolver satisfatoriamente o desafio de instalar adequadamente os milhares de imigrantes chegados em tão curto espaço de tempo. As reclamações dos recém-instalados e, so-

---

34 Uma análise desse contrato e das causas de seu fracasso em CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. *A Construção da Cidade - formas de produção imobiliária em Vitória*. Vitória: Flor & Cultura, 2002, p. 45-53.

35 SALETTO, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo: 1888-1930*. Vitória: Edufes, 1996, p. 92-103.

bretudo, a epidemia de impaludismo que atacou um núcleo na área úmida do Rio Doce, acabaram provocando a proibição, pelo governo italiano, da emigração de seus cidadãos em iniciativas patrocinadas pelo governo estadual, em 1895. Porém, vencidas as dificuldades iniciais, os núcleos progrediram, expandindo as áreas de pequenas propriedades produtoras de café, principalmente aqueles situados no trajeto da estrada de ferro Vitória-Minas.

No conjunto, era uma política que favorecia o desenvolvimento do estado, mas o fazia beneficiando especialmente Vitória, o capital comercial aí sediado, a reprodução da pequena propriedade e contrariava os interesses imediatos das oligarquias do sul, de Cachoeiro e de Itapemirim, em particular, estreitamente ligadas ao Rio de Janeiro e não à capital estadual. A Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo despertou forte oposição em Cachoeiro, que reivindicava uma ferrovia ligando seu porto ao de Itapemirim, por onde era transportado o café de toda a região para o Rio de Janeiro. Apesar disso, os aliados do governo, no Partido Republicano Construtor, mantiveram seu apoio a Muniz, chegando mesmo algumas de suas lideranças a manifestar pela imprensa seu apoio ao projeto da ferrovia.<sup>36</sup> Certamente a política imigratória que resolveu por algum tempo o problema mais premente dos fazendeiros, o de mão de obra, contribuiu para isso.

Simultaneamente, foi organizado o aparelho de estado, com base na Constituição e nas leis que a complementaram, aprovadas pelo Congresso estadual. Organizaram-se a justiça, os municípios, a instrução pública (expansão, escolas normais), o Tesouro estadual, o serviço de obras públicas, o serviço de terras e colonização, as eleições etc.

A reforma da educação pública foi baseada em antigo trabalho de Muniz, adaptado ao novo regime. Tinha grandes pretensões: “[...] em 10, 15 anos, transformar completamente a situação intelec-

---

36 *O Estado do Espírito Santo*, 13 jun. 1892.

tual do Estado, criando a verdadeira opinião pública. É a reforma [...] republicana [...] que abole o privilégio da educação doutoral para curar da educação de todas as classes, cria a carreira do magistério, cerca-a de estímulos [...].”<sup>37</sup>

Transcrevi essa citação porque me parece bem reveladora sobre o momento que se vivia: as expectativas de mudanças despertadas pela República e a confiança na capacidade de desenvolvimento do Espírito Santo. Esses sentimentos perpassam todo o programa e o governo de Muniz Freire, mas logo serão frustrados. Na realidade, houve um progresso bem mais modesto do sistema educacional, sendo os pontos mais importantes a criação de escolas normais, uma feminina e outra masculina, para formar os professores, e a expansão do ensino.

A atividade do Executivo e do Congresso Legislativo foi notável. Certamente, nem tudo funcionou bem, houve muitos problemas, mas, considerando a fraqueza do aparelho de estado e a magnitude da tarefa, o resultado foi altamente positivo. O Espírito Santo soube aproveitar a autonomia conquistada com a República.

Muniz Freire manteve o apoio e a popularidade de que desfrutava durante os dois primeiros anos de seu governo. O projeto da ferrovia ligando o Espírito Santo a Minas levou-o a estreitar relações com a política mineira. Ele viajou a Ouro Preto, onde foi recebido pelo governador Afonso Pena, que no ano seguinte (1893) veio a Vitória, onde os dois presidentes assinaram um convênio entre os dois estados para a construção da ferrovia. Era o primeiro acordo desse tipo firmado no país, e o presidente mineiro foi recebido festivamente na cidade.

O aniversário desse convênio foi comemorado na capital federal com um banquete oferecido a Muniz por amigos e admiradores, ao qual compareceram importantes autoridades, e foi assim comentado por Artur Azevedo em *O País*:

---

37 *O Estado do Espírito Santo*, 6 jun. 1892.

Assisti a um escandaloso namoro entre uma velha rica e um rapaz bonito e ajuizado [...] que não escandalizou ninguém [...]. Merecida foi a brilhante consagração que o Dr. Muniz Freire recebeu nesse banquete. O jovem governador do Espírito Santo tem sabido administrar [...] com tanto critério e tanta probidade, que se tornou respeitado pelos seus próprios adversários políticos. Ele governa sem oposição, e sabem todos como isso é difícil.<sup>38</sup>

Essa situação mudou a partir de outubro de 1894, quando Henrique Coutinho apresentou ao Congresso Legislativo estadual um projeto de emenda à Constituição, assinado por 11 deputados, permitindo a reeleição do governador por  $\frac{3}{4}$  dos votos do eleitorado.<sup>39</sup> O projeto dividiu o partido. No Congresso estadual a oposição radical a ele envolveu apenas quatro deputados, liderados por Antero de Almeida, que era também presidente do governo municipal de Vitória. Antero era um republicano histórico de Anchieta, fora secretário de educação do governo Afonso Cláudio, redator de *O Estado do Espírito Santo*, e pertencia à ala de republicanos mais radicais, minoritários no Espírito Santo, que até então haviam aceitado a liderança de Muniz Freire. O projeto foi acusado de constituir uma ameaça à República, num momento em que, no plano federal, começavam a se dividir as águas, no governo Prudente de Moraes, entre os partidários do presidente, de um lado, e os florianistas e jacobinos, de outro. Paulatinamente, a divisão interna no Espírito Santo vai se alimentar da divisão nacional, como veremos. No primeiro momento, no entanto, os campos ainda não estavam definidos claramente e alguns deputados que se opunham ao projeto não assumiram posição contra Henrique Coutinho, presidente do partido, nem contra

---

38 Transcrito em *O Estado do Espírito Santo*, 7 jul. 1894.

39 ESPÍRITO SANTO (Estado). Congresso Legislativo. *Anais: 1894*. Sessão de 27 de outubro de 1894. Vitória.

Muniz Freire. Era o caso de alguns membros do Congresso estadual, e de Torquato Moreira, na Câmara Federal.

Mas a oposição agressiva encontrou eco na bancada federal. Os senadores – Domingos Vicente, Gil Goulart e Eugênio Amorim – publicaram no Rio um manifesto no qual acusavam o projeto de “inconstitucional, impolítico e até inconveniente para a economia do partido ao qual pertencemos”.<sup>40</sup> E ainda investiram contra os deputados estaduais favoráveis a ele que, por sua vez, rebateram indignados: “Não representamos um autômato de influências alheias”, disse Augusto Calmon.<sup>41</sup> Enfim, indo além da oposição ao projeto de reeleição, muitos apostaram na divisão do partido e no ataque à liderança de Muniz.

Já a imprensa do Rio de Janeiro que apoiava o governador assumiu uma posição bem mais moderada, embora de rejeição ao projeto. Foi o que fez *O País*, mencionando que cidadãos do Espírito Santo queriam reeleger Muniz Freire, para dar continuidade ao governo excelente que vinha realizando, mas alertava que se tratava de proposta perigosa, que levantava uma ameaça para os estados e a União: “está em jogo a segurança da República, não se pode sacrificá-la em benefício de um bom governo”. *A Notícia* foi na mesma linha: elogiou Muniz Freire, mas advertiu que não se pode sacrificar um princípio constitucional. Ambos os jornais afirmavam não crer que o governador fosse capaz de causar tais danos à República em benefício pessoal.<sup>42</sup> Muniz Freire respondeu em artigo no seu jornal. Agradeceu as “honrosas referências” com que o distinguiram, a justiça que lhe fizeram, e passou a defender a reeleição, em tese, mencionando o exemplo dos Estados Unidos, e argumentando que, no Brasil, para evitar o perigo de governantes se reelegerem obten-

---

40 Transcrito do *Jornal do Commercio* em *Commercio do Espírito Santo*, 7 dez. 1894.

41 ESPÍRITO SANTO (Estado). Congresso Legislativo. *Anais: 1894*. Sessão de 29 de novembro de 1894. Vitória.

42 *Commercio do Espírito Santo*, 7 e 8 nov. 1894.

do falsas maiorias, bastaria exigir coeficientes eleitorais elevados, 2/3, 3/4 ou 4/5 do eleitorado. Menciona ainda o caso do Rio Grande do Sul, onde era permitida a reeleição e o governador fora reeleito, com o apoio de *O País*. Por fim, procura se separar do projeto dos deputados, e admite que, se a causa da iniciativa foi o desejo de vê-lo continuar no governo, ele só pode agradecer, mas alega que, “não seria de certo estabelecendo a reeleição por 3/4 dos votos” que eles garantiriam seu êxito.<sup>43</sup>

Finalmente, na sessão do Congresso estadual de 8 de dezembro, depois de defender mais uma vez o projeto, Henrique Coutinho retirou-o, acusando a existência de “uma campanha surda de descrédito, em que as armas são suspeitas”. Em editorial de 17 do mesmo mês, *O Estado do Espírito Santo* apresentou como motivo

o apelo de parte da imprensa do Rio, dirigido pessoalmente ao Presidente do Estado, a corrente de opinião que se formou ali em certas rodas políticas contra o projeto, o amor que Sua Excelência tem à sua reputação e o interesse que têm os seus amigos em zelar por ela [...] se podia suspeitar fora do Estado, fora do teatro dos acontecimentos que o Presidente do Estado exercia influência junto aos seus amigos para obter a passagem.<sup>44</sup>

O episódio causou desgaste para Muniz Freire, resultou no aparecimento de uma dissidência no partido e deu nova vida à oposição, que estava dividida e enfraquecida.

Porém, Muniz Freire conservou amplo apoio e popularidade. Afinal, as realizações de seu governo e a excelente situação econômica sustentavam um clima de euforia que o Espírito Santo

---

43 *O Estado do Espírito Santo*, 30 out. 1894.

44 *Idem*, 17 dez. 1894.

jamais experimentara. A exportação de café crescia, passando de 16 milhões a 24 milhões de quilos entre 1892 e 1895, enquanto a receita arrecadada passava de 3 milhões e 181 mil contos a 4 milhões e 669 mil contos no mesmo período, crescendo mais de 46%. O comércio se desenvolvia, surgiam firmas importadoras de produtos italianos, para atender aos imigrantes que chegavam aos milhares nos últimos anos; nos jornais, multiplicavam-se os anúncios de produtos finos. Em 1895, foi inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, até Viana, concluídas novas obras de urbanização de Vitória e, em 1896, foi inaugurada a sede do Congresso Legislativo e aberto ao público o Teatro Melpômene.

Assim, ao final de seu governo, Muniz Freire pôde eleger um sucessor escolhido por ele, Graciano dos Santos Neves. Porém, as eleições se realizaram com o Partido Construtor dividido e um candidato dos dissidentes, na oposição, o senador Domingos Vicente, apoiado pela União Republicana Espírito-Santense, além de um candidato do Partido Autonomista, o Barão de Monjardim. Nessa ocasião, a divisão das forças políticas que haviam sustentado Floriano Peixoto e eleito Prudente de Moraes já se tornara clara no plano federal e se refletia no estado, onde os dissidentes do PRC aproximaram-se da ala de oposição ao presidente da República.

Muniz Freire encerrou seu governo deixando um saldo de mais de 10 mil contos em depósito bancário, destinado à construção da E. F. Sul, sua prioridade máxima, e o Espírito Santo como o nono estado brasileiro em arrecadação e um dos primeiros quanto à relação renda/população. Passou o cargo a um aliado em quem depositava total confiança, companheiro das lutas do início da República e secretário-geral de seu governo, que ele considerava um continuador de sua administração; acertou com o diretório do Partido Construtor as candidaturas às próximas eleições federais que, dado o pequeno número de vagas, consistiam num dos principais motivos de conflito; e partiu para Paris, em comissão do estado, com a finalidade de administrar a dívida contraída naquele país para a construção

da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, realizar as compras do material necessário e conseguir mão de obra com o mesmo objetivo.

Mas nada correu como ele esperava. A crise do café da virada do século começava, e duraria mais de uma década, arruinando todas as expectativas em relação à receita estadual e ao pagamento da dívida externa. O diretório do Partido Construtor não cumpriu os compromissos assumidos com Muniz sobre as candidaturas a senador e deputados federais, provocando uma crise interna da qual resultou a saída de lideranças importantes, que se uniram aos dissidentes e formaram uma oposição forte no estado.

O novo governador, Graciano dos Santos Neves,<sup>45</sup> nascera em 1868, numa das famílias mais influentes de São Mateus, formara-se em medicina em 1889 e voltara para o Espírito Santo, onde participou ativamente da luta política no período agitado do início da República, tendo fundado um jornal em São Mateus, *O Norte do Espírito Santo*, alinhado com o grupo de Afonso Cláudio e Muniz Freire, e fez parte da Junta Governativa que dirigiu o estado. Ainda muito jovem, era respeitado por sua cultura e integridade de caráter. Não tinha, porém, o gosto pelo exercício do poder e da administração pública, e teve de enfrentar um ano de grandes dificuldades, na economia e na política.<sup>46</sup>

Embora a baixa do preço do café não tenha sido forte no início da crise, agravando-se progressivamente nos anos seguintes, provocou uma queda da receita, e foi acompanhada da desvalorização da moeda brasileira, que tornou mais pesado o pagamento da dívida externa<sup>47</sup> e das importações, numa época em que estas

---

45 Seus vices foram: Constante Sodré, José Gomes Pinheiro e Henrique Cerqueira Lima.

46 Ver o capítulo “Partidos Políticos e Eleições...”.

47 Apesar de o resgate das obrigações ter sido feito por compra, na baixa, com preço abaixo do par, em Paris. Relatório de Graciano dos Santos Neves, anexo em ESPÍRITO SANTO (Estado). Vice-presidente, 1897-1898 (Constante Gomes Sodré). *Mensagem*

atendiam grande parte do consumo público e privado. A economia capixaba perdeu seu dinamismo e as finanças estaduais enfrentaram problemas crescentes. Graciano restringiu os gastos, paralisou obras em Vitória e interrompeu o contrato de introdução de imigrantes. Essa última medida não lhe foi penosa, pois ele não era favorável à política de imigração praticada no país. O programa que gostaria de realizar, se a situação financeira não o tivesse impedido, seria de construção de estradas, que considerava o melhor meio de impulsionar o progresso, e de rever a questão dos serviços públicos de Vitória, “presentemente ligados à sorte duvidosa de empresas particulares, com prorrogação de prazos de contrato”.<sup>48</sup> Como se vê, Graciano não partilhava todas as ideias de seu antecessor, embora estivessem plenamente de acordo quanto à prioridade das ferrovias.

Uma das obras interrompidas foi um hospital, na Praia do Suá. Em sua mensagem ao Congresso Legislativo (22 de setembro de 1896), Graciano diz que poderia custeá-la com um imposto sobre as loterias, mas era contrário à promoção do jogo pelo Estado, por princípio. Outra medida igualmente esclarecedora sobre a personalidade do governador foi seu pedido ao Congresso Legislativo, na mesma mensagem, para que votasse uma lei que restringisse “com prudência, a faculdade que tem o Presidente de abrir créditos suplementares ao orçamento”. É fácil entender as dificuldades que ele teve na política partidária...

A oposição estadual, aliada à oposição a Prudente de Moraes, manteve um clima de alta tensão, no estado e no país, antes e após a eleição da bancada federal (30 de dezembro de 1896). Esses

---

*apresentada ao Congresso Legislativo em 13 de setembro de 1897.* Disponível em: <[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)>.

48 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1896-1897 (Graciano dos Santos Neves). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 22 de setembro de 1896.* Disponível em: <[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)>. Referia-se, sem dúvida, à Companhia Torrens.

fatos estão relatados e comentados mais adiante no capítulo “Partidos Políticos e Eleições...” e não serão aqui abordados. Registro apenas que a oposição, no início simpática a Graciano, atacando apenas o diretório do PRC, do qual ele não participava, acabou voltando-se contra ele, em ataques violentos. E o governador era pressionado pelo diretório, cujos principais membros eram Augusto Calmon, Henrique Coutinho e Cleto Nunes, principalmente devido à política de restrição de gastos, mas também por sua recusa a praticar atos administrativos dos quais discordava e lhe eram solicitados pelos chefes partidários. O desfecho foi a renúncia de Graciano ao governo (15 de setembro de 1897). Esse mandato mal-sucedido foi uma fonte de inspiração para Graciano escrever sua obra satírica *A Doutrina do Engrossamento*, palavra usada na época com o sentido de bajulação.<sup>49</sup>

Assumiu o 1º vice-presidente, Constante Sodré, fiel aliado de Muniz Freire, até que se procedesse a eleição de um governador para completar o mandato, ou seja, até 1900.

Diante dos acontecimentos, Muniz veio da Europa (3 de novembro de 1897) e aqui chegou às vésperas do atentado contra o presidente Prudente de Moraes, que envolveu o Partido Republicano Federal e Torquato Moreira.<sup>50</sup> O Congresso estadual aprovou por unanimidade uma mensagem de apoio ao presidente da República.

Das negociações realizadas no Espírito Santo com a presença de Muniz, surgiu a candidatura de José Marcelino Pessoa de Vasconcelos ao governo estadual, e a fusão do Partido Autonomista, liderado pelo Barão de Monjardim, com o Partido Republicano Construtor, que passou a se denominar Partido Construtor Autonomista (PCA). A crise financeira levou Constante Sodré a encarregar

---

49 NEVES, Graciano dos Santos. *A Doutrina do Engrossamento: tratado irônico de bajulação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Flores & Mano, 1935.

50 O acontecimento está comentado em “Partidos Políticos e Eleições...”, ao qual remeto o leitor.

Muniz Freire de conseguir, no Rio, um empréstimo no London and Brazilian Bank, o que foi feito.<sup>51</sup>

A candidatura de José Marcelino foi comentada pelo jornal oposicionista em Vitória com uma matéria iniciada com a pergunta: “Quem é José Marcelino?” e concluída com a afirmação de que se tratava de “um desconhecido no Espírito Santo”.<sup>52</sup> Ele desempenhava um primeiro mandato de deputado estadual, eleito em 1895, fora médico da Hospedaria de Pedra d’Água e ocupara outros cargos públicos, mas não tinha força política no estado. Empossado em 7 de janeiro de 1898, enfrentou o agravamento da crise econômica, com uma seca que veio se somar à baixa do preço do café e à desvalorização da moeda brasileira. A receita do estado, já em queda em 1897, quando foi de 4.170 mil contos de réis, atingiu apenas 3.146 mil contos em 1899. Além de novos cortes nas despesas, recorreu a um novo empréstimo, ao Banco da República, de 1.500 contos. Visando adaptar o sistema tributário estadual à nova situação, propôs ao Congresso a criação do imposto territorial, acompanhada da redução do imposto de exportação sobre o café, como haviam feito os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Na política, não teve melhor sorte; entrou em choque com o diretório de seu partido, o PCA, e o conflito dividiu o Congresso estadual e quase provocou sua renúncia. Depois de quatro meses de embate político e negociações, chegou-se à conciliação, da qual, porém, não participou Augusto Calmon, presidente do Congresso e do diretório.<sup>53</sup> Além disso, o governo foi acusado de vender irregularmente vastíssima extensão de terras no Rio Doce a um Zinzen, sobrinho de

---

51 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1898-1900 (José Marcelino Pessoa de Vasconcelos). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 7 de setembro de 1898*. Disponível em: <[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)>.

52 *Commercio do Espírito Santo*, 5 nov. 1897.

53 *O Cachoeirano*, 18 e 25 set. 1898; 14 out. 1898; 27 nov. 1898; 11 dez. 1898; 21 jan. 1899.

Henrique Coutinho e grande comerciante em Vitória, o que causou escândalo e, segundo o jornal *Commercio do Espírito Santo*, perseguição policial a dois de seus redatores, sendo um deles José Horácio Costa, que pediram e obtiveram *habeas corpus* da justiça federal.<sup>54</sup>

Diante da situação das finanças do estado, que tornava sem sentido sua função na Europa, Muniz Freire pediu exoneração e voltou ao Brasil, chegando ao Rio em abril de 1899. A situação política do país mudara na sua ausência de pouco mais de um ano. Da agitação revoltosa do atentado a Prudente, passara-se à tranquilidade do governo de Campos Sales. Derrotados os jacobinos e florianistas com o fracasso do atentado e a repressão que se seguira, embora os parlamentares envolvidos não tenham sido processados, pois o Congresso negou a licença para tal, a condenação da opinião pública e da maior parte dos políticos enfraqueceu a oposição e ajudou na união de forças em torno da candidatura de Campos Sales que, vitorioso nas urnas, procurou promover a conciliação geral.

Foi essa também a intenção de Muniz Freire no Espírito Santo. Reconciliar com seu partido as lideranças que dele se haviam afastado no período em que estivera na Europa, e atrair aqueles que haviam pertencido ao Partido Republicano Federal (PRF), mas não se identificavam com o radicalismo que marcara esse partido nos últimos tempos e o levara à dissolução. Entre os primeiros estavam Luís Siqueira Lima, o candidato de Muniz ao Senado em 1896, que fora preterido por Henrique Coutinho, o coronel Joaquim Pinheiro, fundador do partido, e outras lideranças do sul do estado, que voltaram ao partido apoiando a candidatura de Muniz a um segundo mandato. No segundo grupo, a principal adesão foi a de Bernardo Horta, republicano da época da propaganda dos clubes, em Cachoeiro, onde exercia forte influência, que lançou um Manifesto Político no qual dizia que os ex-chefes do PRF apoiavam o

---

54 Citado pelo *O Cachoeirano*, 23 fev. 1899.

programa de Campos Sales que o Partido Construtor Autonomista também apoiava, tendo este, inclusive, delegados na convenção que lançou a candidatura de Campos Sales, havendo, portanto, identidade nas propostas políticas. Assim, como os ex-chefes do PRF apoiaram Campos Sales, nós apoiamos a candidatura de Muniz Freire, “como o único competente para assumir este posto de sacrifício e graves responsabilidades” (Cachoeiro de Itapemirim, 18 de novembro de 1899).<sup>55</sup>

Essas palavras finais, geralmente usadas como artifício de retórica, naquele caso exprimiam a realidade. Na difícil situação econômico-financeira do estado, o futuro governador teria que administrar a penúria, e ter a capacidade de liderança necessária para executar uma forte e sempre impopular política de contenção de gastos, ao mesmo tempo em que precisava consolidar a pacificação do partido, dilacerado na sua ausência.

A conciliação, porém, não envolveu toda a oposição. Boa parte da seção estadual do extinto PRF, agora sob a denominação de Concentração, continuou atuante, especialmente Gil Goulart e Torquato Moreira, livre do processo pelo atentado, que passaram a fazer feroz campanha contra Muniz Freire, tanto no *Commercio do Espírito Santo* quanto em jornais do Rio. E Jerônimo Monteiro, que deixara o PCA em 1898, na ausência de Muniz,<sup>56</sup> não retornou nem se integrou à Concentração: fundou o Partido da Lavoura, que apresentou a candidatura de Ramiro de Barros Conceição, chefe político em Afonso Cláudio, como candidato ao governo estadual, com o apoio da Concentração.

Simultaneamente, havia campanha para eleição da bancada federal (31 de dezembro de 1899), e o PCA apresentou finalmente a candidatura de Luís Siqueira Lima ao Senado, e para a Câmara manteve Pinheiro Júnior e Galdino Loreto, substituindo apenas Je-

---

55 *O Estado do Espírito Santo*, 5 dez. 1899.

56 *Commercio do Espírito Santo*, 19 jun. 1898.

rônimo Monteiro, da anterior legislatura, por José Francisco Monjardim, filho do barão. A chapa, que foi eleita, representava a conciliação e a adesão anterior do Partido Autonomista.

Muniz Freire foi eleito, tendo como vices Constante Sodré, Cerqueira Lima e Monteiro de Barros, e iniciou seu segundo mandato a 23 de maio de 1900, quando a crise do café atingia sua pior fase para o Espírito Santo: a seca prolongada reduziu drasticamente a exportação, principalmente no primeiro ano, e, quando esta se recuperou, o preço do produto despencou. A moeda iniciou sua valorização, devido à política de Campos Sales, mas a receita do estado era tão pequena que o peso da dívida externa continuava insuportável. Muniz passou todo o seu governo empenhado em reduzir despesas e administrar e pagar dívidas, tendo inclusive que enfrentar um conflito com o Banque de Paris et des Pays Bas, devido ao não pagamento de uma parcela em 1901. O caso foi resolvido com um empréstimo do Banco do Brasil, mas o governo federal foi extremamente duro com o Espírito Santo.<sup>57</sup>

Outra dificuldade surgiu com a reativação de uma questão de limites com Minas Gerais sobre uma região do Alto Itapemirim, em Alegre e Veado (atual Guaçuí), questão que se arrastaria por longo tempo, apesar da assinatura de diversos convênios entre os governos dos dois estados, sempre contestados posteriormente.

As areias monazíticas existentes na costa começaram a ser exploradas nessa época e deram margem a um embate com a União, que alegava serem as jazidas inteiramente situadas em terrenos de marinha, o que era contestado pelos engenheiros comissionados pelo governo estadual, e assinou um contrato para sua exploração, incluindo uma cláusula segundo a qual não seria pago o imposto de exportação, sem dar sequer conhecimento do fato ao governo

---

57 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1900-1904 (José de Melo Carvalho Muniz Freire). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 2 de outubro de 1902*. Disponível em: <[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)>.

estadual. Este apreendeu as areias que seriam exportadas e Muniz Freire telegrafou ao presidente Rodrigues Alves afirmando: “Caso o contrato disponha coisa contrária [ao pagamento do imposto] o Estado se submeterá à violência logo que tiver conhecimento oficial dele, em acatamento à autoridade da União e obediência a V. Ex., mas recorrerá ao judiciário, onde espera encontrar justiça”.<sup>58</sup>

De positivo, o governo pôde registrar, em 1902, a entrega ao tráfego do trecho da Estrada de Ferro Sul entre Marechal Floriano e o rio Benevente (estação de Matilde), construído lentamente, com grande sacrifício. A expectativa era de que o avanço da ferrovia, alcançando novas áreas produtoras de café, aumentaria suas receitas, permitindo a continuidade de sua construção, mas isso não ocorreu. Por outro lado, uma ferrovia de capital privado, a Leopoldina, vindo do Rio de Janeiro, chegou a Cachoeiro, ligando o vale do Itapemirim àquela cidade e reforçando os laços de dependência da economia do sul do estado àquela praça, ao contrário do que Muniz Freire planejara com a construção da Estrada de Ferro Sul. Outro projeto do governador, porém, começou a ser realizado, embora sem a participação do governo estadual, por uma empresa privada, com concessão da União: a construção de uma ferrovia de Vitória a Minas Gerais (Diamantina). Ela cortaria o vale do Rio Doce e se tornaria um importante fator de desenvolvimento do estado.

Apesar de todos os esforços, o governador não conseguiu equilibrar as finanças estaduais. O café, que custara 13 mil réis por 10 kg em 1895, oscilava entre 6 e 4 mil réis, arruinando a economia caixaba que dependia inteiramente dele. Muniz Freire terminou seu mandato desgastado, e apoiou a candidatura de Henrique Coutinho para sucedê-lo, enquanto ele próprio se candidatou ao Senado, para terminar o mandato do novo governador.

---

58 Artigo de Inglês de Souza no *Jornal do Commercio* de 24 mar. 1904, transcrito por *O Estado do Espírito Santo*, 24 maio 1904.

O governo de Henrique Coutinho transcorreu na mesma situação de crise econômico-financeira. Em 1906, teve início a primeira política de valorização do café praticada no país, mas seus resultados positivos só se fizeram sentir a partir de 1909. Sempre esperando um alívio nas finanças, o governador pretendia retomar a política de criação de núcleos coloniais de imigrantes europeus e desenvolver a instrução pública. Quanto ao primeiro ponto, obteve do presidente Afonso Pena a promessa de envio de imigrantes e tratou de preparar um núcleo para recebê-los, no vale do rio Guandu, ao qual deu o nome do presidente, mas os imigrantes não chegaram, e o governador enviou um emissário aos Açores, encarregado de trazer famílias de agricultores, mas elas só chegaram após o final de seu governo. Quanto à educação, no início foram apenas abertas algumas escolas em povoações e feita uma proposta de acabar com a Escola Normal, mas ela foi apenas reformada, e, no final de sua gestão, foi tomada uma medida importante, de iniciativa do Congresso Legislativo: a criação do Colégio Estadual.<sup>59</sup> Em seu governo foi feita uma ampla reforma, com a demolição de velhas casas, na Praça João Clímaco, junto ao Palácio do Governo, e este recebeu iluminação elétrica.

Outra questão de limites veio se somar à já existente com Minas: o governo da Bahia invadiu a região entre o rio Mucuri e o Riacho Doce, alegando ser território baiano. O governador procurou resolver a questão amistosamente, entre os dois governos, e estava convencido de que a pretensão baiana fora motivada pela existência de areias monazíticas na área.

Mas a grande questão do governo de Henrique Coutinho foi de ordem política: o rompimento da aliança com Muniz Freire. Em 1905, o governador recusou a indicação de dois candidatos ao governo municipal de Vitória, apresentada pelo líder de seu partido, o

---

59 O projeto original de monsenhor Eurípedes Pedrinha foi ideia do bispo dom Fernando Monteiro, segundo NOVAES, Maria Stella de. *Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979, p 70.

que, segundo as regras informais da prática política então vigentes, representava uma afronta àquela liderança. Já no período em que Muniz estivera na Europa, os demais chefes políticos do PRC, inclusive ele, Henrique Coutinho, haviam conduzido o partido contrariando as decisões e compromissos de Muniz, mas isso acontecera na ausência dele e procurando disfarçar a rebeldia com complicadas manobras e negociações, e o resultado fora péssimo para o partido, que só se recompôs com a volta e a candidatura de Muniz. Porém, Henrique Coutinho conseguira a senadoria... No Senado mostrou-se, para dizer o mínimo, entusiasta admirador do líder de seu partido, tanto que o senador mineiro Artur Azeredo, em discussão sobre os desdobramentos do caso, afirmou no Senado ter ouvido Henrique Coutinho dizer na tribuna que Muniz Freire era o homem mais capaz, digno e ilustre do Espírito Santo, e o país deveria buscá-lo para a presidência da República.<sup>60</sup>

O fato é que o partido, mais uma vez, se dividiu. A maioria da bancada federal e do Legislativo estadual, e até mesmo alguns antigos adversários – Domingos Vicente e Horácio Costa – apoiaram Muniz, e iniciou-se uma dura luta pelo poder na oligarquia capixaba. O Congresso Legislativo chegou a aprovar uma proposta de impeachment do governador,<sup>61</sup> mas os partidários deste alegaram sua inconstitucionalidade e a discussão da questão jurídica se arrastou até o fim da legislatura, sem solução. No início do ano seguinte (1906), realizaram-se eleições para o Congresso Nacional e Muniz Freire liderou uma chapa de oposição à do governo estadual, tendo ele próprio como candidato ao Senado e Bernardo Horta, Graciano Neves e José Monjardim à Câmara. A apuração final, realizada no

---

60 BRASIL. Congresso. *Intervenção nos estados (Espírito Santo – 1907)*. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal do Commercio*, 1907. (Documentos Parlamentares, v. 4). Sessão do Senado de 1º de agosto de 1907, p. 369.

61 ESPÍRITO SANTO (Estado). Congresso Legislativo. *Anais: 1905*. Sessão de 20 de setembro de 1905. Vitória.

estado, deu a vitória aos candidatos governistas, encabeçados por Augusto Calmon, candidato ao Senado, mostrando que Henrique Coutinho e seus aliados se haviam fortalecido, mas a chapa de Muniz Freire tinha mais poder no âmbito federal, e o Congresso Nacional reconheceu seus candidatos e não os do governo estadual. Assim, Henrique Coutinho ficou com uma bancada inteiramente oposicionista no Congresso, pois o deputado eleito pelo “terço” era Torquato Moreira, contrário às duas facções em luta.

No estado, Henrique Coutinho aproveitou o longo recesso do Congresso Legislativo, que ia de janeiro a setembro, e naquele ano só se encerrou em outubro, para recuperar a maioria, segundo Henrique de Novaes, comprando a adesão de um deputado,<sup>62</sup> e o processo de impeachment foi arquivado. Mas a luta continuou...

O episódio seguinte foi a eleição para o Congresso estadual (31 de dezembro de 1906), que terminou com duas chapas se proclamando eleitas, e criando o que se denominava “duplicata de assembleia”, isto é, duas assembleias em funcionamento. O caso não era raro na Primeira República, e o Espírito Santo conheceria outras, como veremos. A assembleia governista tinha a vantagem óbvia de ser reconhecida pelo governo estadual, e a oposicionista recorreu ao governo federal pedindo sua intervenção para pôr fim à “anárquica situação” em que se encontrava o estado.<sup>63</sup> Esses casos eram então decididos no Congresso Nacional. A causa da oposição dificilmente seria vitoriosa. No caso da eleição da bancada federal, tratava-se da atribuição que o Congresso possuía de reconhecer, em última instância, seus próprios membros, mas a intervenção federal num estado, numa questão de eleição do Legislativo estadual, tinha implicações muito mais graves. O assunto foi debatido na imprensa

---

62 NOVAES, Henrique de. *Memórias*. (datiloscrito inédito), p. 107.

63 BRASIL. Congresso. *Intervenção nos estados (Espírito Santo – 1907)*. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal do Commercio*, 1907. (Documentos Parlamentares, v. 4), p. 255-265.

da capital federal, com jornais apoiando uma ou outra facção, e um editorial do *Diário de Notícias* esclareceu bem a questão.<sup>64</sup> Invocava o caso de Goiás, ocorrido dois anos antes, no qual a intervenção era proposta pelo poderoso ministro da Fazenda, Leopoldo Bulhões, e tinha o apoio do presidente Rodrigues Alves, mas este “no momento decisivo, abandonou o Sr. Bulhões”, para não entrar em choque com os partidos situacionistas dos demais estados, “solidários, por instinto de conservação” com o governo de Goiás. Agora, “por maior que seja a força do Presidente da República ou dos chefes políticos, não será bastante para arrancar às representações dos Estados e seus respectivos governos voto tão contrário ao interesse dessas representações e governos, cuja sorte está vinculada à ampla e completa autonomia eleitoral do Estado.” Com efeito, foi o que ocorreu. Henrique Coutinho ganhou mais uma batalha. Mas foi uma vitória de Pirro, como veremos. Nessa luta, o verdadeiro vencedor foi um terceiro, cuja ascensão já começara.

Em 1906, o governador decidiu vender a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e encarregou o comendador Cícero Bastos, a quem deu procuração e instruções, de tratar do negócio.<sup>65</sup> Cícero Bastos residira muito tempo no Espírito Santo, onde se destacara como um empreendedor de grande capacidade, mudara-se depois para São Paulo, onde continuara sua carreira de negócios bem-sucedidos e desfrutava de boas relações no meio empresarial. Era sogro de Jerônimo Monteiro, que também estava residindo em São Paulo, em Santa Rita de Passa Quatro, onde comprara uma fazenda, exercia a advocacia e participava da política local. Já em 1903, Jerônimo manifestara, em carta ao irmão, o bispo dom Fernando Monteiro, interesse na venda da ferrovia.<sup>66</sup> Ele se afastara da política capixaba

---

64 Transcrito no *Jornal Oficial*, 27 mar. 1907.

65 *Jornal Oficial*, 10 out. 1906.

66 ESPÍRITO SANTO (Estado). Arquivo Público. Arquivo Maria Stella de Novaes. Carta de Jerônimo Monteiro a dom Fernando Monteiro, 23 de outubro de 1903.

como adversário de Henrique Coutinho, pois, após exercer um mandato de deputado estadual pelo PRC, dando total apoio ao governo de Muniz Freire, recebera do partido uma das disputadíssimas vagas de deputado federal na eleição de 1896, aquela em que, estando Muniz na Europa, o diretório do qual Henrique Coutinho era um dos principais membros, excluíra um deputado importante do partido, Torquato Moreira, que só se elegera pelo “terço” reservado à oposição. Contudo, após pouco mais de um ano de mandato, Jerônimo abandonou o partido, passou à oposição, criou um novo partido e enfrentou o PRC na agressiva campanha de 1900. Derrotado, retirara-se para a fazenda da família em Cachoeiro e de lá para São Paulo. Porém, seu irmão Bernardino, que também se elegera pelo PRC em 1896, numa renhida disputa para o governo municipal de Cachoeiro, tomara posição a favor de Henrique Coutinho na ocasião do rompimento com Muniz Freire e, o que sem dúvida foi decisivo para facilitar a aproximação, o governador estreitara relações com outro irmão, o bispo dom Fernando.

Ainda no governo Muniz Freire, Jerônimo na carta mencionada acima, diz ter sabido que o governador pretendia vender a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e pedia ao bispo que obtivesse uma entrevista sua com o governador para tratar do assunto, pois tinha interesse na negociação. A notícia da venda não era verdadeira na ocasião, mas se tornaria realidade três anos depois, e Jerônimo foi designado representante do governo do Espírito Santo na transação, embora tenha figurado como procurador o deputado mineiro João Luís Alves.<sup>67</sup>

A venda foi concretizada em agosto de 1907, e o contrato com a compradora, a Leopoldina Railway, tinha a particularidade de determinar detalhadamente em que seriam aplicados os 3 mil

---

67 Discurso de João Luís Alves no Senado, publicado no *Commercio do Espírito Santo*, 13 jan. 1909.

contos pagos,<sup>68</sup> sendo parte em pagamento da dívida e parte em núcleos coloniais, fora as despesas da operação. Paralelamente, foi revisto o contrato com a Companhia Caravelas e transferida a ferrovia de Cachoeiro de Itapemirim à mesma Leopoldina, que pagou ao estado 30 contos mais 1.500 contos em prestações baseadas na renda bruta da estrada.<sup>69</sup>

Jerônimo foi também encarregado pelo governo de negociar com o Banco do Brasil, a liquidação de uma dívida vencida, proveniente do empréstimo feito em 1899, dívida essa que já causara sérios problemas no segundo governo Muniz Freire. O pagamento foi realizado no início de 1907, e na ocasião motivou fortes aplausos a Jerônimo, porém mais tarde lhe daria grandes aborrecimentos, pois a honestidade da transação foi repetidamente posta em questão.

Ainda no setor das finanças, Henrique Coutinho contraiu novo empréstimo externo, de cuja negociação foi encarregado João Zinzen, em maio de 1908, nos últimos dias de seu governo. Esse empréstimo, contraído na França, aumentou a dívida externa do estado em mais de 100%.<sup>70</sup>

Quando se aproximava a sucessão do governador, o presidente Afonso Pena empenhou-se numa tentativa de pacificação da política capixaba, auxiliado pelo deputado mineiro João Luís Alves, de seu grupo político, que participara da venda da Estrada de Ferro Sul juntamente com Jerônimo (de quem fora colega na Faculdade de Direito de São Paulo), e assim se valorizara perante o governador; além disso, tinha boas relações com Muniz Freire. O que se dizia no estado era

---

68 NOVAES, M. S., 1979, p. 70-1.

69 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1908-1912 (Jerônimo de Souza Monteiro). *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo em 24 de setembro de 1908*, p.37. Disponível em: <[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)>.

70 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1912-1916 (Marcondes Alves de Souza). *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo em 15 de outubro de 1914*. Disponível em: <[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)>.

que Henrique Coutinho pretendia fazer seu sucessor o genro, Araújo Aguirre, que participara de seu governo e era deputado estadual desde 1898. Muniz relatou mais tarde<sup>71</sup> ter participado de conversações com o presidente e João Luís Alves em busca de um candidato que pudesse promover “a paz e a harmonia da família política espírito-santense”, mas essas negociações teriam sido frustradas pela iniciativa de Jerônimo Monteiro de se fazer candidato de Henrique Coutinho.

Henrique de Novaes, tratando da aproximação entre Jerônimo e Henrique Coutinho em 1906, diz que: “É provável – certo mesmo – estar por essa época Jerônimo já se preparando para substituir Coutinho que, desajudado do governo federal, não poderia fazer por si só o substituto”.<sup>72</sup> O governador, então, ofereceu-lhe o cargo de Secretário de Estado, e mais tarde, de Diretor do Tesouro, visando incompatibilizá-lo para a eleição. Os cargos foram, evidentemente, recusados. “Verdadeiro jogo político entre dois políticos espertos...” é o comentário do autor.

Quando se tratou do lançamento da candidatura, ainda segundo Henrique de Novaes,<sup>73</sup> Afonso Pena, que seria “amigo íntimo de Muniz, e desejava sinceramente conciliar a política capixaba” encarregou João Luís Alves de ajustar, num acordo, as três correntes, de Coutinho, Muniz e Torquato Moreira, daí surgindo a candidatura Jerônimo, apoiada por todos. Da parte de Muniz, esse apoio foi reticente e só veio depois de lhe ser assegurado que o candidato anunciara excelentes disposições em relação a ele e seu grupo político.<sup>74</sup>

Em setembro de 1907 a candidatura de Jerônimo já estava nos jornais e ele foi recebido em Cachoeiro com manifestações festivas, e em outubro, na convenção do Partido Construtor, realizada no Palácio do Governo, Henrique Coutinho apresentou-a pessoal-

---

71 *O Cachoeirano*, 20 ago. 1911.

72 NOVAES, H. *Memórias*, p. 108.

73 *Idem*, p. 120-1.

74 *O Cachoeirano*, 20 ago. 1911.

mente, invocando sua família, “uma das mais respeitáveis do Espírito Santo”, seu irmão, o bispo dom Fernando, “virtuoso, cheio de bondade”, que havia criado duas escolas secundárias,<sup>75</sup> sua atuação como deputado federal, “deixando traço brilhante” na Câmara e, finalmente, os serviços que prestara ao estado. Houve poucas objeções: dois deputados que haviam mandado procuração para voto contrário haviam sido convencidos pelo governador e deram a ele novas procurações a favor da candidatura, ficando apenas como vozes dissonantes monsenhor Eurípedes Calmon Pedrinha e Pinheiro Júnior,<sup>76</sup> que se manteriam sempre em oposição a Jerônimo, e José Bello Amorim, chefe político em Alegre, influente no sul do estado, que acatou a decisão do partido.<sup>77</sup>

Como candidato, Jerônimo empreende uma série de viagens: retorna a Santa Rita de Passa Quatro, acompanhado por políticos, onde é recebido com grandes festas, depois vai ao Rio e de lá a São Paulo, sempre levado ao embarque por políticos de projeção, entre os quais o presidente da Câmara, Carlos Peixoto. Na capital paulista visita o governador “no sentido de sua administração futura ser coadjuvada pelo importante Estado naquilo que ele possa fazer em benefício do Espírito Santo”.<sup>78</sup> Todos esses passos são noticiados pela imprensa, constituindo excelente propaganda do candidato.

No dia 17 de janeiro, ele lança um “Manifesto Político”, no qual, além de elogios ao governo que finda e manifestações de apreço e agradecimento ao governador e ao Partido Construtor, anuncia as diretrizes que orientarão sua gestão e pode ser considerado um programa de governo, se levarmos em conta que naquela época os candidatos não apresentavam programas formais de governo. No

---

75 Os colégios do Carmo, em Vitória, e Diocesano, em Cachoeiro.

76 *Jornal Oficial*, 17 out. 1907.

77 *O Alcantil*, 20 nov. 1907, citado por AMORIM, Joaquim Pires de. *Um dos primeiros habitantes de Cachoeiro*. 2 ed. Cachoeiro de Itapemirim: Tipografia Vitória, 1966.

78 *Jornal Oficial*, 8 dez. 1907.

documento, Jerônimo aponta problemas e dificuldades do estado, sem fazer, no entanto, qualquer menção à crise do café, indicando caminhos para sua superação e demonstrando total confiança num futuro de progresso e engrandecimento. Entre os problemas, menciona a “atualmente ausência de energia no espírito de iniciativa individual”, o “erário depauperado” e onerado por dívidas e obrigações, o crédito público “decaído e bastante enfraquecido”, a deficiência de transportes, diminuída com as novas estradas de ferro, mas ainda a exigir a abertura de estradas que levem às estações ferroviárias e liguem municípios.

O governo deveria ser estimulador e mobilizador “das várias forças produtoras” e dos “prestimosos elementos políticos”, a fim de engajá-los na obra “de engrandecimento geral”. Isso exige “a moderação, a tolerância, o respeito aos direitos individuais, a defesa da representação das minorias e uma direção governamental [...] amparada nos preceitos constitucionais e sinceramente dedicada ao bem comum”.<sup>79</sup>

Na economia, o governo deveria intervir criando e estimulando a iniciativa privada e proporcionando facilidades para a criação e o fomento de novos empreendimentos, procurando contar, para isso, com o apoio do governo federal e dos municípios. Assim, será possível estimular o crédito agrícola, obter da União a isenção de impostos aduaneiros sobre os bens destinados ao desenvolvimento da agricultura e da indústria, os melhoramentos do porto de Vitória e o auxílio para a introdução de imigrantes. A respeito da situação financeira, anuncia uma política fiscal rigorosa: saldar os compromissos pontualmente, com os recursos orçamentários, ou seja, não contrair novos empréstimos para pagar dívidas, fazer severa economia e ativa fiscalização da arrecadação. Pretende suprimir alguns cargos, diminuir alguns vencimentos, suspender algumas

---

79 *Diário da Manhã*, 17 jan. 1908. O programa foi reapresentado, com bem poucas alterações, no início do governo, sob o título de Manifesto Inaugural, em *Diário da Manhã*, 11 jun. 1908.

obras e transferir a particulares ou ao governo federal alguns serviços. Sugere, também, a conveniência de um planejamento de longo prazo, que não seja interrompido a cada sucessão.

Na área de educação, propõe a criação de um ensino técnico, em escolas que não ministrem só o ensino clássico, mas preparem a mocidade “para o embate no campo das indústrias, do comércio e da agricultura, onde está travada a luta pela expansão econômica [...]” No ensino primário e no secundário, aprova as inovações feitas pelo governo em curso, “dando-lhes pequenas modificações aconselhadas pela experiência e pela prática moderna”.

O último ponto, que será uma prioridade de seu governo, é dotar a capital dos serviços de abastecimento de água, esgoto e iluminação elétrica, além de outros melhoramentos “impostos pela estética e pela higiene moderna”.

Ao final, afirma princípios gerais. A política deve se afastar da magistratura, da polícia e do ministério público. Os preceitos legais devem ser respeitados: a representação das minorias, a liberdade nas eleições, a subordinação dos interesses partidários aos do Estado. Conclui pedindo a colaboração de todos, nesse projeto que tem como único objetivo “o progresso e o engrandecimento de nossa terra”.

A eleição ocorreu a 2 de fevereiro de 1908, sendo Jerônimo candidato único.<sup>80</sup> Seus vices foram Cerqueira Lima, Joaquim Lírio e José Coelho dos Santos, de Itabapoana. Eleito, ele fez nova viagem a São Paulo e, desta vez, também a Minas. Em São Paulo, visitou órgãos públicos, em companhia de Albuquerque Lins, recém-eleito governador daquele estado, e foram juntos ao encontro do governador em final de mandato, Jorge Tibiriçá, que proporcionou a Jerôni-

---

80 A oposição ainda existente não apresentou candidato ao governo, alegando que a nova lei eleitoral inviabilizava uma candidatura de oposição, em *Jornal Oficial*, 18 jan. 1908. Resultados da votação contendo nomes de outras pessoas votadas se devem ao fato de que não era preciso ser candidato para receber votos; os eleitores podiam votar em pessoas que não se haviam candidatado.

mo os melhores contatos a fim de que ele realizasse seu intento de conhecer a organização dos serviços públicos paulistas, em especial nas áreas de educação e sanitarismo. A visita recebeu ampla e elogiosa cobertura de vários jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro.

A viagem a Minas Gerais ocorreu no início de maio. O ministro da Viação pôs à disposição de Jerônimo um vagão especial, ligado ao noturno, no qual ele foi de São Paulo ao Rio, onde foi recebido por numerosos políticos, membros das bancadas paulista, mineira e capixaba, além de um representante do presidente Afonso Pena, a quem visitaria no dia seguinte. Partiu para Belo Horizonte no mesmo vagão especial, acompanhado de deputados mineiros, foi recebido na estação pelo governador do estado, João Pinheiro, que lhe prestou muitas homenagens, e hospedou-se em casa do deputado João Luís Alves. Embora ao anunciar a viagem de Jerônimo a Minas a imprensa tenha apresentado como motivo a questão de limites entre aquele estado e o Espírito Santo,<sup>81</sup> nos relatos da viagem nada foi dito a respeito desse tema. Porém, outro assunto, não mencionado, deve ter sido discutido. Em abril falecera Cleto Nunes, abrindo uma vaga no Senado, e foi decidido, no partido, que o candidato a ela só seria indicado depois da posse de Jerônimo. Esse candidato foi João Luís Alves. A volta ao Rio foi ainda na companhia de João Luís Alves. Na capital federal, Jerônimo deu uma longa entrevista ao *Correio da Manhã*, teve uma conferência com o marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra, e foi recebido pelo presidente Afonso Pena.<sup>82</sup>

No dia 19 de maio, Jerônimo Monteiro desembarcou em grande estilo, com todas as honrarias, em Vitória, e no dia 23 tomou posse, no Congresso Legislativo. Iniciou seu governo com grande dinamismo, tomando medidas destinadas a reorganizar a administração e os serviços públicos, extinguindo alguns serviços

---

81 *Diário da Manhã*, 24 mar. 1908.

82 *Idem*, 17 e 21 maio 1908.

e cargos e criando outros, enquanto preparava uma reforma mais ampla, que dependia do Legislativo. Contratou o educador paulista Gomes Cardim, encarregado de dirigir a reforma do ensino no estado, contatou Cícero Bastos, que veio a Vitória acompanhado do conceituado engenheiro Augusto Ramos para planejar os serviços de água, esgoto e iluminação da capital, dos quais o último se tornará contratante, e, como medida provisória, fez captar alguns mananciais do entorno do centro da cidade, levando a água para abastecer o Palácio do Governo, a Escola Normal e algumas repartições públicas. Adotou a prática de não manter em cargos públicos demissíveis pelo governo detentores de mandato de deputado estadual, em “respeito” à autonomia dos poderes,<sup>83</sup> o que provocou a renúncia de sete deputados, alguns dos quais nomeados por ele para cargos importantes, e permitiu, acrescentada uma vaga por morte, a eleição de praticamente um terço do Congresso Legislativo. Estabeleceu um calendário fixando os dias para despacho com seus auxiliares, audiências, inclusive públicas, e até visitas a ele e sua família.<sup>84</sup>

Em poucos meses, Jerônimo completou a unificação da quase totalidade das forças políticas em torno de sua liderança. Em agosto, deu-se a adesão formal da corrente de Torquato Moreira ao Partido Construtor e, em dezembro, a substituição desse partido por uma nova agremiação, o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), sob a presidência de Jerônimo, incorporando a corrente do Barão de Monjardim, até então na oposição. Muniz Freire não participou da fundação do novo partido, mas adotou uma posição de simpatia e expectativa diante do programa de governo de Jerônimo. A única voz abertamente oposicionista que chegou a nós foi a de Graciano Neves, num discurso sarcástico e jocoso, bem ao

---

83 *Diário da Manhã*, 28 maio 1908.

84 *Idem*, 11 jun. 1908.

seu estilo, criticando a fundação do PRES e a atuação de Jerônimo, proferido na Câmara de Deputados.<sup>85</sup>

Com pleno controle da política do estado, o governador pode implementar seu vasto programa, do qual destacamos os pontos principais:

– Transformação de Vitória: instalação de serviços de esgoto, água, luz elétrica, bondes elétricos, urbanização (aterros, avenidas, loteamentos, construção de casas e prédios públicos, do Parque Moscoso, do cemitério público de Santo Antônio, reforma total do palácio do governo etc.). Criação de serviço de “limpeza pública e domiciliar” com inspeção e desinfecção das residências.

– Reforma do ensino: em seus aspectos pedagógicos e de organização, seguindo o modelo paulista, incluindo a reorganização da Escola Normal, a criação de uma Escola Modelo e uma Escola Complementar. Ampliação e construção de estabelecimentos de ensino, como os grupos escolares de Cachoeiro, São Mateus e Santa Leopoldina, a equiparação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Carmo) à Escola Normal, entrega do Ginásio Estadual à administração da Congregação do Verbo Divino.

– Reforma administrativa, de caráter modernizador; criação do Arquivo Público e da Prefeitura Municipal de Vitória, com prefeito nomeado pelo governador.<sup>86</sup>

– Industrialização e diversificação econômica do baixo Vale do Itapemirim, concedendo incentivos, subsídios (energia elétrica) e garantia de juros para as indústrias que se criassem e, principalmente, montando indústrias cuja exploração seria entregue à iniciativa privada: usina de açúcar, fábricas de tecidos, papel, óleo vegetal e cimento, grande serraria e uma usina hidrelétrica, que forneceria

---

85 NOVAES, H. *Memórias*, p. 166.

86 Até então não havia prefeitos no Espírito Santo, mas apenas governos municipais que exerciam funções legislativas e executivas, estas últimas delegadas ao presidente.

energia para todas. Essas indústrias utilizariam matérias-primas de produção local e teriam, assim, um efeito dinamizador sobre a economia de toda a região.

– Fundação do Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, em 1911, mediante contrato com J. Loste e Comp., banqueiro francês, que forneceria o capital, e o estado daria garantia de juros. Não era um banco estatal.

É longa a lista de realizações do governo Jerônimo; sua atividade incansável se espalhou pelos mais diversos setores. Beneficiou-se do desafogo das finanças estaduais, propiciado pela venda da ferrovia que ele próprio realizara para seu antecessor, pelo vultoso empréstimo que este contraíra ao final do governo e, por último mas não menos importante, pelo fim da longa crise do café. Mesmo assim, os recursos disponíveis não foram suficientes, e o estado saiu, outra vez, arruinado. Soube conseguir condições políticas favoráveis, como vimos, no início de seu governo, o que lhe permitiu concentrar-se na realização de seu programa e, na medida em que este tinha sucesso, firmar sua liderança.

O programa de modernização de Vitória, sobretudo, causou grande impacto e deu enorme popularidade ao governador. Em quatro anos, resolveram-se problemas graves que se arrastavam ao longo do tempo, melhorando substancialmente a qualidade de vida da população. E as obras de urbanização e construção de novos e imponentes edifícios públicos reforçavam a ideia de modernização que Jerônimo procurava imprimir ao seu governo. Seriam novos tempos, e tempos de progresso.

Alguns pontos do programa, porém, não tiveram o mesmo sucesso. O projeto de industrialização e diversificação da economia do Vale do Itapemirim foi mal planejado, sem apoio de uma avaliação consistente de seus custos e de sua viabilidade, superdimensionado em relação às possibilidades reais da economia capixaba, do mercado de trabalho e do tesouro estadual. Como a Companhia Industrial que o executava passou ao controle do Banco Hipotecário

e Agrícola, então criado, acabaram ambos em graves dificuldades, acarretando enorme prejuízo ao estado. Mas isso só ficou claro depois de terminado o governo. Já estavam então concluídas e funcionando a usina hidrelétrica e uma fábrica de tecidos, e a usina de açúcar e a serraria estavam em construção. Os outros projetos só se concretizaram muito tempo depois.

O Banco Hipotecário e Agrícola se transformou rapidamente numa fonte de problemas. Além daqueles criados pela Companhia Industrial, financiou vultosos projetos, como os do senador Alcindo Guanabara, do Rio de Janeiro, que nunca foram pagos. E jamais cumpriu sua principal finalidade: financiar a agricultura.<sup>87</sup>

Esses problemas, e queixas sobre aumento de impostos, não ofuscaram o brilho do governo de Jerônimo, realçado ainda por duas visitas de presidentes da República ao estado: Nilo Peçanha, que veio à inauguração do trecho da Estrada de Ferro Leopoldina entre Matilde e Cachoeiro, ligando finalmente essa cidade a Vitória, e esta ao Rio de Janeiro; e Hermes da Fonseca, quando regressava de uma viagem à Bahia, e inaugurou o serviço de bondes elétricos de Vitória (21 de julho de 1911).<sup>88</sup>

Jerônimo chegou ao fim de seu governo com grande popularidade, e a oposição só se manifestou quando se tratou da candidatura de seu sucessor. A sucessão sempre foi o momento de conflito na Primeira República, pois o poder se concentrava no executivo, não havia partidos programáticos – quando havia mais de um partido – e as oposições tinham poucas possibilidades de atuar fora dos períodos eleitorais, já que os legislativos eram ma-

---

87 CHEQUER FILHO, Namy. *A revolta do Xandoca, desafio à oligarquia Monteiro*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em História, Vitória, 2007, p. 39 e segs.; ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1912-1916 (Marcondes Alves de Souza). *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo em 8 de setembro de 1915*. Disponível em: <[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)>.

88 NOVAES, [1969?], p. 381.

oritariamente ou unanimemente governistas. Ao final do governo Jerônimo, a oposição, quase inexistente até então, se fortaleceu. Apresentada pelo Partido Republicano Espírito-Santense a candidatura do coronel Marcondes Alves de Souza, alguns aliados do governo passaram à oposição, entre os quais Torquato Moreira, que liderava uma facção política importante e tinha fortes apoios na política federal; Thiers Veloso, líder do governo no Legislativo; Bernardo Horta e o Barão de Monjardim. Na bancada capixaba no Congresso Nacional, 2 dos 4 deputados e 2 dos 3 senadores se desligaram do governo.

Marcondes era mineiro, vivera algum tempo no sul do Espírito Santo e se fixara em Cachoeiro, onde fez carreira política, até então à sombra dos Monteiro. Homem de pouca instrução, tivera de ganhar a vida em trabalhos sem prestígio social e era visto como dependente dos Monteiro. Para muitos, Jerônimo queria colocar no poder um “pau-mandado”. Logo veriam todos que estavam enganados.

Marcondes acabou sendo eleito, num processo conflituoso que agitou todo o estado, e está narrado no capítulo “Partidos Políticos e Eleições...”. Cabe registrar aqui a volta da oposição, embora tenha sido derrotada, e um episódio, aparentemente menor, que teve, porém, grave repercussão na política capixaba e na vida de Jerônimo. Trata-se de um discurso proferido por Muniz Freire no Senado, fazendo denúncias detalhadas sobre a negociação da dívida do Espírito Santo com o Banco do Brasil, empreendida por Jerônimo Monteiro no governo de Henrique Coutinho. Embora Bernardino tenha feito a defesa do irmão no mesmo Senado, a reputação de Jerônimo ficou seriamente abalada nos meios políticos federais, com consequências ao longo do tempo.

Empossado a 23 de maio de 1912, Marcondes não apresentou um programa de governo, afirmando que seu antecessor realizara uma obra tão extraordinária e um programa tão vasto, que

lhe cabia apenas desenvolvê-lo.<sup>89</sup> Porém, ele encontrou o estado com tão pesados encargos financeiros, que mesmo com o aumento substancial da arrecadação fiscal – que praticamente dobrou em comparação com os piores momentos da crise do café – não era possível dar continuidade a diversos empreendimentos, e ele começou a rescindir contratos: para montagem de indústrias, fundação de núcleos coloniais e construção de estradas. Mas o principal problema estava no Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo e na Companhia Industrial, responsável pelas indústrias do Itapemirim.

Essa Companhia fora, no início, dirigida por Augusto Ramos, contratante das obras e das indústrias a serem montadas (com exceção da fábrica de tecidos de algodão, contratada com uma firma inglesa), mas, quando da criação do Banco Hipotecário e Agrícola, o governo transferiu a este o contrato, indenizando Augusto Ramos, que continuou apenas como arrendatário da usina de açúcar. A Companhia foi reorganizada e passou a se intitular Companhia Industrial do Espírito Santo, sendo dirigida pelo Banco. A usina de açúcar e a fábrica de tecidos estavam arrendadas, mas a renda não cobria o compromisso da Companhia com o Banco, que financiara todo o projeto. Marcondes julgava que o Banco, contando com a garantia de juros, administrava a Companhia sem preocupação com sua situação financeira, e cobrava do estado vultosas somas de juros anuais. Isto decorreria do contrato inicial, que o governador considerava lesivo ao estado.<sup>90</sup>

---

89 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1912-1916 (Marcondes Alves de Souza). *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo em 8 de outubro de 1912*. Disponível em: <[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)>.

90 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1912-1916 (Marcondes Alves de Souza). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 22 de outubro de 1913*;

\_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 15 de outubro de 1914*. Disponível em: <[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)>.

A situação do governador era extremamente delicada. Ele devia sua carreira política e seu cargo aos Monteiro, portanto, fazer críticas graves às ações de Jerônimo seria visto como traição, pecado muito grave segundo os padrões da época, na qual as relações pessoais e familiares baseavam a atividade política. Além disso, os Monteiro controlavam a política capixaba. Jerônimo havia feito um governo impactante, que trouxera benefícios reais ao estado e dirigia o partido único. Bernardino era senador desde 1909. Na presidência do Congresso Legislativo estava Antônio Monteiro, o irmão mais velho, e quando este faleceu, em 1913, foi substituído pelo próprio Jerônimo, eleito para a vaga. Como representante do governo no Banco Hipotecário estava o irmão José, e, em 1914, Jerônimo foi eleito deputado federal. Era, portanto, muito difícil enfrentar a situação criada pelo Banco e a Companhia Industrial, pois isso passava pela denúncia dos contratos para a criação do Banco e a entrega a este da Companhia Industrial, além de diversos financiamentos irregulares.

Marcondes recorreu, então, a um apoio externo, do senador Pinheiro Machado, de quem se aproximou durante o governo, chegando a fazer dele padrinho de sua filha. Senador por um estado fora do núcleo hegemônico ocupado por São Paulo e Minas, o Rio Grande do Sul, Pinheiro Machado conseguira, com sua extraordinária capacidade de liderança e habilidade política, tornar-se um dos mais poderosos políticos do país, ator chave nas sucessões presidenciais, com papel relevante na eleição de Hermes da Fonseca, então na presidência, e uma base de seu poder estava nas oligarquias dos estados fracos, principalmente do norte e do nordeste, que ele protegia e procurava controlar. Seria, portanto, de seu interesse apoiar um governador que enfrentasse uma facção oligárquica que não era ligada a ele, mas sim à política mineira, tanto mais que, segundo os contemporâneos, Jerônimo não era bem visto pelo senador. Partidários do ex-governador, como Hen-

rique de Novaes,<sup>91</sup> dizem que Pinheiro Machado instigou Marcondes a fazer as denúncias, mas o fato é que não havia como reverter a situação criada pelo Banco Hipotecário sem apresentar os problemas, originados na gestão de Jerônimo.

Marcondes começou questionando os valores cobrados como juros ao governo, em seguida impugnou as contas apresentadas para justificá-los, alegando ter o Banco cometido uma série de irregularidades, tais como conceder financiamentos sem garantia, autorizar gastos excessivos da Companhia Industrial que chegaram a comprometer a metade do capital do Banco, remunerar com honorários excessivamente elevados sua diretoria etc. Finalmente, o governo se recusou a pagar os juros cobrados. O Banco protestou na justiça federal e o governo contraprotestou. Simultaneamente, Marcondes tentava modificar o contrato com o banqueiro francês J. Loste. Para orientar suas ações, recorreu aos serviços do jurista Rui Barbosa. Também o empréstimo tomado ao final do governo Coutinho teve seu contrato questionado, considerado desfavorável ao estado, e não cumprido pelo banqueiro francês Charles Victor.

As mensagens do governador ao Legislativo, ao dar conta dessas questões,<sup>92</sup> jamais acusaram diretamente, sequer mencionaram o ex-governador, mas expuseram o lado sombrio do governo Jerônimo, dando munição à oposição.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) agravou as dificuldades financeiras do governo, pois provocou queda do preço do café e do câmbio, reduzindo a arrecadação fiscal e tornando mais

---

91 NOVAES, H. *Memórias*, p. 179.

92 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1912-1916 (Marcondes Alves de Souza). *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo em 22 de outubro de 1913*; Idem, *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 15 de outubro de 1914*; Idem, *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 8 de setembro de 1915*. Disponíveis em: <[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)>.

pesado o serviço da dívida externa, além de interromper a tentativa de renegociar o contrato do Banco Hipotecário com J. Loste, que o governo empreendia. O mandato de Marcondes terminou sem solucionar as questões. E o apoio político do governador para enfrentar o poder dos Monteiro desapareceu bruscamente, com o assassinato do senador Pinheiro Machado, em setembro de 1915. Marcondes encerrou sua tentativa de independência, e foi envolvido na mais grave crise política que o Espírito Santo já vivenciara, na sua sucessão.

No Congresso Federal, as denúncias contra Jerônimo se haviam acumulado. Iniciadas por Graciano Neves, ainda durante seu governo, foram alimentadas por Muniz Freire, culminando com o discurso, já mencionado, que teve grande impacto e se tornou famoso, em 7 de agosto de 1912,<sup>93</sup> acompanhado de um apelo a Pinheiro Machado para que não fosse nomeado o ex-governador para a direção dos Correios, que ele pleiteava, e a nomeação não saiu.

Essas denúncias fortaleceram a oposição, e a sucessão de Marcondes provocou a ruptura, pois Jerônimo indicou, com apoio do governador, o irmão Bernardino, então senador, como candidato ao governo. Ficava clara a intenção de continuidade do domínio da família sobre a política capixaba, consolidando no Espírito Santo uma oligarquia de tipo familiar, como ocorrera em muitos outros estados. Rejeitando a subordinação aos Monteiro, e tendo seus próprios projetos políticos, diversos líderes oligárquicos se rebelaram, tendo um aliado poderoso em nível nacional, o senador João Luís Alves: o senador Domingos Vicente, o vice-governador Alexandre Calmon, Torquato Moreira e outros deputados federais e estaduais, Pinheiro Júnior e numerosos chefes locais, no governo de municípios ou na oposição municipal.

---

93 BRASIL. Congresso. Senado. *Anais: 1914*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914, p. 46-60.

Essa forte oposição, invocando a péssima situação financeira do estado e as acusações contra Jerônimo, conseguiu o apoio do presidente da República, Wenceslau Brás, empenhado em uma política de saneamento das finanças do país. Esperando contar com esse apoio e tendo à frente influentes políticos no Congresso Nacional, com destaque para João Luís Alves, a oposição lançou a candidatura de Pinheiro Júnior, tendo como primeiro vice Alexandre Calmon, que fora candidato na chapa de Bernardino, mas aderiu à oposição. José Gomes Pinheiro Júnior era descendente direto das duas poderosas famílias que disputavam o poder e dominaram o Itapemirim em meados do século XIX, os Bittencourt e o Barão de Itapemirim. Seu pai foi grande fazendeiro na região e 2º vice-presidente de Graciano Neves. O filho, médico, foi chefe político em Cachoeiro, onde atuou no governo municipal, foi deputado estadual três vezes e deputado federal duas vezes, sempre no Partido Republicano Construtor, do qual se afastou por se opor à candidatura de Jerônimo e desde então atuou na oposição aos Monteiro. Alexandre Calmon pertencia a poderosa família de Linhares. Quando a ferrovia Vitória-Minas chegou a Colatina, provocou o desenvolvimento dessa vila e a ruína do comércio de Linhares; Alexandre Calmon, chefe político na região, transferiu por iniciativa própria, praticamente à força, a sede do município para Colatina, o que foi legalizado em 1907. Era conhecido como coronel Xandoca.

A campanha e a eleição decorreram com muita violência, e, ao final, as duas chapas foram proclamadas eleitas e empossadas por suas facções, criando-se uma “duplicata” de governador e outra do Legislativo estadual. A rebelião se alastrou pelo estado, tendo seu centro em Colatina, onde se instalou o governo oposicionista e Augusto Calmon comandava as forças rebeldes, e só teve fim quando o Congresso Nacional decidiu a questão a favor de Bernardino. O episódio está narrado em “Partidos Políticos e Eleições...”<sup>94</sup>

---

94 Sobre o tema, ver CHEQUER FILHO, 2007.

Embora os Monteiro tenham sido vitoriosos, a discussão na Câmara de Deputados foi muito desgastante para sua reputação. As acusações, minuciosas, sobre os procedimentos do governo, as arbitrariedades, as perseguições, a violência contra os opositores, as negociações, sem que nenhuma voz se erguesse para defendê-los, passavam a imagem de uma oligarquia familiar prepotente e corrupta, que usava todos os meios para se manter no poder.

Decidida a questão a seu favor, Bernardino tinha seu mandato garantido e legitimado, mas precisava criar condições políticas de governabilidade e enfrentar a crise financeira. A revolta havia atingido, com maior ou menor intensidade, grande parte dos municípios: em muitos deles houve duplicatas de governos municipais, em outros o controle pela oposição foi total; em todos eles houve violência, seja entre as facções rivais, seja da repressão policial, ou contra ela. Havia numerosas famílias refugiadas em Minas, outras no Rio de Janeiro. Enfim, para governar era preciso pacificar o estado. O Congresso Nacional contribuiu para isso aprovando, em setembro, um decreto de anistia a todos os envolvidos. Os refugiados começaram a regressar, e Bernardino procurou favorecer a pacificação. Esse foi o testemunho de Fernando de Abreu, revoltoso de 1916 e aliado a partir de 1920, por ocasião da morte de Bernardino, referindo-se à sua volta ao Espírito Santo após a revolta: “E a minha vida transcorreu tranquila e segura, o mesmo acontecendo com os meus amigos de jornada, que tiveram do Presidente do Estado, Dr. Bernardino Monteiro, a mais absoluta garantia e respeito”.<sup>95</sup> Em Colatina, centro da revolta, Xenócrates Calmon, sobrinho do coronel Xandoca (que não voltou ao estado), continuou sua carreira política, participando do governo municipal, e se tornou a principal liderança do município, em substituição ao tio.<sup>96</sup> Esses políticos, como

---

95 NOVAES, H. *Memórias*, p. 85.

96 CHEQUER FILHO, 2007, p.105.

também Pinheiro Júnior, estarão ao lado de Bernardino na crise de sua sucessão. Assim, paulatinamente, a distensão política se processou, segundo os padrões vigentes, que combinavam autoritarismo e arbitrariedade com cooptação, predominando esta após a vitória.

A economia começou a se recuperar após o impacto do início da Guerra Mundial, sobretudo a partir da nova operação de valorização do café, iniciada em 1917. Aliada à ocorrência de geadas em São Paulo, e ao fim da guerra, em 1918, a valorização provocou uma alta de mais de 100% no preço do produto, no ano seguinte. Havia também sinais de diversificação da economia: aumentava a produção de gêneros de subsistência, de açúcar, estando a Usina Paineiras em franca prosperidade, de algodão, destinado a abastecer a indústria de tecidos, crescia a exportação de madeira; e o governo promoveu a implantação da cultura do cacau em Linhares, o que proporcionou a recuperação econômica da região.

A melhora da situação econômica favoreceu a administração da dívida pública, mas só a receita recorde de 1919 possibilitou um verdadeiro desafogo. Até então o serviço da dívida estava em dia, mas esta foi aumentada, pois o governo encampou o Banco Hipotecário e Agrícola, fazendo um acordo com o banco francês e os acionistas estrangeiros, pelo qual o estado adquiriu todas as ações e debêntures emitidas pelo banco encampado, pagando-as em apólices estaduais a juros de 5% ao ano.<sup>97</sup> Encerrava-se assim uma questão penosa, mas o estado assumia uma pesada dívida, de 12.480 contos, na quase totalidade externa, compensada, em parte, pelo acervo do banco e a retomada da Companhia Industrial do Itapemirim. Em 1919, foi possível resgatar uma pequena parte, correspondente à emissão interna de apólices, no valor de 1.680 contos, e liquidar o

---

97 MORAES, Ormando. *História dos bancos no Espírito Santo*. Vitória: IHGES, 1992, p. 22; ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo - 1850-1930*. Vitória: NEP - Departamento de Economia - UFES, 1983, p. 88.

que restava do empréstimo de 1894. O de 1908 continuava em questão, na comissão de valores mobiliários da França, e os juros eram depositados em outro banco europeu.<sup>98</sup>

A principal realização do governo Bernardino foi estabelecer e começar a executar um projeto de viação para o estado, que tinha na deficiência de transportes um dos principais entraves ao seu desenvolvimento. Desse projeto fazia parte a primeira rodovia trafegável por automóveis construída no estado (1917), de Santa Leopoldina a Santa Teresa, que se prolongaria até Afonso Cláudio, passando por Boa Família (atual Itaguaçu), bem como outras estradas, ligando sedes de municípios e facilitando o acesso às ferrovias, várias das quais tiveram a construção iniciada. O governo começou também a construção de uma estrada de ferro ligando Cachoeiro a Itapemirim, aspiração da região desde os tempos do Império.

Tudo indicava que Bernardino terminaria tranquilamente seu mandato, iniciado no conflito. Afinal, não havia oposição capaz de disputar a sucessão. No entanto, não foi o que ocorreu. Dessa vez foi a família Monteiro que dividiu a oligarquia: Bernardino chefiando uma facção, da qual fazia parte seu irmão José, que elegeu Nestor Gomes para o governo do estado; e Jerônimo encabeçando outra, que recusou o reconhecimento da eleição do candidato do PRES, dividiu em dois o Congresso Legislativo, e empossou o presidente de “seu” Congresso, Francisco Etienne Dessaune, como governador. A facção bernardinista empossou Nestor, no palácio do governo fortificado e ameaçado. O caso chegou à luta armada e à intervenção

---

98 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1916-1920 (Bernardino de Souza Monteiro). *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo em 13 de setembro de 1917*; Idem, *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 16 de outubro de 1918*; Idem, *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 12 de outubro de 1919*. Disponíveis em: <[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)>; ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1920-1924 (Nestor Gomes). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 31 de outubro de 1921*. Disponíveis em: <[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)>.

federal no estado, terminando com a vitória de Bernardino e Nestor em decisão tomada pelo Congresso Nacional.<sup>99</sup>

Desse episódio surgiu uma nova configuração política, pois teve fim a concentração de poder na família Monteiro, que caracterizara a política capixaba desde a eleição de Jerônimo, em 1908, apesar da contestação manifestada em algumas ocasiões, mas sempre vencida. Bernardino tornou-se o mais poderoso político do estado, chefiando a máquina do partido único, o PRES, porém se fortaleceu o tradicional adversário dos Monteiro, Pinheiro Júnior que militara na condição de oposição, difícilíssima na época, durante todo aquele período, e passou a membro da executiva do partido. Jerônimo foi o grande derrotado, sem dúvida, mas não perdeu inteiramente o poder, pois manteve muitos aliados, alguns deles poderosos em diversos municípios, além do mandato de senador. No ano seguinte, tentou recuperar as perdas apoiando a candidatura oposicionista de Nilo Peçanha à presidência da República, no movimento intitulado Reação Republicana, que provocou intensa agitação no país, mas foi derrotado.<sup>100</sup> Nestor Gomes, uma vez reconhecido pelo Congresso Nacional, passou a desfrutar do poder que possuía o governador num sistema que privilegiava o Executivo, e numa conjuntura na qual várias correntes partilhavam, embora desigualmente, o poder, o que lhe dava boa margem de manobra e, portanto, bastante autonomia.

Assim, a década de 1920 começava com uma nova conjuntura política no estado. Também a situação econômica se modificou: os anos 20 foram de prosperidade e desenvolvimento, até a crise mundial de 1929.

Decidida a questão do governo do estado, restava unificar o Congresso Legislativo, dividido em dois, o que foi conseguido nos meses seguintes. As sessões foram retomadas a 7 de novembro, dois

---

99 Remeto o leitor ao capítulo “Partidos Políticos e Eleições...”, que aborda mais detalhadamente a questão.

100 Ver o capítulo “Partidos Políticos e Eleições...”.

meses depois do previsto, e a eleição da Mesa e das Comissões se deu com chapas de composição, ficando a facção bernardinista com a presidência, ocupada por Alarico de Freitas (filho de Afonso Cláudio) e a 2ª secretaria, enquanto os jeronimistas detiveram a vice-presidência, com Sebastião Gama, poderoso coronel de Alegre, e a 1ª secretaria. As sessões transcorreram tranquilamente, sem oposição aparente ao governo. O mesmo não ocorreu no ano seguinte, quando a campanha da Reação Republicana já se iniciara e tinha à frente, no comitê estadual, deputados do grupo de Jerônimo. Porém, eram poucos os que faziam uma oposição intransigente, que perturbava a maioria, mas era sempre derrotada nas votações.<sup>101</sup>

Em 1922, a eleição para a renovação do Congresso Legislativo se realizou no período de radicalização da luta da Reação Republicana, e os partidários do movimento disputaram o pleito com chapa própria. Derrotados, contestaram o resultado oficial e formaram uma “duplicata”, que durou enquanto a Reação manteve a luta, e se dissolveu com o fim desta.<sup>102</sup> Alguns de seus membros eram os mais aguerridos aliados de Jerônimo, e foram, assim, excluídos do Congresso, e os jeronimistas que ficaram se submeteram ao PRES.

Logo no início do mandato, Nestor promoveu uma reforma da organização do secretariado de governo, substituindo a Secretaria Geral e as diretorias a ela ligadas por novas secretarias: da Fazenda, da Presidência e do Interior. Mas desejava realizar muitas outras mudanças constitucionais, o que resultou em uma ampla reforma da Constituição, promulgada em 1924.

Nestor Gomes era um homem de muitas ideias e projetos. Em suas longas mensagens ao Legislativo, ele discorria sobre variados temas, nem sempre diretamente ligados às ações de seu governo ou à Constituição em debate, sempre emitindo opiniões próprias,

---

101 ESPÍRITO SANTO (Estado). Congresso Legislativo. *Anais: 1920*. Vitória; ESPÍRITO SANTO (Estado). Congresso Legislativo. *Anais: 1921*. Vitória.

102 *O Estado*, março a julho de 1922.

muitas vezes contra a corrente. Enviou ofício aos deputados federais capixabas com um projeto alternativo para a política de valorização do café, pois discordava da proposta em discussão no âmbito federal.<sup>103</sup> Segundo Derenzi, ele apresentou, quando senador, “projetos revolucionários sobre reforma bancária e política de defesa do café, mas faltava-lhe cultura para defender seus pontos de vista na Comissão de Finanças, da qual participava”.<sup>104</sup> Suas posições eram liberais e privatizantes, e nessa linha procurou encaminhar a resolução dos problemas do estado, mas foi flexível o bastante para mudar de rumo quando isso se tornou conveniente.

Sobre a imigração estrangeira, era contrário à criação de núcleos coloniais e à subvenção pelo estado, julgando que os fazendeiros trariam imigrantes, financiando-lhes as passagens para reembolso posterior, o que a experiência dos anos anteriores no país havia mostrado ser inviável. Na realidade vieram imigrantes espontâneos, de nacionalidade alemã, que não aceitavam o trabalho nas fazendas, e o governo lhes concedeu lotes coloniais em Conceição da Barra.

Também recuperou para o estado uma vasta extensão de terras nas duas margens do Rio Doce, na região de Colatina, que estava em mãos de uma firma estrangeira. O estado encampou a empresa e criou a Companhia Industrial de Colonização. O governo realizou a operação em nome do Banco do Espírito Santo (antigo Hipotecário), que se tornou proprietário das terras, a fim de poder vendê-las a preços mais altos do que os determinados por lei para as terras devolutas, porém inferiores aos de mercado. Eram 2.400 quilômetros quadrados de florestas, na maior parte ao norte do rio,

---

103 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1920-1924 (Nestor Gomes). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 31 de outubro de 1921*, p. 58 e segs. Disponível em <[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)>.

104 DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965, p. 206.

cuja madeira foi explorada e a terra dividida em lotes coloniais.<sup>105</sup> Foi uma importante medida que praticamente deu início à ocupação efetiva da região entre o Rio Doce e São Mateus, impulsionada, poucos anos depois, pela construção da ponte em Colatina. Entre os bens encampados havia uma grande serraria, a maior do estado.

A excelente situação das finanças estaduais, propiciada pela conjugação de alta dos preços do café e aumento de sua produção, permitiu ao governo empreender numerosas obras em todo o estado. A receita média anual, que fora de 5.700 contos de réis no quinquênio 1915-19, no qual já havia recuperação, elevou-se a 13.441 contos entre 1920 e 1923.<sup>106</sup> Pela primeira vez, desde o governo de Muniz Freire, o Espírito Santo atravessava uma fase de prosperidade, e esta seria mais duradoura, além do que o crescimento econômico se daria sobre uma base ampliada. Basta considerar que a exportação de café, motor da economia capixaba, atingira 410 mil sacas em 1895 e chegava a um milhão de sacas nos primeiros anos da década de 20.

Nestor deu continuidade ao plano rodoviário do governo anterior, concluindo as estradas já iniciadas, reformando e construindo outras, algumas preparadas para o tráfego de automóveis. Terminou a construção da estrada de ferro de Itapemirim, retomou a execução da São Mateus-Nova Venécia, que tinha apenas 25 km concluídos, e iniciou outras ferrovias, como a Anchieta-Alfredo Chaves. Essas últimas foram concluídas depois como estradas de rodagem.<sup>107</sup>

Paralelamente, o governador planejou a remodelação de Vitória. Inicialmente, pensou em atrair a iniciativa privada para a empreitada, oferecendo garantia de juros para a construção de um

---

105 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1920-1924 (Nestor Gomes). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 31 de outubro de 1921*. Disponível em: <[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)>.

106 ROCHA e COSSETTI, 1983, p. 106.

107 *Ibid.*, p. 122.

hotel, um mercado, residências, vila operária e prédios. Não aparecendo investidores, resolveu realizar as obras diretamente. Foi projetada uma grande reforma urbanística, compreendendo, no centro, a abertura de novas ruas, com a demolição de numerosas casas velhas e o desaparecimento de antigas ruas, novos alinhamentos e correção na altura das calçadas; bem como a reforma e a abertura de vias para os bairros afastados – Santo Antônio, Jucutuquara, Maruípe, Fradinhos, Bomba, Praia do Canto – e de Goiabeiras a Serra.<sup>108</sup> No bairro do Parque Moscoso surgiu a ladeira Santa Clara, no centro a Rua Nestor Gomes e foi traçada a Avenida Capixaba (hoje parte da Jerônimo Monteiro). Muitas das obras iniciadas só foram concluídas no governo do sucessor de Nestor Gomes, e frequentemente são atribuídas apenas a ele.

Nestor construiu uma residência para os governadores do estado, no alto da ladeira Santa Clara, mas foi morar numa chácara em Maruípe, “fugindo das intrigas políticas, das quais tinha verdadeira ojeriza”.<sup>109</sup> A residência nunca serviu a seu propósito inicial; tornou-se sede de um orfanato.

O liberal Nestor Gomes recebeu um estado proprietário de várias empresas, quase todas provenientes do acervo do Banco Hipotecário. Eram as indústrias da Companhia Industrial do Itapemirim, os Serviços Reunidos de Vitória – água, esgoto, energia e bondes – e os de Cachoeiro, além da Estrada de Ferro do Itapemirim, concluída em seu governo, e da serraria que pertencera à empresa encampada no vale do Rio Doce. Havia ainda o Banco do Espírito Santo, no qual se transformara o antigo Hipotecário. Das indústrias do Itapemirim, a fábrica de tecidos e a serraria estavam arrendadas, e a intenção do governador era passar todas, integral ou parcialmente, à iniciativa privada, seja por venda, seja por arrenda-

---

108 DERENZI, 1965, p. 208.

109 Ibid.

mento. Tentou vender 50% do capital da Usina Paineiras; não aparecendo comprador, arrendou-a juntamente com a Estrada de Ferro do Itapemirim, mas os resultados não foram satisfatórios, e a ferrovia retornou ao estado no governo de seu sucessor, quando passou a servir como importante escoadouro da produção de café do vale do Itapemirim para o porto de Vitória. As fábricas de papel e de cimento, ainda não concluídas, não encontraram arrendatários, bem como a de óleo. Os Serviços Reunidos de Vitória e os de Cachoeiro de Itapemirim, incluindo as usinas elétricas, foram arrendados, e o arrendatário de Cachoeiro estendeu os serviços de energia a vários distritos e municípios vizinhos.<sup>110</sup>

Uma das preocupações do governador foi o sistema bancário, pois a economia capixaba sofria com insuficiência de financiamento, ainda que já houvesse em Vitória uma agência do Banco do Brasil e uma do River Plate. O Banco do Espírito Santo tinha recursos limitados e Nestor não achava conveniente desenvolvê-lo sendo inteiramente estatal. Tentou vender metade de seu capital, já em 1920, e não conseguiu. Planejou, então, criar um Banco Comercial de Vitória, com metade do capital estatal e metade privado, e entrou em negociações para tal fim com o Banco Francês e Italiano. Além disso, pretendia a criação de bancos menores no interior do estado, começando por Cachoeiro de Itapemirim e Muqui. Esses estabelecimentos teriam o mesmo modelo: metade do capital estatal, do Banco do Espírito Santo, e a outra metade de capital privado local. As negociações com o Banco Francês e Italiano não prosperaram,

---

110 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1920-1924 (Nestor Gomes). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 31 de outubro de 1921*; Idem, *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 7 de setembro de 1922*; Idem, *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 3 de maio de 1923*; ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1924-1928 (Florentino Avidos). *Mensagem final dirigida ao Congresso Legislativo em 15 de junho de 1928*. Disponível em: <[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)>; DERENZI, 1965, p. 206; ROCHA e COSSETTI, 1983, p. 197-201.

mas as iniciativas no interior foram assumidas por políticos locais e acabaram se concretizando no final da década. Diante do insucesso na criação do Banco de Vitória, Nestor retomou sua ideia inicial e vendeu ao Banco Pelotense 60% das ações do Banco do Espírito Santo, que se expandiu nos anos seguintes e instalou agências no interior do estado.<sup>111</sup>

Com muitas obras iniciadas e ainda não concluídas, Nestor “sabe que, ao término de seu mandato, só restará a ação das picaretas demolidoras”, como de fato ocorreu, diz Derenzi, que foi seu Secretário de Obras durante alguns meses e mantinha com ele relações de amizade. Procurou então, ainda segundo Derenzi, articular sua reeleição, promovendo uma emenda à Constituição. Provocou uma tempestade e recuou.<sup>112</sup> Daí em diante, sua sucessão transcorreu pacificamente, sendo escolhido Florentino Avidos, o engenheiro que dirigia o Serviço de Melhoramentos de Vitória. Seria o candidato do governador, que assim garantiria a continuidade das obras. O PRES, majoritariamente apoiava uma nova candidatura de Bernardino, mas este, temendo o retorno do conflito com Jerônimo, não aceitou.<sup>113</sup> Henrique de Novaes apresenta outra versão, segundo a qual Nestor é que teria barrado a candidatura de Bernardino, traindo o aliado que garantiria seu mandato e esperava ser reconduzido.<sup>114</sup> A favor dela, há o fato, certamente não conclusivo, de que Nestor foi abandonado pelo partido após deixar o cargo.

Seja como for, a candidatura de Florentino Avidos foi aceita pacificamente no estado. Ele não era um político, até então. Enge-

---

111 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1920-1924 (Nestor Gomes). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 31 de outubro de 1921*; Idem, *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 7 de setembro de 1922*; Idem, *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 3 de maio de 1923*; Disponíveis em: <www.ape.es.gov.br>; ROCHA e COSSETTI, 1983, p. 124.

112 DERENZI, 1965, p. 209.

113 Ibid.

114 NOVAES, H., *Memórias*, p. 200.

nheiro, fazia uma carreira bem sucedida em sua profissão, tendo dirigido a construção das linhas da estrada de ferro Leopoldina no Espírito Santo. Era viúvo de uma irmã de Jerônimo e Bernardino, falecida precocemente, e deve ter-se beneficiado da influência da família em sua carreira, mas não era dependente dos Monteiro. Na ocasião do conflito entre os irmãos, ele se achava fora do estado, prestando serviço ao Ministério da Agricultura, e não se envolveu na contenda, o que facilitou a aprovação de sua candidatura. Voltou no governo Nestor, para dirigir o Serviço de Melhoramentos de Vitória. Era, portanto, apoiado pelo governador, membro da família Monteiro e, por não ter exercido atividade política não criara inimizades nessa área, além de ter uma reputação de profissional competente, austero e honesto. Depois de tantos conflitos sucessórios, sua candidatura parece exprimir uma aspiração de paz. Ainda que alguns interesses fossem sacrificados...

Florentino assumiu o governo a 23 de maio de 1924, aceito por todas as correntes políticas, com a simpatia da opinião pública, e na melhor conjuntura que a economia capixaba conhecera até então. As receitas estaduais ultrapassavam sempre as previsões, a política de valorização do café mantinha elevado o preço do produto, o câmbio era favorável e a produção capixaba crescia. Simultaneamente, aconteciam mudanças na comercialização. Finalmente o projeto de Muniz Freire se realizava: Vitória passou a exportar a maior parte do café do sul, e até mesmo a receber café de Minas Gerais. O capital comercial local se fortaleceu e firmas capixabas se destacavam na exportação do café por Vitória, sendo responsáveis por cerca de metade do produto exportado por esse porto.<sup>115</sup> O comércio varejista se diversificava e se sofisticava, visando atender a demanda da população que crescia e prosperava.

---

115 AGUIAR, Audífax. *O Café no Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Alba, 1932; ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria da Fazenda. *Estatística de Exportação do Espírito Santo em 1926*. Vitória: Imprensa Oficial, 1927. Idem, *Estatística de Exportação do Espírito Santo em 1927*. Vitória: Imprensa Oficial, 1928.

Florentino entregou o Serviço de Melhoramentos de Vitória ao filho Moacyr, que formou uma equipe de jovens e competentes engenheiros como ele próprio, e acelerou o ritmo das obras, dando continuidade ao plano do governo Nestor, procurando apressar as demolições ainda necessárias e compensar seus transtornos com a construção das moradias previstas em contrato de 1922. Em 24, já estava formado o bairro de Jucutuquara e concluídas ou reformadas as vias de acesso ao Suá, à Praia Comprida, a Maruípe e a Santo Antônio. Em pouco tempo o centro da cidade estava transformado, com a abertura da Avenida Capixaba, reforma da Jerônimo Monteiro, conclusão da Nestor Gomes, reforma da Rua Sete de Setembro e abertura de várias ruas na sua vizinhança, alargamento e pavimentação da Ladeira Caramuru e construção de viaduto sobre ela e da Rua D. Fernando, bem como construção de várias escadarias. Foi reformado todo o serviço de esgotos e de abastecimento de água e construída rede de drenagem das águas pluviais. Simultaneamente, erguiam-se edifícios públicos: o Arquivo Público e a Biblioteca estaduais, os mercados da Capixaba e da Vila Rubim, o Grupo Escolar Gomes Cardim (mais tarde, sede da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI), o prédio onde hoje funciona o Museu de Arte do Espírito Santo – MAES, e o estado contribuía para a construção, pela iniciativa privada, do Teatro Carlos Gomes e do Hotel Majestic. Completando a urbanização, foi promulgado pela prefeitura um novo Código de Posturas, que fixou normas para as construções, com preocupações sanitárias e modernizantes, que mudaram completamente o aspecto da cidade e de suas edificações.<sup>116</sup>

A obra se completou com a construção da ponte ligando Vitória ao continente. A ponte fazia parte do conjunto de obras do porto de Vitória. O governo federal iniciara a construção do cais, mas interrompeu os trabalhos antes da conclusão, em 1914. Nes-

---

116 DERENZI, 1965, p. 220.

tor Gomes entrou em negociação com a União, visando transferir a obra para o governo estadual, o que ocorreu em 1924, e Florentino retomou os trabalhos da construção do cais e dos armazéns, deixando-os em andamento, e construiu a ponte, as Cinco Pontes, sobre a baía de Vitória, tornando a cidade e seu porto acessíveis ao transporte rodoviário e ferroviário.

O programa rodoviário continuou em execução, com a conclusão de estradas iniciadas no governo anterior, abertura de novas rodovias e reforma de antigas vias. Continuou a construção da ferrovia Anchieta-Alfredo Chaves e iniciou a da Estrada de Ferro do Litoral, que ligaria Vitória a Ponte de Itabapoana, mas nunca foi concluída. As estradas necessitavam de pontes: foram edificadas mais de vinte, entre elas a importantíssima ponte sobre o Rio Doce, em Colatina, um marco na ocupação do norte do estado.<sup>117</sup>

O ensino público progredia: em 1918 o estado possuía 219 escolas primárias, em 1927 seu número chegava a 610, não havendo mais nenhuma localidade que não tivesse pelo menos uma escola.<sup>118</sup>

A política de valorização do café, em nova fase, conhecida como de valorização permanente, baseava-se na ação dos estados produtores, e iniciou-se em 1924 sob a exclusiva responsabilidade de São Paulo, mas foi estendida depois aos demais. O Espírito Santo, em 1927, após a assinatura de um Convênio entre os estados participantes, começou a realizar a sua parte na defesa do produto, o que implicava na criação de um Serviço de Defesa do Café estadual, encarregado de regular a exportação de café capixaba pelos portos de Vitória e do Rio de Janeiro, segundo cotas fixadas no Convênio,

---

117 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1924-1928 (Florentino Avidos). *Mensagem final dirigida ao Congresso Legislativo em 15 de junho de 1928*. Disponível em: <[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)>.

118 Conferência de Aristeu Borges de Aguiar citada por WANICK, Flávio Calmon. *Aristeu de Aguiar, um presidente atropelado pela história: a política e a economia capixabas nos anos 1928 a 1930*. Vitória, Flor & Cultura, 2009, p. 47.

criando armazéns reguladores destinados à armazenagem do café que fosse retido. Cada estado instituiu uma taxa ouro sobre o produto exportado, a fim de constituir um fundo para custear o Serviço de Defesa. Era preciso, ainda, aperfeiçoar as estatísticas referentes ao café e cuidar do melhoramento técnico do cultivo e do beneficiamento. Quanto a esses últimos pontos, o estado já havia criado, em 1925, um Serviço do Café, com sedes nas regiões produtoras, que fazia um trabalho de inspeção e orientação técnica, obtendo resultados positivos, pelo menos no aumento da produtividade, e elaborava estatísticas sobre a produção e a comercialização do produto. A cota para a exportação do café capixaba era maior em Vitória do que no Rio, o que contribuiu para aumentar a atração do café do sul para Vitória no final da década.<sup>119</sup>

Apesar da boa situação financeira e dos esforços feitos por seus antecessores, a dívida externa ainda trouxe problemas para Florentino, principalmente devido ao empréstimo de 1908, questionado pelo estado desde o governo de Marcondes, que suspendera o pagamento dos juros, tentando obter uma renegociação do contrato, o que não se verificou. O caso se agravou com a falência do banqueiro credor e a realização de operações irregulares lesivas ao Espírito Santo, que ficou inadimplente, com investidores recorrendo à justiça na França. Florentino procurou resolver a situação e, finalmente, negociou o pagamento, mas encontrou uma dívida muito superior ao previsto pela contabilidade do estado. Apesar disso, deixou-a quase integralmente paga. A dívida contraída com a encampação do Banco Hipotecário também foi, na maior parte, resgatada. Os recursos para essa operação vieram da venda a uma companhia americana dos serviços de energia elétrica (produção e distribuição) de Vitória e Cachoeiro, e dos demais Serviços Reunidos, ao preço de 12 mil contos.

---

119 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1924-1928 (Florentino Avidos). *Mensagem final dirigida ao Congresso Legislativo em 15 de junho de 1928*. Disponível em: <www.ape.es.gov.br>; AGUIAR, 1932.

Com essas operações, o estado recuperava seu crédito no exterior, porém, antes disso, o governo recorrera a empréstimos de curto prazo em bancos sediados no Brasil, entre os quais um de grande vulto no Banco Ítalo Belga, usado, pelo menos em parte, para resgatar o de 1908.<sup>120</sup> Havia, portanto, uma nova e pesada dívida a ser paga em poucos anos. Se a economia continuasse em fase de prosperidade, como estava, seria possível administrá-la, embora com algum sacrifício, pelo seu sucessor.

Com tantas realizações e sem muito envolvimento na política partidária, Florentino terminou seu mandato com grande aprovação. Exceto do grupo jeronimista, pois decidiu ocupar a cadeira no Senado que vagou com o término do mandato de Jerônimo, e este não se reelegera.<sup>121</sup> Contudo, sua sucessão foi tranquila, sendo escolhido um candidato indicado por ele, com total aprovação do PRES, das bancadas legislativas e dos coronéis que controlavam os municípios, Aristeu Borges de Aguiar.<sup>122</sup>

Aristeu era membro de duas importantes famílias da região de Vitória: os Borges, da Serra, e os Aguiar, da Serra, Vitória e Vila Velha, com um parente poderoso em Colatina, Xenócrates Calmon de Aguiar, presidente do Congresso Legislativo. Sua candidatura refilete, sem dúvida, a importância crescente de Vitória no estado.

Com apenas 35 anos, bacharel em direito, Aristeu já havia ocupado vários cargos públicos: promotor de justiça, professor de história e depois diretor do Ginásio do Espírito Santo (mais tarde Colégio Estadual), cargo no qual permaneceu de 1921 a 1926, saindo para participar do governo de Florentino, no qual foi Secretário da Presidência. Nunca ocupara cargo eletivo. Pela segunda vez con-

---

120 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1924-1928 (Florentino Avidos). *Mensagem final dirigida ao Congresso Legislativo em 15 de junho de 1928*. Disponível em: <[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)>.

121 Ver o capítulo “Partidos Políticos e Eleições...”.

122 WANICK, 2009, p.73 e segs.

secutiva o governador escolhia um sucessor até então sem carreira política e membro de sua equipe de governo. Aristeu fazia parte do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e da Academia Espírito-Santense de Letras, instituições fundadas recentemente, e foi redator do *Diário da Manhã*.<sup>123</sup> Visto como um jovem culto, sério e competente, contou com a simpatia da opinião pública, e sua candidatura despertou boas expectativas.

Mas desde a posse, a 30 de junho de 1928, a aprovação quase unânime começou a ser corroída pela crítica, quando foi anunciado o secretariado do governo, incluindo diversos parentes de Aristeu: o irmão Duckla, médico, no Departamento de Saúde, outro irmão, Ormando, na Secretaria de Agricultura, Terras e Obras, Audifax, também irmão, na chefia do Serviço de Defesa do Café, Eurico Aguiar Salles, sobrinho, na chefia do gabinete, e Mirabeau Pimentel, concunhado, na Secretaria do Interior. Além deles, Nelson Monteiro, filho de Bernardino, tornou-se Secretário da Presidência, José Vieira Machado, gerente do Banco do Brasil em Vitória e membro de tradicional família de Castelo, foi nomeado Secretário da Fazenda, e Atilio Vivacqua, amigo pessoal de Aristeu, de família de grandes fazendeiros e exportadores de café, recebeu a Secretaria de Instrução. Embora os parentes do governador fossem pessoas qualificadas para os cargos que ocuparam e as relações de parentesco tivessem um papel relevante na política da Primeira República, legitimado pela cultura de então, em fins da década de 20 esse tipo de prática já era questionado, e o secretariado foi recebido com críticas.<sup>124</sup> Além disso, deve ter feito soar o alerta, entre os oligarcas que dirigiam a política estadual, sobre as pretensões daquela família numerosa e competente. Não era algo, porém, que despertasse uma oposição ao governo.

---

123 WANICK, 2009, p. 88-9.

124 DERENZI, 1965, p. 229-30.

No início de agosto de 1928, a Associação Comercial de Vitória, entidade cuja influência aumentara acompanhando o desenvolvimento do comércio da capital, ofereceu um banquete em homenagem ao novo governador, reunindo o que então se denominavam as “classes conservadoras”. Era a elite da sociedade civil secundando o apoio já manifestado pela “classe política”. O orador que falou em nome dos associados foi Carlos Lindenberg, aliado político de Jerônimo Monteiro, o que faz supor que os dissidentes do PRES, ausentes das representações legislativas, não faziam oposição a Aristeu.<sup>125</sup> De fato, no primeiro ano de seu mandato, ele governou quase sem oposição.

Já a situação financeira não era tão favorável quanto a política. Embora a arrecadação fiscal continuasse elevada naquele ano, as despesas eram ainda maiores, compreendendo os encargos da dívida, o pagamento de obras já executadas e a conclusão de outras, inauguradas mas dependentes de finalização. Como a expectativa era de que os preços do café e, com eles, a receita continuassem elevados, Aristeu continuou a executar as obras em andamento e iniciou algumas novas, recorrendo, para fazer face aos gastos, a empréstimos de curto prazo, em bancos de Vitória e do Rio de Janeiro, aumentando a dívida.<sup>126</sup>

Entre as obras concluídas, estão as estradas de Figueira (atual Itarana) a Afonso Cláudio, de Santa Teresa a Colatina, da Serra a Nova Almeida e a estrada de ferro de São Mateus a Nova Venécia. Foi dado prosseguimento à construção da Estrada de Ferro do Litoral (jamais concluída), às obras do porto de Vitória, da ponte de Colatina, já aberta ao tráfego, e foram ampliadas ou aperfeiçoadas as estradas de Vitória a Santa Leopoldina e de Vitória a Vila Velha, incluindo um ramal que a ligava à estação ferroviária de Argolas, e a

---

125 *Diário da Manhã*, 5 ago. 1928.

126 WANICK, 2009, p. 115 e 117.

ponte para a Praia da Costa, bem como a Estrada de Ferro do Itapemirim. O projeto do novo governo foi orientado no sentido de promover a ligação norte-sul do estado. Compreendia uma rodovia de Vitória a Cachoeiro de Itapemirim e daí a Muqui, outra de Colatina a Nova Venécia, e uma terceira da Serra a Linhares, todas iniciadas, e a nova ponte da Passagem, concluída. Também foi programada a continuação da reforma urbana de Vitória, com a demolição de casas, calçamento de muitas ruas e praças, como a Avenida da República, a Cleto Nunes, a Rua do Comércio, a Praça do Quartel e diversas outras, assim como a pavimentação em concreto armado da estrada para a Praia Comprida (Av. Vitória).<sup>127</sup> Não era pouco, para um ano e três meses de governo.

O Serviço de Defesa do Café continuava trabalhando para melhorar a qualidade do produto no estado e registrava um aumento dos cafés de tipo superior. Realizou reuniões com cafeicultores e comerciantes em suas sedes nas regiões produtoras, sendo a última em Vitória, com a participação dos exportadores, discutindo com eles os problemas do setor e ouvindo suas sugestões a fim de orientar a participação do Espírito Santo no 3º Convênio do Café, que se realizaria em setembro de 1928.<sup>128</sup> Dessas reuniões saiu a decisão de efetivar a criação da Bolsa de Café de Vitória, aprovada desde o governo de Nestor Gomes, mas ainda não implementada. Ela foi inaugurada na comemoração de um ano do novo governo, com instalações e aparelhamento de primeira qualidade, no Edifício Glória, e deu grande impulso ao comércio de café no estado, pois o tornava mais fácil e ágil, além de atrair operações até então feitas em outras praças.<sup>129</sup> Essa foi, sem dúvida, uma importante realização do governo de Aristeu.

A iniciativa mais arrojada de sua gestão coube ao secretário de instrução, Atilio Vivacqua: promover uma profunda reforma da

---

127 WANICK, 2009, p. 108 e segs.

128 *Diário da Manhã*, 23 e 24 ago. 1928.

129 AGUIAR, 1932, p. 12-3.

educação pública. Foi iniciada uma verdadeira revolução nos métodos e nos objetivos do ensino, inspirada nas novas diretrizes pedagógicas que condenavam o ensino livresco e elitista então praticado, e propunham uma Escola Ativa, ou Escola Nova, que preparasse os alunos para a vida, mobilizando-os com a utilização dos mais variados meios: o jornal, o cinema, o rádio, o jogo de xadrez, a música etc. Pretendia também desenvolver o ensino profissionalizante, sob as mesmas diretrizes, visando levar a educação a todas as camadas da população. Atílio, auxiliado por Garcia de Rezende, trouxe do Rio um professor comprometido com as novas ideias para ministrar um Curso Superior de Cultura Pedagógica para os professores. De São Paulo veio Gomes Cardim, orientador da reforma promovida por Jerônimo Monteiro, que fez várias conferências e deixou o filho Paulo, encarregado de implantar o trabalho pedagógico musical nas escolas, e também um professor para introduzir o escotismo, muito valorizado pela Escola Ativa. Garcia de Rezende, redator e articulista do *Diário da Manhã*, divulgava as novas ideias em sua coluna, Atílio assumia posições polêmicas, e a reforma provocou uma intensa e saudável efervescência na vida cultural capixaba. A experiência teve excelente repercussão no âmbito nacional, quando apresentada em reunião da Federação Nacional das Sociedades de Educação do Brasil, sendo adotada como padrão para todo o país, onde as discussões e experiências se multiplicavam.<sup>130</sup> Muitas iniciativas foram tomadas para implementar a reforma, mas não houve tempo para sua complementação.

Em meados de 1929 a tranquilidade política teve fim, com o surgimento de uma aguerrida oposição. Ela não foi provocada diretamente pelo governo de Aristeu, mas sim pela eleição à presidência da República. Tratava-se da Aliança Liberal, movimento liderado

---

130 SOARES, Renato Viana. *A Escola Ativa antropofágica que a "Revolução" de 30 co-meiu*. São Paulo: [s.n.], 1998, é um interessante estudo sobre o tema, revelando aspectos pouco conhecidos da vida cultural capixaba da época.

pelos governos de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba, que apresentava a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas contra o candidato do presidente Washington Luís, Júlio Prestes, ambos membros da oligarquia paulista. A campanha tomou ares de contestação à hegemonia que essa oligarquia exercia no país, e conquistou o apoio das oposições estaduais e dos setores descontentes com o regime nas camadas médias urbanas e no operariado. A Aliança Liberal incluiu em seu programa a reforma do processo eleitoral e o voto secreto, reivindicações dessas classes, que se sentiam excluídas da participação política. A campanha eleitoral mobilizou a população dos maiores centros urbanos; no Rio e em São Paulo, Getúlio Vargas foi recebido por entusiásticas multidões.

Os pequenos estados, muito vulneráveis às pressões do governo federal, geralmente apoiavam o candidato oficial nesses momentos de conflito entre as oligarquias mais poderosas, e foi o que fizeram na eleição de 1930, à exceção da Paraíba. Mas o governo do Espírito Santo tinha outros motivos, além da prudência, para apoiar Júlio Prestes. O primeiro deles era a política do café, dirigida por São Paulo, que propiciava ao Espírito Santo uma inédita fase de prosperidade, mas havia também, da parte de Aristeu, uma profunda admiração por aquele estado.

Ainda como secretário do governo de Florentino, ele chefiou a delegação capixaba às comemorações do Bicentenário do Café no Brasil, realizadas em São Paulo, onde ficou 18 dias, e ao voltar declarou à imprensa: “Vim deslumbrado com a grandeza de São Paulo [...] São Paulo encanta e maravilha, a visita que fiz foi para mim muitíssimo instrutiva”.<sup>131</sup> O jornal oficial toma essa visita como o início de uma “proveitosíssima aproximação” entre os dois estados, num editorial no qual afirma haver “elementos para augurar, em futuro próximo, o estreitamento promissor e integral dessas relações, pro-

---

131 *Diário da Manhã*, 10 nov. 1927.

duto da política moderna e inteligentíssima que norteou a vida de ambos os Estados”, e conclui manifestando a intenção de colaborar “a fim de que o intercâmbio ainda seja mais estreito”.<sup>132</sup>

Desde o início de seu governo, Aristeu aproximou-se de São Paulo, enviando secretários de estado para conhecerem a organização dos serviços públicos, recebeu e contratou técnicos daquele estado para dirigir a implantação de mudanças na administração estadual, como fizera outrora Jerônimo Monteiro. Tanto Aristeu quanto os secretários eram recebidos pelas autoridades paulistas com grandes distinções e homenagens, e ganhavam destaque na imprensa local.<sup>133</sup> Assim, foram-se estreitando as relações com a oligarquia paulista, no governo estadual e na presidência da República. Quando surgiu a Aliança Liberal, a posição de Aristeu e do PRES só poderia ser de apoio ao candidato oficial; e os aliancistas do estado, mesmo os que até então eram seus aliados, passaram a fazer oposição ao governo.

No Espírito Santo não havia uma oposição organizada anteriormente, nem população urbana numerosa; no entanto, a Aliança Liberal conquistou adeptos influentes, inclusive nas fileiras governistas: o deputado federal Geraldo Viana (presidente do Congresso bernardinista em 1920), e o deputado Fernando Abreu, que passou a agitar as sessões do legislativo com discursos inflamados contra o regime político e os governos, estadual e federal.<sup>134</sup> Em setembro de 1929, o jornal *A Gazeta*, de propriedade de Thiers Veloso, uniu-se ao movimento aliancista e passou à direção de Afonso Lírio, fazendo a campanha da Aliança em oposição aos governos federal e estadual. Jornal de larga penetração no estado, sua atuação foi de importância fundamental na difusão do movimento, de suas ideias e dos acontecimentos, fazendo o contraponto ao jornal governista *Diário da Manhã*.

---

132 *Diário da Manhã*, 28 set. 1928.

133 WANICK, 2009, p. 128 e segs.

134 Esses discursos foram publicados pelo autor em ABREU, Fernando. *Vergastas [discursos]*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1930.

Mas o infortúnio de Aristeu não se limitou à chegada ao Espírito Santo de um conflito político nacional. Em outubro estourou em Nova York a crise de 29, a mais grave crise econômica do capitalismo, seguida pela grande depressão, que se estenderia ao longo dos anos 30, espalhando seus efeitos num mundo em que a globalização da economia já avançara. Na economia cafeeira o golpe foi forte e brusco: recuo do crédito, queda acentuada do preço do produto no mercado internacional e aumento dos estoques retidos. Na verdade, os problemas já se anunciavam meses antes, com uma enorme safra, num momento em que havia grande quantidade de café retido nos armazéns reguladores, e a retração do crédito e do mercado consumidor provocada pela crise, tornou inviáveis as soluções até então adotadas para o problema.

No Espírito Santo, já no último trimestre de 1929 começou a queda da receita, e o governo tinha pesados compromissos financeiros a saldar no curto prazo, mas não parece ter avaliado corretamente a gravidade da crise, e não promoveu um corte dos gastos logo no início das dificuldades. Recorreu a pequenos empréstimos no comércio local, principalmente com os grandes exportadores, o que só fez agravar a situação.<sup>135</sup> Enquanto isso, o governo Washington Luís, tendo também, no início, uma avaliação equivocada da crise, iniciou políticas que tiveram efeitos contrários aos desejados e, quando a situação se tornou dramática para o setor cafeeiro paulista, negou-se a tomar as medidas reivindicadas por este, em nome da austeridade financeira, provocando um atrito entre o governo paulista, controlado pela burguesia cafeeira e o governo federal.<sup>136</sup>

Evidentemente, essa mudança no cenário econômico reforçou a oposição da Aliança Liberal, no país e no Espírito Santo, onde as críticas à política econômica tornaram-se cada vez mais duras, sobretudo nas páginas de *A Gazeta*. O governo Aristeu permaneceu

---

135 Sobre a política financeira do governo Aristeu, ver WANICK, 2009, p. 243 e segs.

136 Ver FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano I*, São Paulo, Difel, 1973, p. 243 e segs.

ao lado de Washington Luís, sem se deixar abalar pelo atrito entre ele e o governo paulista, mantendo a defesa da política do presidente. Na verdade, antes e depois das eleições, quando se gestava a Revolução de 30, Aristeu reforçou suas relações com São Paulo e com Washington Luís. Enviou a São Paulo Mirabeau Pimentel, secretário do Interior, a fim de conhecer a organização da polícia daquele estado e de lá trazer instrutores para reformar a do Espírito Santo seguindo aquele modelo.<sup>137</sup>

Porém, o fato mais revelador foi a carreira política de Abner Mourão. Capixaba de São José do Calçado, ele fez carreira de advogado e jornalista em São Paulo, onde se tornou diretor do jornal governista *Correio Paulistano*. Entrou na política capixaba como deputado estadual, ficou ao lado de Jerônimo na crise sucessória de 1920, quando chegou a ser apresentado como uma alternativa ao nome de Nestor, mas se desligou do aliado quando este apoiou a Reação Republicana, contra São Paulo e Minas. Em 1927, foi eleito para uma das disputadas vagas de deputado federal, e se tornou líder da bancada capixaba durante o governo Aristeu. Em 1930 foi eleito senador, na vaga aberta pela morte de Bernardino Monteiro. Lendo a imprensa da época, vê-se que ele era valorizado no Espírito Santo não apenas por suas qualidades pessoais, que não eram pequenas, mas por suas relações na política paulista, aí incluído o presidente da República. A revista *Vida Capichaba* o apresenta como diretor de “um dos mais importantes órgãos da imprensa sul-americana”, o *Correio Paulistano*, e “político ligado estreitamente aos interesses do situacionismo federal”,<sup>138</sup> *A Gazeta* publica, como conversa ouvida de um grupo governista, que na presidência de Júlio Prestes, o Espírito Santo será mesmo “governado pelo Sr. Mourão” e, quando a candidatura ao Senado estava sendo decidida, informou que

---

137 WANICK, 2009, p. 130 e segs.

138 *Vida Capichaba*, nº 223, 17 de abril de 1930, apud ACHIAMÉ, Fernando. *O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 93.

Aristeu, com dificuldade para se contrapor às ambições de outros pretendentes, enviou seu secretário Mirabeau “com um cheque em branco a Washington Luís a fim de que este resolva a questão”.<sup>139</sup>

A campanha eleitoral foi aguerrida mas pacífica, até que chegou a Vitória uma caravana da Aliança Liberal, tendo como principais líderes o major Cristóvão Barcelos, o senador pelo Piauí Pires Rabello, excelente e inflamado orador, e Evaristo de Moraes, advogado e jornalista famoso na imprensa da capital da República, conhecido por sua militância nas campanhas abolicionista, e republicana e, na República, em defesa dos trabalhadores e da justiça social.<sup>140</sup> Foi programado um comício (13 de fevereiro de 1930), que despertou grande interesse na cidade, não apenas entre os partidários da Aliança, sendo previsível a afluência de um público numeroso. Porém, as autoridades não permitiram sua realização no amplo e aberto espaço da Praça Costa Pereira, como desejavam os organizadores, mas sim na pequena e fechada Praça do Carmo, e cercaram a área, inclusive o morro ao fundo, com a cavalaria da polícia, fortemente armada. A praça ficou lotada. Estava presente a elite da cidade, intelectuais, autoridades e numerosas famílias, com suas crianças. De repente, num trecho mais inflamado do discurso de Pires Rabello, apagaram-se as luzes e ouviram-se tiros. Espalhou-se o pânico. A multidão, encurralada na praça, invadiu o Colégio do Carmo e as casas. Houve muitos feridos e alguns mortos.

Foi grande a revolta contra o governo. Embora esse procurasse responsabilizar os aliancistas, não conseguiu convencer a população. E, para o historiador, não é possível reconstituir o que se passou nos escalões do governo. Que muitas autoridades não previam o desfecho é evidente, pois estavam presentes vários secretários de estado, membros do governo e suas famílias. Porém, as condições criadas pelos órgãos de segurança, provavelmente com

---

139 *A Gazeta*, 16, 19 e 21 maio 1930; 11 jun. 1930.

140 Evaristo foi também autor de trabalhos históricos, como *A Escravidão Africana no Brasil e Da Monarquia à República*.

intenção de intimidar, tinham alto potencial de risco, ainda mais que, segundo Carlos Lindenberg, a polícia era comandada por um tenente com fama de irresponsável.<sup>141</sup>

É significativo que, na manhã daquele mesmo dia, o chefe de Polícia, Fernando Rabelo, tenha pedido demissão ao secretário do Interior, Mirabeau Pimentel, ao qual competia a segurança pública. E a este foi imputada pela opinião pública a responsabilidade pela trágica ocorrência. O impacto do acontecimento sobre a população foi enorme, como se vê nos numerosos relatos dos contemporâneos. “No dia seguinte, Vitória parecia uma cidade após uma catástrofe!”, diz Stella de Novaes, que assistiu ao comício de sua casa na praça.<sup>142</sup>

Na madrugada, o jornal aliancista *A Gazeta* foi empastelado, segundo seus redatores, por soldados da polícia militar. Impedia-se a oposição de se manifestar no calor da hora. Mas não era possível calar a população; naquela pequena cidade as notícias corriam de boca em boca, todos discutiam o fato, e o sentimento era de revolta. Não se sabe até que ponto a violência repressiva aumentou a adesão à Aliança Liberal, mas é certo que representou um golpe profundo na popularidade do governo de Aristeu.

As eleições deram a vitória a Júlio Prestes, no plano federal, e à chapa do PRES, no estado, porém não encerraram a luta política. Com avanços e recuos, a ideia de revolução, alimentada desde o período da campanha, e impulsionada por jovens e radicais aliancistas, finalmente progrediu, ultrapassando os quadros da Aliança e atraindo os tenentes.

Os planos revolucionários tomaram novo impulso com o assassinato de João Pessoa, governador da Paraíba. Embora o crime não tivesse conotação política, foi explorado politicamente, acendendo os ânimos da oposição. O corpo do governador foi levado para o sepultamento no Rio, num navio que fazia escalas no per-

---

141 GURGEL, Antônio de Pádua et al. *Dr. Carlos, um homem do campo e sua relação com o poder. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria, 2000, p. 59.*

142 NOVAES, [1969?], p. 425.

curso, dando margem à realização de manifestações oposicionistas. Passou por Vitória a 6 de agosto e “recebeu então a sentida homenagem póstuma de verdadeira multidão, que tomava todos os escaletres, numa impressionante romaria de lágrimas”.<sup>143</sup>

A ameaça de ruptura da ordem vigente preocupou o empresariado, que já tinha bons motivos para se alarmar com a crise econômica, e o levou a manifestar apoio e fortalecer Aristeu. A ocasião escolhida foi a passagem de dois anos do governo. A firma Antenor Guimarães comemorava 42 anos de existência, e resolveu estender as comemorações ao aniversário do governo de Aristeu, promovendo uma elegante festa num luxuoso navio do Lloyd que se encontrava em Vitória.<sup>144</sup> E a Associação Comercial de Vitória, que não se envolvia nas disputas partidárias, apresentou uma moção de solidariedade aos poderes constituídos lida por seu vice-presidente, Oswald Guimarães, da qual destacamos um trecho, bastante revelador:

Nesse momento em que a propaganda de ideias subversivas se intensifica no País (...) a Associação Comercial, órgão das classes conservadoras, se sente na obrigação de trazer ao chefe do Estado a sua solidariedade para que v. exc. se sinta prestigiado, apoiado para resistir cada vez mais forte [...]145

Assim, o empresariado se colocava ao lado de Aristeu e do governo federal. Lembrando-se que Antenor Guimarães era um fiel aliado de Jerônimo Monteiro e um dos assinantes do manifesto a favor da candidatura dele ao Senado, em 1928, malograda devido à ação das forças governistas, vê-se que os interesses de classe se sobrepõem às disputas de facções, e quem toma a frente das inicia-

---

143 NOVAES, [1969?], p. 424.

144 WANICK, 2009, p. 119.

145 ACHIAMÉ, 2010, p. 103.

tivas é o filho Oswald. Apesar de a crise econômica mundial estar atingindo duramente o Espírito Santo, e das divergências entre o setor cafeeiro paulista e o presidente Washington Luís, a classe dominante capixaba, ligada ao café, proclamava seu apoio ao governo, na pessoa de seu aliado incondicional, o governador Aristeu.

Porém, a situação mudou em pouco tempo. A partir de agosto, a conspiração revolucionária se fortaleceu com importantes adesões, e começou a se disseminar no Exército. Revolucionários promoviam as articulações em várias regiões do país. Finalmente, o movimento estourou, a 3 de outubro, em Minas e no Rio Grande do Sul, e logo depois na Paraíba. Em dois ou três dias o Rio Grande do Sul foi tomado e os revolucionários avançaram para o norte. Em Minas, a reação foi maior, mas em cinco dias a capital foi conquistada. No nordeste, a partir da Paraíba, os revolucionários tomaram Recife e avançaram até o Maranhão, ao norte, e Sergipe, ao sul, encontrando muito pouca resistência, e os governadores fugiram.

No Espírito Santo, a revolução surpreendeu o governo. O boato de que ela ocorreria circulava havia tanto tempo que a população e as autoridades não acreditavam mais que ela de fato ocorresse.<sup>146</sup> Só temos notícias sobre a atuação de revolucionários no estado nas vésperas da eclosão do movimento, quando alguns militares, o capitão Magalhães Barata e os tenentes Wolmar Carneiro da Cunha e Pio Borges, estes últimos antigos integrantes do 3º BC, e dois tenentistas anteriormente desligados do Exército, José Lindenberg e Jurandir Magalhães, chegaram a Vitória com o objetivo de levantar o 3º BC, onde o tenente Euclides Lins representava os revolucionários. Não conseguiram realizar seu intento, graças à ação das autoridades. Barata e Wolmar fugiram, auxiliados por Carlos Lindenberg. José e Jurandir foram presos e enviados para o Rio.<sup>147</sup>

---

146 CARONE, 1971, p. 434.

147 Sobre a Revolução de 30 no Espírito Santo, ver ACHIAMÉ, 2010, p. 104-119.

Vale a pena atentar para as relações de parentesco de dois desses tenentes. Wolmar era irmão de Heliomar Carneiro da Cunha, genro de Thiers Velloso (que falecera em agosto), ocupara a direção de *A Gazeta* em 1928 e a ela voltaria após a revolução, e José era irmão de Carlos Lindenberg, o qual mobilizou pessoas e recursos de membros da elite capixaba a ele ligados por laços de parentesco, para dar fuga aos revolucionários: Durval Avidos, filho de Florentino, e Anísio Fernandes Coelho, cunhado de Carlos e destacado empresário, além de um partidário da Aliança, Asdrúbal Soares. Pode-se concluir que a conspiração preparatória da revolução era, pelo menos, acompanhada por muitas pessoas no estado, e que conquistava apoios rapidamente. Nas palavras de Achiamé: “quando pessoas pertencentes às classes dominantes passaram a apoiar francamente o movimento revolucionário, mesmo não tendo se empenhado na campanha da Aliança Liberal, o colapso do regime já era dado como certo”.<sup>148</sup>

No dia 10, chegou ao estado um reforço militar enviado pelo governo federal, composto por oficiais e sargentos, comandados pelo coronel José Armando Ribeiro de Paula, a fim de organizar a defesa. Mas essa força estava minada; entre seus membros havia partidários da revolução, como o capitão Bley, e estes logo se articularam com os revolucionários existentes no 3º BC e na polícia militar. Quando, no dia 14, tropas revolucionárias partiram de Minas para invadir o Espírito Santo, em várias frentes, não encontraram resistência, e avançaram em direção a Vitória. Só então Aristeu compreendeu que fora enganado, pois o que era apresentado como plano tático na verdade significava localizar a resistência na capital, que ficaria sem abastecimento de água e energia elétrica, e sujeita à violência dos combates.

A notícia da aproximação dos invasores provocou forte temor na cidade, já traumatizada pelo comício de fevereiro. A As-

---

148 Sobre a Revolução de 30 no Espírito Santo, ver ACHIAMÉ, 2010, p. 105.

sociação Comercial procurou o governador, manifestando a preocupação de seus membros, como de toda a população, diante da possibilidade “de uma resistência inútil”, e fazendo um apelo para que entrasse em acordo com os revolucionários, evitando assim a eclosão da violência na cidade. No dia seguinte, 16, Aristeu abandonou o palácio e embarcou, com a família, num navio italiano com destino ao Rio. Ele alegou ter ido ao encontro de Washington Luís em busca de apoio para defender o estado.<sup>149</sup> Porém, tratava-se incontestavelmente de uma fuga, e assim foi interpretada por todos, inclusive o presidente da República, que enviou ordem para que o navio se dirigisse à Bahia.

Essa fuga provocou indignação geral e destruiu a reputação de Aristeu. Os políticos governistas foram apanhados de surpresa e, na ausência do vice-governador, Joaquim Teixeira de Mesquita, o presidente do Legislativo, Antônio Francisco de Ataíde, tomou posse do governo e tratou de acalmar a população. Porém, o governo federal, ainda pensando em resistência, nomeou o coronel José Armando de Paula interventor no Espírito Santo, e enviou engenheiros, encarregados de dinamitar as pontes da ferrovia Vitória a Minas, por onde deveria passar uma das colunas revolucionárias. O coronel assumiu o cargo, mas não tinha condições de empreender a resistência, pois os oficiais, inclusive de seu estado-maior, estavam comprometidos com a revolução, e ele decidiu embarcar para o Rio, acompanhado dos oficiais e soldados legalistas, a 18 de outubro. Horas mais tarde chegavam a Vitória as tropas mineiras.

No dia 19 tomou posse uma junta governativa, composta por Afonso Correia Lírio, João Manuel de Carvalho e o capitão João Punaro Bley. No dia 24 Washington Luís foi deposto. Terminava a Primeira República.

---

149 WANICK, 2009, p. 138.

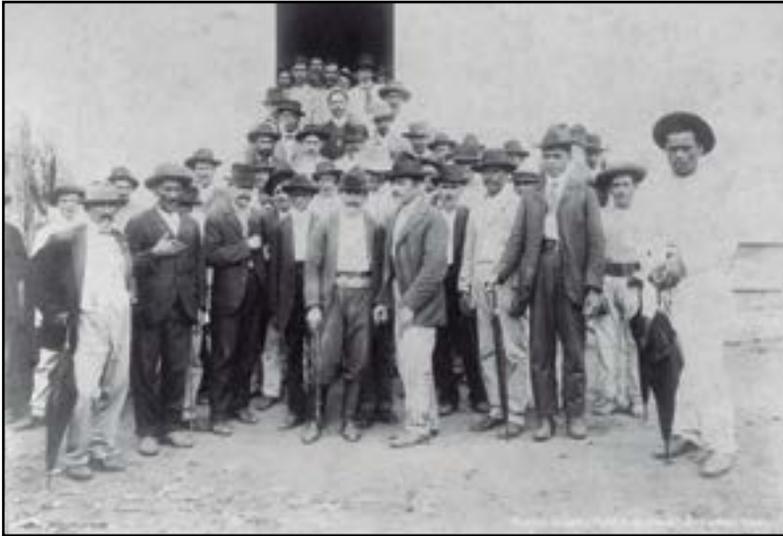
## Período de liderança dos Monteiro



O Presidente do Estado do Espírito Santo, Jerônimo de Sousa Monteiro (ao centro) acompanhado por diversas autoridades em um dos salões do Palácio do Governo (c. 1910).  
APEES — Coleção Jerônimo Monteiro, 195.



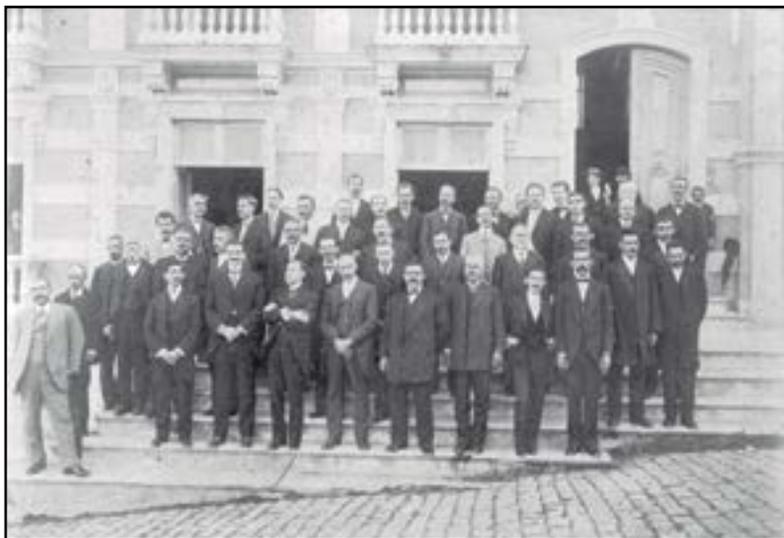
Salão do Congresso Legislativo do Espírito Santo durante uma das sessões, em 1912.  
APEES — Coleção Jerônimo Monteiro, 046.



Grupo de eleitores, governistas e oposicionistas, na estação de Mailaski (atual Mascarenhas), em Baixo Guandu. APEES — Coleção Jerônimo Monteiro, 217.



Dr. Júlio P. Leite, General Jacques Ouriques e Dr. Paulo de Melo, deputados federais eleitos pelo Espírito Santo, em 30 de janeiro de 1912. APEES — Coleção Jerônimo Monteiro, 308.



O Presidente do Espírito Santo, Marcondes Alves de Sousa (23/05/1912 a 23/05/1916), de perfil e com os braços cruzados, acompanhado por diversos prefeitos do Estado, em frente ao Palácio do Governo, por ocasião do Congresso das Municipalidades, de 30/05 a 07/06/1914. APEES — Coleção Jerônimo Monteiro, 232.



O Presidente do Estado, Marcondes Alves de Sousa, em visita ao município de Colatina, em 1916. APEES — Coleção Jerônimo Monteiro, 124.



Bernadino de Sousa Monteiro, Presidente do Estado do Espírito Santo.  
(23/05/1916 a 23/05/1920)  
Fonte: OPG, p. XV.

## Partidos políticos e eleições no Espírito Santo da Primeira República

O regime republicano trouxe uma completa mudança no quadro partidário do país. Foram extintos pelo Governo Provisório os dois partidos que sustentaram o parlamentarismo do Império: o Conservador e o Liberal, e os republicanos ainda não se haviam organizado nacionalmente.

O movimento pela República se organizou em clubes, a partir da década de 1870, quando foram fundados os do Rio de Janeiro e de São Paulo, e se disseminaram pelo país, principalmente no sudeste e no sul. Eram pequenos grupos de militantes dedicados à propaganda do regime republicano, que se mantinham independentes e tinham diferenças ideológicas e políticas entre si. Em São Paulo os republicanos se estruturaram mais rapidamente, formando, em 1873, o Partido Republicano Paulista, o mais poderoso partido da Primeira República. No Rio, foi fundado o primeiro clube republicano em 1870 e em 1875 houve uma tentativa de unificação do movimento em nível nacional, com a criação de um Partido Republicano Brasileiro, mas ela não teve sucesso. Mais de 10 anos depois, o partido do Rio retomou a iniciativa, convocando um congresso nacional, que reuniu representantes de 10 províncias, em 1887. Outros ocorreram em 1888 e 1889,<sup>150</sup> mas a unificação ainda não se consumara quando foi proclamada a República. Além de São Paulo e do Rio de Janeiro, o movimento era relativamente forte em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e na província do Rio de Janeiro e crescia no Espírito Santo, mas em muitas províncias não existia como força or-

---

150 George C. A. Bohrer, *Da Monarquia à República*, citado por BASBAUM, Leônicio. *História sincera da República*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975-1976, v. 1, p. 208 e 218.

ganizada. Não havia, pois, tanto em nível nacional quanto nos novos estados, à exceção de São Paulo, um partido republicano que tivesse legitimidade e força suficiente para assumir e exercer o poder.

Por outro lado, os membros dos antigos partidos da monarquia, de modo geral, aceitaram o novo regime e se empenharam para manter ou conquistar o poder. Novas articulações e novas alianças se formaram, engrossando os partidos republicanos existentes ou criando novos partidos. Assim, no calor da luta política, na premência de eleições que se sucediam, processou-se a reorganização partidária, inspirada na nova realidade.

Se no Império, centralizado e parlamentarista, os partidos eram fortes e nacionais, na República, presidencialista e federativa, suas características serão diversas. O deslocamento de poder do centro para os estados, fortalecendo as oligarquias estaduais e exacerbando seu desejo de autonomia, levou à criação de uma estrutura partidária descentralizada, constituída por partidos de âmbito estadual. Algumas tentativas de criação de partidos nacionais não se sustentaram. Na realidade, os partidos permitirão organizar as forças políticas em nível estadual, mas a política nacional seguirá outros caminhos.

No Espírito Santo não havia propriamente um partido republicano, havia clubes destinados à propaganda da República, sendo o primeiro deles, fundado em 1887, o de Cachoeiro de Itapemirim, que tinha o apoio do principal jornal local, *O Cachoeirano*. A atuação da monarquia a favor da Abolição provocou grande descontentamento entre os fazendeiros escravistas, e o movimento republicano conseguiu maior penetração, principalmente no sul da província, região de fazendas de café, em plena expansão, muito ligada ao Rio de Janeiro. Ali surgiu a maior parte dos clubes, que se multiplicaram rapidamente. Em 1889 havia pelo menos 14 deles no Espírito Santo, sendo que apenas três não se localizavam no sul: os de Vitória, São

Mateus e Santa Isabel.<sup>151</sup> Em setembro de 1888, os republicanos realizaram um congresso provincial com representantes de todos os clubes, que elegeram três delegados ao congresso nacional do partido e formou uma comissão permanente,<sup>152</sup> iniciando um processo de unificação que não avançou muito até a proclamação da República. Pouco depois do congresso, decidiram participar da eleição para o Parlamento, apresentando um candidato a deputado geral. Esse candidato, eleito previamente pelos clubes, foi Bernardo Horta, o principal propagandista do clube de Cachoeiro, que obteve ótima votação no sul da província.<sup>153</sup>

Proclamada a República, um dos membros da comissão permanente do congresso republicano, Afonso Cláudio de Freitas Rosa, foi nomeado governador do novo estado pelo Governo Provisório da República, e os dois principais líderes republicanos de Cachoeiro – Bernardo Horta e Antônio Aguirre – tornaram-se seus vice-governadores. Porém, apesar desses recentes sucessos, os republicanos não tinham a força nem a coesão necessárias para exercer a hegemonia no estado e tiveram que se compor com as forças do antigo regime para governar. E o partido nascente, ao invés de se consolidar com a vitória da República, se destruiu.

Em maio de 1890, Bernardo Horta e Antônio Aguirre, seus dirigentes, convocaram um congresso para o qual atraíram lideranças importantes dos antigos partidos com a proposta de congregar um amplo leque de forças que aceitassem o regime republicano e se unissem para fortalecer o partido a fim de liderar a política do estado. Embora tenham efetivamente atraído alguns líderes importantes de outros partidos, o resultado do congresso foi a divisão dos próprios republicanos. Os líderes de Cachoeiro não foram eleitos para o diretório e, como havia sido combinado que só seriam

---

151 CLÁUDIO, 2002.

152 Ibid., p. 41.

153 Ibid., p. 52 e segs.

vice-governadores os membros do diretório, eles renunciaram aos cargos. Foram, portanto, afastados do diretório e do governo, e deixaram o partido.<sup>154</sup>

Com as eleições para a constituinte nacional marcadas para setembro, precipitou-se a reorganização partidária. Divididos os republicanos, surgiram duas articulações, encabeçadas por lideranças fortes. Uma delas tinha à frente o chefe do antigo Partido Liberal, o Barão de Monjardim, pertencente a uma linhagem de políticos poderosos de Vitória, ele próprio ex-vice-presidente da província, e o líder do Partido Conservador, Aristides Freire, proprietário e redator do jornal daquele partido, *A Folha da Victoria*, dois adversários ferrenhos cuja aliança deixou perplexos muitos contemporâneos. Com eles estavam os liberais Joaquim Lírio, presidente da Câmara de Vitória à época da proclamação da República, e Horta Araújo, importante político de Cachoeiro, pai de Bernardo Horta e genro do poderoso fazendeiro e chefe liberal da região do Itapemirim em meados do século XIX, o Barão de Itapemirim. Esse grupo era visto como tendo convicções monarquistas, embora aceitando o novo regime, e Joaquim Lírio reforçou essa opinião ao dar vivas ao imperador num banquete público, sendo detido por isso pela polícia.<sup>155</sup> As tinturas republicanas foram dadas pelos líderes de Cachoeiro, rejeitados pelo partido que haviam fundado: Antônio Aguirre e Bernardo Horta. Dessa articulação surgiu a União Republicana Espírito-Santense.

A outra articulação teve à frente um jovem quadro do antigo Partido Liberal, Muniz Freire, a maior liderança da geração que se iniciou na política nos anos 1880. Advogado e jornalista, fundador do jornal *A Província do Espírito Santo*, depois *O Estado do Espírito Santo*, começara sua carreira política muito cedo, na Câmara Mu-

---

154 *O Estado do Espírito Santo*, 22 ago. 1890.

155 *Idem*, 24 mar. 1891.

nicipal de Vitória, logo tornou-se deputado provincial, com atuação destacada, e realizou um importante trabalho de reorganização e dinamização de seu partido, enfraquecido pelo predomínio dos conservadores no poder, animando antigos eleitores e conquistando novos simpatizantes. Para isso muito contribuiu a abertura, em seu jornal, da discussão de problemas nacionais e locais sobre os quais escrevia, apresentando propostas. Foi um defensor da Abolição e do federalismo.<sup>156</sup> Em 1889 era o candidato “natural” do partido e foi eleito à Câmara dos Deputados, que não chegou a se instalar.

Convidado para o congresso do Partido Republicano, no qual lhe prometiam um lugar no diretório, ele recusou, como também recusou participar da articulação presidida pelo barão. Pouco depois, presidia uma reunião que selou a união de sua corrente no antigo Partido Liberal com os republicanos que continuaram no partido após sua divisão, os antigos conservadores liderados por Domingos Vicente, que haviam aderido aos republicanos, e muitos outros. Formaram o Partido Republicano Construtor (PRC), que iria dirigir a política estadual por muitos anos. Seu diretório central foi constituído por Muniz Freire, Henrique Coutinho, republicano, e Domingos Vicente. Tinha um diretor do sul, Joaquim Pinheiro, republicano de Itapemirim, e um do norte, Constante Sodré, republicano de São Mateus. O partido aceitava o projeto de constituição do Governo Provisório da República, mas pretendia a ampliação das liberdades individuais e políticas, a eleição direta do presidente da República e a autonomia ampla dos estados, entre outros pontos.<sup>157</sup>

O PRC contava, em suas fileiras, com Ataíde Júnior, oficial do Exército que atuara no movimento republicano na Escola Militar e participara diretamente do 15 de Novembro, sob o comando de Sólon

---

156 *O Estado do Espírito Santo*, 14 jul. 1892.

157 *Idem*, 30 jul. 1890; 7 ago. 1890.

Ribeiro; o capitão Salles, do estado-maior do mesmo Sólón; Antônio de Campos Sobrinho, irmão do marechal Rodrigues de Campos, natural de Vitória, e um dos dois civis que se integraram às forças militares na ação de 15 de novembro;<sup>158</sup> Gil Goulart, advogado, ex-presidente do governo municipal de Cachoeiro de Itapemirim por muitos anos e ex-deputado provincial pelo Partido Liberal; Torquato Moreira, baiano, fixado em Itapemirim onde trabalhava como médico e ligado pelo casamento à família de Mendes Velloso, juiz e depois desembargador destacado, Torquato se integrou ao Partido Republicano, presidiu o congresso da divisão e fez uma longa e agitada carreira política; Horácio Costa, chefe de Polícia do governo de Afonso Cláudio, era um pernambucano que, como Torquato e tantos outros vieram, recém-formados, para o Espírito Santo; advogado e jornalista, fixou-se em Benevente (Anchieta) onde militou como abolicionista e foi um dos fundadores do clube republicano local e do jornal *A Tribuna*, de propaganda republicana.

Embora não tenha participado publicamente da criação do partido, e na reunião para sua fundação tenha sido declarado que o PRC não objetivava sustentar o seu governo, Afonso Cláudio tinha o apoio da maioria, aí incluído Muniz, de quem era muito próximo. Haviam sido colegas de colégio e de faculdade e nas duas ocasiões publicaram jornais literários,<sup>159</sup> depois de formados abriram um escritório de advocacia em Vitória, e foram companheiros na campanha abolicionista e em outras lutas. Meses antes da República, os dois haviam liderado uma manifestação popular de protesto contra a falta de água e de luz em Vitória.<sup>160</sup> Como governador, Afonso Cláudio incluía Muniz na comissão que nomeara para elaborar o projeto da constituição estadual, e o jornal de Muniz dava irrestrito apoio a seu governo.

---

158 FREIRE, M. A., 1939.

159 BASÍLIO, 1961, p.16.

160 CLÁUDIO, 2002, p. 47 e segs.

Paralelamente, os trabalhadores, animados pela expectativa de democratização que a República despertava e incentivados pelo Partido Operário (PO), recém-criado no Rio de Janeiro, resolveram fundar seu próprio partido, o Partido Operário do Espírito Santo. Propondo-se a “sustentar todos os direitos da classe, seja qual for a categoria”, adotou o programa do PO do Rio, que incluía moradia, educação, justiça fiscal, facilidade de acesso à terra, organização de um montepio que dê assistência em caso de desemprego, doença e velhice, regularização do horário e da remuneração do trabalho, estabelecimento de um tribunal composto por operários e industriais para julgar as questões que chamaríamos trabalhistas, “evitando greves e outros distúrbios”.<sup>161</sup> Não nos espantemos com estas palavras. Os partidos operários surgidos naquela ocasião, apesar das divergências existentes entre eles, lutavam todos pela legitimação da participação política dos trabalhadores, numa sociedade autoritária e oligárquica, que tratava as greves como sedições, a serem enfrentadas pelas forças policiais ou até pelo Exército. O advento do regime republicano, que tem como um de seus princípios a cidadania universal, anunciava uma possibilidade de inserção política dos trabalhadores e os partidos operários tentaram conquistá-la, com muita cautela, evitando o enfrentamento e procurando afastar qualquer ideia de subversão da ordem. Contudo, essa seria uma luta longa, para várias gerações, e os partidos operários tiveram vida breve, tragados pela “república das oligarquias”.

Foi lançado um jornal do PO do Espírito Santo, *O Pharol*, a 31 de julho de 1890, informando que o partido seria “medianeiro entre a classe operária e o governo” e “não interviria na luta das parcialidades políticas”. Apresentou uma chapa para as eleições, tendo como candidatos ao Senado um torneiro-funileiro e um den-

---

161 *O Estado do Espírito Santo*, 5, 6, 8 jul. e 22 ago. 1890, que cita *O Pharol*, n. 2, 4 ago. 1890.

tista e à Câmara um ourives-gravador, deixando dois lugares vagos para candidatos de outros partidos que apoiassem o programa do PO do Espírito Santo. Porém, a proposta de lançar candidatos próprios dividia o partido, pois a direção, seguindo orientação do PO do Rio queria “apoiar o partido que sustenta o governo”, o PRC, alegando que era hora de somar forças. Acabaram fazendo uma composição entre candidatos dos dois partidos, mas saíram da chapa os trabalhadores manuais, ficando, do PO do Espírito Santo, um médico e Campos Sobrinho, republicano radical, membro mas não candidato do PRC.<sup>162</sup>

As eleições para a Constituinte, em setembro de 1890, foram renhidamente disputadas, com acusações mútuas de irregularidades, e deram a vitória ao Partido Republicano Construtor, que elegeu toda a minúscula bancada: 3 senadores (Domingos Vicente, Gil Goulart e José Cesário Monteiro de Barros) e 2 deputados (Ataíde Júnior e Muniz Freire).

Na Constituinte, a bancada do Espírito Santo teve uma atuação de maior relevo do que seu tamanho faria supor, graças sobretudo a Gil Goulart, que defendeu com eficiência os interesses do estado na discussão da reforma tributária e da legislação de terras, e a Muniz Freire, orador assíduo e parlamentar destemido na defesa do programa de seu partido. Na medida em que as relações entre Deodoro e a Constituinte evoluíram para o conflito, Muniz foi se posicionando em defesa da autonomia do Legislativo, em oposição ao marechal e se aproximando da maioria paulista. Aprovada a Constituição, houve a eleição, pelo Congresso, do presidente da República, quando foi lançada a candidatura de Prudente de Moraes, que presidira a Constituinte, contra a de Deodoro, e Muniz convenceu toda a bancada, salvo Ataíde Júnior, ligado ao marechal, a votar em Prudente, enfrentando ameaças de golpe militar.<sup>163</sup>

---

162 *O Estado do Espírito Santo*, 12 set. 1890.

163 Artigo de Ataíde Júnior em *O Estado do Espírito Santo*, 21 mar. 1891, no qual

A audácia custou caro ao partido. O governador do estado, então Henrique Coutinho, vice de Afonso Cláudio que deixara o governo por motivo de saúde (19 de setembro de 1890) e depois renunciara, foi demitido por Deodoro, juntamente com os governadores de São Paulo e do Rio Grande do Norte, estados cujas bancadas, governistas, votaram contra ele. A União Republicana subiu ao poder no Espírito Santo, com a nomeação de Antônio Aguirre para o governo. Foi forte a reação do PRC, bem como a reação no Congresso nacional.

O novo governo estadual substituiu os governos municipais, nomeados pela situação anterior, por outros de seus aliados, re colocou Joaquim Lírio na presidência da Câmara de Vitória, que fazia a apuração das eleições, e adiou as eleições para a Constituinte estadual.

Na campanha, o Partido Republicano Construtor aparece como defensor das propostas republicanas que então dividiam a opinião pública, referentes à separação entre a Igreja e o Estado, o Estado laico: casamento civil separado do religioso, igualdade entre todos os cultos e seus praticantes etc., enquanto a União Republicana apelava para os sentimentos dos católicos mais conservadores, dizendo em panfletos “O Partido Construtor quer acabar com nossa religião! Quem for católico, apostólico romano negue o voto ao Partido Construtor”<sup>164</sup>. O PRC procurava encorajar seu eleitorado: “Não se curvem às ameaças!” e, com uma certa pretensão: “O país tem os olhos voltados para nós! Cidadãos, não receeis coisa alguma! Manifestai vosso pensamento!” Eram as mensagens do jornal.<sup>165</sup> Em vão: a União Republicana venceu, embora por pequena margem.

Em três meses a Constituinte aprovou a eleição indireta para presidente do estado e elegeu o Barão de Monjardim, em junho de 1891. Seu governo, porém, durou pouco.

---

relata tentativa que fez de evitar a deposição de Henrique Coutinho.

164 *O Estado do Espírito Santo*, 21 mar. 1891.

165 *Idem*, 20 abr. 1891.

As relações entre o governo de Deodoro e o Congresso tornaram-se ainda mais difíceis, depois da destituição de governadores de estados com bancadas numerosas que apoiavam os destituídos e recusavam a intervenção federal. Simultaneamente ocorria uma crise econômico-financeira que provocou uma sucessão de falências e o ministro Lucena, todo-poderoso no governo, era acusado de lesar o Estado em benefício dos especuladores. Diante do acirramento da oposição, Deodoro dissolveu o Congresso e decretou o estado de sítio na capital e em Niterói (3 de novembro de 1891). O golpe foi apoiado por todos os governadores, salvo o do Pará e o do Rio Grande do Sul, mas a oposição reagiu, dirigida pelos paulistas, e as forças armadas se dividiram. Aproximaram-se a oposição civil e a militar (que contava com Floriano Peixoto) e se dispuseram à luta armada, que a Marinha iniciou. Deodoro cedeu e renunciou à presidência (23 de novembro de 1891). Foi empossado Floriano, vice-presidente, anulada a dissolução do Congresso e revogado o “estado de sítio”.

A queda de Deodoro desestabilizou os governadores que haviam apoiado o golpe, e rebentaram revoltas contra eles. No Espírito Santo, onde o governador do PRC fora deposto pelo marechal, a oposição, que sofrera forte repressão depois do golpe, reabriu seu principal jornal, *O Estado do Espírito Santo*, e partiu para o ataque, publicando denúncias da repressão que sofrera e procurando mobilizar a opinião pública em defesa dos ideais republicanos.<sup>166</sup> Em vários municípios, a maioria no sul, a oposição passou a depor os governos nomeados pela União Republicana.<sup>167</sup> O Barão de Monjaridim transmitiu o governo a Aguirre, seu vice.

A oposição e a tropa federal se uniram e, a 18 de dezembro, o PRC convocou “os republicanos e o povo” para uma manifestação em frente ao palácio do governo. Falou Torquato Moreira, conclamando

---

166 *O Estado do Espírito Santo*, 25 nov. 1891; 9 dez. 1891.

167 *Idem*, 18 dez. 1891.

o povo a depor o governador. A guarda que protegia o palácio aderiu à revolta e, já de madrugada, foi formada uma Junta Governativa e enviada uma comissão para comunicar a Aguirre que ele havia sido “deposto pela soberania popular”.<sup>168</sup>

Composta por Graciano Neves, Galdino Loreto e Henrique de Gouvêa, comandante do 32º Batalhão, a Junta dissolveu a Constituinte e convocou eleições para substituí-la, para os governos municipais e para duas vagas de deputados federais, pois a Constituição aumentara para quatro o número mínimo de representantes por estado. Embora a regulamentação das eleições tenha sido bastante favorável à oposição, a União Republicana decidiu se abster nos pleitos estadual e federal. A nova Constituinte votou a Constituição do Estado e elegeu o novo governador, Muniz Freire. Estava terminada a fase de instabilidade do início da República no Espírito Santo.

A partir de então o Partido Republicano Construtor governou o estado, até 1908, sempre com oposição organizada em partidos que se sucederam, e os políticos transitaram entre eles. O próprio PRC se transformou ao longo do tempo.

Em 1894, a União Republicana se dividiu, saindo a corrente do Barão de Monjardim que formou o Partido Autonomista. A União ficou sob a direção de Aristides Freire, mantendo seu jornal, *Commercio do Espírito Santo*, e de Bernardo Horta. O Partido Construtor enfrentou uma importante dissidência, motivada por um projeto permitindo a reeleição dos governadores, apresentado no Congresso Legislativo estadual, que possibilitaria a recondução de Muniz Freire. Diante da reação contrária de uma parte do partido e da imprensa do Rio de Janeiro, o projeto foi retirado, mas a divisão estava implantada, e certamente tinha outros motivos além daquele. A dissidência era constituída por alguns republicanos radicais, Horácio Costa, deputado federal, Antero de Almeida e Vlademiro da

---

168 *O Estado do Espírito Santo*, 22 dez. 1891; 12 e 13 jan. 1892.

Silveira, deputados estaduais, e alguns outros, como Novaes Mello, deputado federal, que se integraram à União. Isso se deu quando o governo de Muniz estava no auge de seu sucesso, realizando o programa que ele vinha elaborando desde os tempos do jornal *A Província do Espírito Santo* e que a conjuntura de alta do preço do café parecia tornar viável. O estado vivia uma fase de progresso e euforia como nunca conhecera, Muniz era elogiado pela imprensa do Rio de Janeiro e festejado por autoridades e políticos federais. Tornou-se tão popular no Rio que teve sua foto exposta em diversas vitrines da Rua do Ouvidor,<sup>169</sup> cenário das manifestações políticas populares.

Na eleição para o Congresso estadual, no início de 1895, o Partido Republicano Construtor elegeu seus 20 candidatos (entre eles aparece Jerônimo Monteiro); a União Republicana fez dois deputados, os dois dissidentes do PRC que se reelegeram; o Partido Autonomista elegeu dois; e foi eleito um candidato avulso, Joaquim Lírio, ex-União, sem partido após a divisão desta.

Muitas dissidências estão ligadas a disputas por candidaturas. São políticos que deixam o partido quando as candidaturas que pleiteiam não são aceitas, mas frequentemente o fazem atacando o partido e trazendo à tona divergências internas, às vezes antigas, pela imprensa. Trava-se então uma polêmica muito pouco favorável à imagem dos partidos e dos políticos envolvidos, mas preciosa para o historiador.

Em 1896, o PRC enfrentou diversas dissidências, que se ligaram a questões da política nacional. O ano começou com a sucessão de Muniz Freire. O partido indicou, por opção do próprio Muniz, a candidatura de Graciano Neves, que tinha excelente reputação de honestidade e inteligência, e fora um valente lutador no início da República. Mas o senador Domingos Vicente lançou-se candidato, com o apoio da União Republicana, levando consigo uma corrente do partido, sobretudo em Viana, onde era o principal chefe políti-

---

169 *O Estado do Espírito Santo*, 3 jul. 1891.

co. Embora tenha sofrido derrotas em alguns municípios onde até então era sempre vencedor, como Itapemirim, o PRC elegeu seu candidato. É interessante registrar a declaração do jornal *A Folha da Victoria*, dissidente, depois de elogiar Graciano “...foi a incerteza de permanecer no poder o ilustre conterrâneo que levou o eleitorado a levantar a candidatura do senador Domingos Vicente”.<sup>170</sup> Com efeito, Graciano não tinha nenhum gosto pelo exercício do poder nem pela administração, e renunciaria antes da metade de seu mandato.

Em seguida, viriam as eleições para o Congresso Nacional. Nessas, a disputa por candidaturas era acirrada, as vagas eram poucas – 4 deputados e um senador – e a eleição para deputado era majoritária. Além disto, vigorava o sistema do voto incompleto, também conhecido como do “terço”. No caso do Espírito Santo, cada eleitor votava em três candidatos, e cada partido devia lançar o mesmo número de candidatos, no máximo, a fim de não dispersar os votos de seus eleitores. O objetivo desse sistema era permitir a representação das minorias, impedindo os eleitores da “situação” de votar em chapa completa. Mas isso só acontecia quando a oposição era forte, pois, quando não o era, o partido governista podia praticar o “rodízio”, inclusive com candidatos avulsos ou independentes, ou seja, não lançados por um partido, mas comprometidos com o governo.<sup>171</sup> Portanto, nos partidos, a disputa era por uma das

---

170 Citado em *O Estado do Espírito Santo*, 23 jan. 1896.

171 O rodízio consistia em distribuir os votos dos eleitores da “situação” de tal modo que um número maior de candidatos do que aquele em que cada eleitor poderia votar recebesse mais votos do que a oposição deveria obter para os seus candidatos. Assim, se cada eleitor poderia votar em 3 candidatos para 4 vagas, distribuam-se, por rodízio, os votos dos eleitores da “situação” incluindo um candidato “avulso”, de modo que cada um dos 4 obtivesse mais votos do que os da oposição. Em 1904, a lei Rosa e Silva permitiu o voto cumulativo, que dificultava o rodízio; o eleitor poderia dar todos os seus votos, ou grande parte deles, quando eram numerosos, no mesmo candidato. Ou seja, no caso acima, que corresponde a eleição de deputados federais no Espírito Santo, ele poderia dar seus 3 votos para o mesmo candidato.

três vagas na chapa, e, sendo as eleições o que eram, uma candidatura da “situação” era quase equivalente a um mandato.

Porém, havia um complicador: a Comissão de Verificação de Poderes do Congresso Nacional, que decidia, em última instância, quem estava ou não estava eleito, desde que a ela chegasse qualquer contestação aos resultados apresentados pelos candidatos, o que era fácil de produzir nas condições em que as eleições eram realizadas. Portanto, era preciso eleger candidatos que tivessem possibilidade de ser reconhecidos pelas forças que controlavam o Congresso. Naquela ocasião, a principal força era Francisco Glicério, líder da maioria e do Partido Republicano Federal.

Esse partido, fundado em 1893, ano marcado por revoltas armadas, foi a primeira tentativa de criação de um partido de âmbito nacional na República, por iniciativa de Glicério, um dos principais líderes republicanos de São Paulo, e de outros republicanos históricos, como Aristides Lobo, Prudente de Moraes, Quintino Bocaiúva, Manuel Vitorino, preocupados com a defesa da Constituição republicana e com a sucessão de Floriano, que se daria no ano seguinte. Sentiam a necessidade de um partido por meio do qual pudessem coordenar a política federal e, em particular, a eleição direta do presidente da República, após os dois governos militares. Efetivamente o partido lançou a candidatura de Prudente de Moraes à presidência e de Manuel Vitorino Pereira à vice-presidência e os elegeram, na primeira eleição direta nacional. Porém, a integração do partido em nível nacional não ocorreu; os partidos estaduais que se filiaram ao PRF, em geral, mantiveram suas denominações, suas direções e procuraram afirmar sua autonomia, como aconteceu no Espírito Santo com o PRC. Em 1896, Prudente enfrentava feroz oposição de florilianistas e jacobinos, que tentavam manter a situação do governo Floriano, seja para não perderem a influência que haviam adquirido, seja por convicções republicanas radicais e/ou militaristas que seriam contrariadas pela consolidação da ordem oligárquica e do poder civil. Nesse processo, Glicério, que já vinha acumulando di-

vergências com Prudente e era ligado aos florianistas, vai perdendo a influência que tinha sobre o presidente até chegarem ao rompimento, no ano seguinte. Em novembro de 1896, Prudente teve de se licenciar, gravemente doente, e se pensava que não conseguiria curar-se. Assumiu o vice-presidente, Manuel Vitorino, florianista. É nesse contexto que se pode entender a situação do Espírito Santo.

Terminado seu mandato, Muniz partiu para a França, em comissão do governo para tratar de negócios do estado, deixando acertada a candidatura que ele próprio havia proposto, de Luís Siqueira Lima ao Senado, mas o diretório do partido não manteve o compromisso, pois dois de seus membros cobiçavam a vaga, e depois de desgastantes manobras, acabou lançando um deles, Henrique Coutinho. Além disso, excluiu Torquato Moreira da chapa de deputados. Luiz Siqueira fizera carreira política no Império, era filho do falecido Barão de Itapemirim, e tinha importantes apoios políticos no sul, inclusive de um jornal, *Sul do Espírito Santo*. E Torquato, que pretendia a reeleição, tivera uma atuação decisiva no início da República e do partido, e, embora se opondo à reeleição, tivera uma correta posição partidária quando houve a dissidência que levou parlamentares florianistas, como ele, a passarem à oposição. Em resumo, na ausência de Muniz, o diretório destruiu o partido.<sup>172</sup>

Os novos dissidentes se juntaram aos que já haviam passado para a União Republicana e, explorando a oportunidade criada pela divisão da política federal, negociaram com o setor florianista do PRF e fundaram uma secção regional daquele partido no estado.<sup>173</sup> A União foi dissolvida e seu jornal, *Commercio do Espírito Santo*, passou ao PRF.<sup>174</sup> O PRC, que era filiado ao PRF, acusou a ingerência do partido e teve o apoio do setor prudentista.

---

172 A questão pode ser acompanhada no jornal *Commercio do Espírito Santo* de outubro a dezembro de 1896 e em janeiro e fevereiro de 1897.

173 *Commercio do Espírito Santo*, 28 out. 1896; 17 e 18 nov. 1896.

174 *Idem*, 18 nov. 1896.

Assumindo o governo, Manuel Vitorino começou a substituir os funcionários federais no Espírito Santo e a cassar nomeações de líderes do PRC na Guarda Nacional, nomeando partidários do novo PRF.<sup>175</sup>

O PRF apresentou sua chapa às eleições: Siqueira Lima para senador, Torquato, Bernardo Horta e Campos Sobrinho para deputados, e travou, pelo jornal, uma campanha agressiva contra o Partido Construtor. Apresentava Muniz como traído pelo diretório e por Graciano e fazia pesadas acusações aos outros, particularmente a Cleto Nunes e a Henrique Coutinho, que chegou a ser humilhado por Torquato.<sup>176</sup> O partido cresceu no estado e se orgulhava de reunir os principais republicanos históricos, antes divididos, e de ser, então, aquele que representava os ideais republicanos. Para vencer as eleições, o PRC se distanciou cada vez mais de seus propósitos iniciais de realizar eleições honestas. Seus candidatos foram eleitos, mas o PRF contestou o resultado no Congresso.

A polêmica nos jornais da situação e da oposição teve, portanto, como pano de fundo, a verificação de poderes no Congresso. Prudente de Moraes reassumiu o governo e Torquato se apressou a felicitá-lo<sup>177</sup> e, quando da derrota do Exército em Canudos, que provocou violentas manifestações jacobinas contra o governo, Torquato mais uma vez telegrafou, manifestando solidariedade ao presidente e este, nas duas oportunidades, agradeceu,<sup>178</sup> enquanto seu jornal centrava fogo em José Monjardim, do Partido Autonomista, que poderia entrar no “terço”, acusando-o, não sem alguma razão, de monarquista. Afinal, foram reconhecidos os candidatos do PRC – Henrique Coutinho, Galdino Loreto, Pinheiro Júnior, Jerônimo Monteiro – e Torquato Moreira, pelo “terço”.

---

175 *Commercio do Espírito Santo*, 24 nov. 1896 e 01 dez. 1896; *O Estado do Espírito Santo*, 24 nov. 1896.

176 *Commercio do Espírito Santo*, 29 nov. 1896.

177 *Idem*, 9 mar. 1897.

178 *Idem*, 14 mar. 1897.

No mesmo mês, Glicério foi derrotado na eleição para a presidência da Câmara; Prudente vencera. A agitação florianista e jacobina crescia, e a oposição começou a planejar o assassinato do presidente. O atentado ocorreu na chegada da expedição que afinal conseguira vencer Canudos e Prudente foi salvo, mas morreu seu ministro da guerra. Esse ato inverteu a opinião pública a favor do presidente, e lhe permitiu decretar o “estado de sítio” na capital e em Niterói e reprimir os jacobinos, implicados diretamente no atentado. O inquérito policial envolveu Manuel Vitorino, Glicério e outras grandes figuras da política nacional, e Torquato Moreira, um dos mais seriamente implicados.<sup>179</sup> Porém o Congresso não concedeu licença para que os parlamentares fossem processados.

O Partido Autonomista fundiu-se ao Construtor no final daquele ano, alegando que a situação nacional os unia.<sup>180</sup> O PRF sobreviveu no Espírito Santo até 1899, quando parte de seus membros, como Luís Siqueira, Bernardo Horta e Joaquim Pinheiro se uniram ao Partido Republicano Construtor Autonomista (PRCA) para lançar a candidatura de Muniz ao governo do estado, em 1900.<sup>181</sup> Os outros se reuniram sob a denominação de Concentração Republicana, usada nacionalmente para designar os remanescentes do PRF. Jerônimo Monteiro, porém, desligou-se do PRCA em 1898, alegando como motivo a influência crescente dos Monjardim no partido<sup>182</sup> e, no ano seguinte, fundou, com Ramiro de Barros, chefe político de Afonso Cláudio, o Partido da Lavoura, que lançou o último como candidato ao governo estadual com o apoio da Concentração. A campanha eleitoral se deu num clima de denúncias e violência de ambas as partes, e Muniz foi eleito para um segundo mandato (1900-1904).

---

179 *O Estado do Espírito Santo*, 18 jan. 1898.

180 *Idem*, 28 nov. 1897 e 8 dez. 1897.

181 *Idem*, 26 nov. 1899; 5 e 7 dez. 1899.

182 *Commercio do Espírito Santo*, 19 jul. 1898.

Por essa época, o presidente Campos Salles implantou a “política dos governadores” ou “dos estados”, visando garantir a governabilidade por meio do fortalecimento do poder executivo. Baseava-se no mecanismo da verificação de poderes. A comissão encarregada da verificação passou a ficar sob a responsabilidade do presidente da Câmara na legislatura que findou e o critério para o reconhecimento dos diplomas dos candidatos eleitos passou a ser o da presunção de legalidade dos candidatos da “situação” em seus estados, ou seja, os candidatos do governo estadual, desde que este apoiasse o governo federal. Embora houvesse exceções a essa regra, daí em diante a posição das oposições ficou extremamente difícil. A política dos governadores vai favorecer a consolidação das oligarquias que exerciam o poder nos estados e essas darão a maioria no Congresso ao presidente, sob pena de que seus candidatos fossem “degolados”.

Uma das exceções à regra se dará no Espírito Santo, em 1906. Muniz Freire, ao fim de seu segundo mandato, apoiou a candidatura de Henrique Coutinho a sua sucessão, mas, pouco tempo depois do início de seu governo, rompeu com ele e passou à oposição, tentando mesmo, sem êxito, a cassação do mandato do governador. No ano seguinte, concorreu com uma chapa dissidente na qual ele era candidato ao Senado, Graciano Neves, Bernardo Horta e José Monjaridim à Câmara. Os resultados oficiais davam a vitória aos governistas, mas os dissidentes recorreram, alegando diversas irregularidades, e foram todos reconhecidos, como também Torquato Moreira, que entrara pelo “terço”. E Henrique Coutinho ficou sem nenhum parlamentar no Congresso. Muniz Freire, que desde o início da República fora a principal liderança do estado, foi reconhecido como representando a situação.

Mas a nova liderança do Espírito Santo já despontava. Jerônimo Monteiro aproximara-se de Henrique Coutinho, tornara-se o homem forte de seu governo realizando transações referentes à dívida do estado e à venda da Estrada de Ferro Sul do Espírito San-

to, articulara apoios políticos em São Paulo e em Minas e, quando chegou o momento da sucessão, conseguiu reunir a maior parte das forças políticas do estado em torno de seu nome e se elegeu, com um vasto e audacioso programa de governo.

Pouco depois, se abriria uma vaga no Senado, com a morte de Cleto Nunes, e a candidatura coube a João Luís Alves, deputado federal mineiro, do grupo de Afonso Pena, defensor de um projeto de proteção aduaneira à indústria, apoiado pelo governador mineiro, João Pinheiro, e pela indústria paulista.<sup>183</sup>

Iniciado seu governo com numerosas iniciativas e excelente cobertura da imprensa nacional, Jerônimo Monteiro propôs a substituição do PRC por uma nova agremiação, o Partido Republicano do Espírito Santo (PRES), no qual se fundiram todas as correntes políticas, inclusive aquelas que ainda permaneciam na oposição, como a de Torquato Moreira e a do Barão de Monjardim.

Realizando um governo bem sucedido, favorecido pelo fim da crise do café que sufocava o Espírito Santo havia mais de uma década, e revelando notável habilidade política, Jerônimo se fortaleceu. Junto com o irmão Bernardino, importante liderança na política de Cachoeiro de Itapemirim, e com o apoio do irmão Fernando, bispo do Espírito Santo, consolidará o poder dos Monteiro no estado. A “política dos governadores” jogará a favor deles. Rapidamente, as promessas de tolerância e liberalização política apresentadas na fundação do PRES se esvaíram: a oligarquia familiar acabou controlando totalmente o Estado.

Não sem enfrentar resistência. Já em 1912, na sucessão de Jerônimo, a candidatura de Marcondes Alves de Souza, político de Cachoeiro de Itapemirim, ligado estreitamente à família Monteiro mas desprovido de prestígio no estado, despertou a oposição. Aliados de

---

183 *Jornal Oficial*, 20 jun. 1908, resposta à crítica do jornal *O Século* à referida candidatura, transcrita em parte.

peso, como Torquato Moreira e o Barão de Monjardim, uniram-se a Muniz Freire, que já combatia o governo, e a outros oposicionistas até então dispersos e se organizaram para disputar a eleição. O candidato, Getúlio Florentino dos Santos, capitão médico do exército, capixaba não residente no estado, foi lançado pelo Centro Espírito-Santense. Essa entidade, fundada por Afonso Cláudio e o marechal Rodrigues de Campos, entre outros, reunia capixabas residentes na capital federal, alguns deles participantes ativos da vida do estado, inclusive da política estadual, na qual o Centro sempre procurara influir. Na reunião que lançou a candidatura de Getúlio dos Santos foi eleita uma comissão da qual faziam parte Afonso Cláudio, Constante Sodré, Rodrigues de Campos e Pinheiro Júnior, encarregada de procurar o presidente da República e os dirigentes do Partido Republicano Conservador levando um manifesto contra a candidatura de Marcondes, que consideravam não qualificado para exercer o governo do estado, e propunha a de Getúlio dos Santos.<sup>184</sup>

Pouco depois, a oposição, no estado, lançou um manifesto, assinado pelo Barão de Monjardim, Muniz Freire e Torquato Moreira, apresentando uma chapa com as candidaturas de Getúlio dos Santos à presidência, Pinheiro Júnior, César Velloso e Antônio Marins às vice-presidências do estado, Aristides Guaraná ao Senado, e Torquato Moreira, Argeu Monjardim e o capitão-tenente Alfredo Reginaldo Teixeira à Câmara dos Deputados. O último não era capixaba, tinha laços de parentesco e relações pessoais no estado, onde residira algum tempo, como diretor da Escola de Aprendizes Marinheiros.<sup>185</sup>

Por que tantos militares até então alheios à política estadual? Estava-se no governo do marechal Hermes da Fonseca, no qual setores militares que participavam do poder pretenderam retomar o

---

184 *O Cachoeirano*, 24 dez. 1911.

185 *Idem*, 2 jan. 1912.

papel político que os militares haviam desempenhado no início da República e passaram a interferir na política de vários estados. No norte e no nordeste realizaram as intituladas “salvações”, derrubando oligarquias fechadas e corruptas que controlavam com mão de ferro o poder. Para tal fim, recorriam a candidaturas de militares e, no jogo trapaceado que eram as eleições, à intervenção federal. Sem dúvida, essa era a expectativa da oposição. Sua chapa ao governo estadual, formada por três médicos e um jornalista, apresentava-se como moralizadora dos costumes políticos, empenhada em combater o coronelismo, o que correspondia ao discurso que buscava legitimar as “salvações”. Contudo, o Espírito Santo ainda não se enquadrava no padrão das oligarquias depostas.

Não sei com que apoios a oposição contava, mas eles foram insuficientes. As eleições provocaram grande agitação e violência no estado, foram ganhas pelo governo e o coronel Marcondes foi empossado.

Nesse período foram criados dois partidos nacionais: o Partido Republicano Conservador e o Partido Republicano Liberal. O primeiro, fundado em 1910 sob a liderança de Pinheiro Machado, visava reunir as forças políticas que haviam sustentado a candidatura de Hermes da Fonseca, mas não conseguiu atingir seus objetivos e se tornou um instrumento da política de seu fundador, poderoso chefe político nacional. O Partido Republicano Espírito-Santense filiou-se ao Partido Republicano Conservador, mas sem se dissolver, procurando manter a autonomia em nível estadual,<sup>186</sup> como fizera anteriormente o Partido Republicano Construtor em relação ao Partido Republicano Federal. O Partido Republicano Conservador não sobreviveu ao assassinato de Pinheiro Machado, em 1915.

Em 1913, a oposição capixaba ligou-se ao Partido Republicano Liberal, liderado por Rui Barbosa, de cuja fundação participou Muniz Freire. O partido procurava difundir as propostas reformis-

---

186 *Diário da Manhã*, 9 nov. 1910.

tas de seu chefe e viabilizar sua candidatura à presidência da República. Foi criado um diretório em Cachoeiro, incluindo Pinheiro Júnior e Fernando de Abreu.<sup>187</sup> Em Vitória teve entre suas principais lideranças Horácio Costa, republicano histórico que fez parte do governo de Afonso Cláudio.<sup>188</sup> A candidatura de Rui conseguiu apoios importantes, mas acabou não sendo escolhida pelas oligarquias dominantes. Lançada, mesmo assim, pelo partido, que chegou a fazer campanha, foi retirada antes das eleições e o partido se esvaziou.

Em 1916, quando Jerônimo, no comando do PRES, lançou a candidatura do irmão Bernardino, então senador, ao governo do estado, desencadeou-se a mais séria crise política que o Espírito Santo até então conhecera. A bancada federal – à exceção de Bernardino e de Jerônimo, deputado – uniu-se à oposição, acompanhada por seus aliados no estado e o vice-governador Alexandre Calmon. A candidatura de Bernardino tornava clara a intenção dos Monteiro, que já ocupavam numerosos e importantes cargos no estado, de consolidar uma oligarquia familiar.

A oposição, fortalecida, procurou o apoio do presidente Wenceslau Braz, que se comprometera com um movimento de regeneração dos costumes políticos e estava empenhado num programa de saneamento financeiro da União, e apresentou-lhe as denúncias de abusos e corrupção que eram feitas contra Jerônimo no Congresso Nacional, principalmente por Muniz Freire. Wenceslau tentou dissuadir os irmãos Monteiro, alegando o caráter familiar da candidatura e a péssima situação financeira do estado, que ameaçaria comprometer o crédito brasileiro no exterior, mas eles não recuaram. O presidente fez então publicar no *Jornal do Commercio* uma notícia do fato, justificando sua posição com os motivos mencionados, acrescidos das acusações documentadas de “graves erros” que

---

187 O *Cachoeirano*, 20 jun. 1913.

188 PEREIRA, Amâncio. *Homens e cousas espírito-santenses*. Vitória: Artes Gráficas, 1914, p. 150.

pesavam sobre o governo Jerônimo, e anunciando que “lhe cumpriria prestigiar” a oposição.<sup>189</sup>

Os opositoristas, tendo à frente, no Senado, João Luís Alves, político de prestígio nacional, mineiro como o presidente, e na Câmara Torquato Moreira, lançaram a candidatura de Pinheiro Júnior à presidência do estado, tendo como 1º vice Alexandre Calmon, chefe político de Colatina, conhecido como coronel Xandoca. José Gomes Pinheiro Júnior, médico, pertencia a importante família do Itapemirim, fora deputado estadual por três mandatos e federal por dois, sempre pelo Partido Republicano Construtor, do qual se afastou por divergir da candidatura de Jerônimo e se tornou a principal liderança da oposição no sul, tendo sido candidato a vice na chapa de Getúlio dos Santos.

A campanha e as eleições se desenrolaram sob grande tensão e violência. Ao final, ambas as facções declararam eleitos e empossaram seus candidatos. Quem tinha o poder de fato era Bernardino, a quem Marcondes transmitira o cargo. A oposição fixou seu governo em Colatina, de onde Alexandre Calmon dirigia a revolta, que atingia outros municípios, e recorreu ao governo federal, contestando a eleição e a posse de Bernardino e pedindo a intervenção federal no Espírito Santo. Wenceslau, que dera apoio aos opositoristas até as eleições, não foi adiante e enviou a mensagem da oposição ao Congresso. Lá, depois de longas discussões, a eleição de Bernardino foi confirmada, concedendo-se anistia aos revoltosos. A essa altura, os refugiados capixabas nos estados vizinhos se contavam às centenas.

O reconhecimento de Bernardino deveu-se sobretudo à atuação de Francisco Salles, poderoso oligarca mineiro. O presidente Wenceslau recuou, e as questões da política mineira se impuseram sobre o destino da política capixaba.<sup>190</sup>

---

189 *Jornal do Commercio*, 18 jan. 1916.

190 BRASIL. Congresso. *Intervenção nos estados (Espírito Santo – 1916)*. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal do Commercio*, 1917. (Documentos parlamentares, v. 10).

A derrota destruiu a oposição, e o poder dos Monteiro se consolidou. Mas, na eleição de 1920 foram eles que dividiram a oligarquia. O dissenso teve início na escolha do candidato; Bernardino queria lançar Henrique de Novaes, seu sobrinho,<sup>191</sup> engenheiro, que participava de seu governo, comandando o programa de construção de estradas e como prefeito de Vitória, enquanto Jerônimo optou por Ceciliano Abel de Almeida, também engenheiro, Diretor de Obras e Serviços Públicos, prefeito de Vitória em seu governo, além de representante do Espírito Santo numa comissão que fez o levantamento topográfico da área em litígio com Minas Gerais.<sup>192</sup> A questão foi aparentemente solucionada com a desistência de ambos os indicados e a escolha do senador Nestor Gomes, que fora secretário de Finanças e de Agricultura do governo Bernardino, ratificada pela Convenção do PRES, a 21 de dezembro de 1919.<sup>193</sup> Mas, já em janeiro, um numeroso grupo de deputados estaduais enviou a Jerônimo um ofício manifestando preocupação com o partido, ameaçado de divisão e desorganização, e apelando a ele, presidente da agremiação.<sup>194</sup> Apesar da tensão, a eleição se realizou com relativa tranquilidade.

Porém, segundo os partidários de Jerônimo, o governo passou a perseguir os opositores à candidatura de Henrique de Novaes, derrubando governos municipais, demitindo funcionários nomeados por Jerônimo e ordenando invasões policiais a fazendas, em ações violentas, com espancamento de trabalhadores, o que teria reacendido a contenda. Até a fazenda Monte Líbano, da família Monteiro, então controlada por Jerônimo, foi invadida.<sup>195</sup>

---

191 Era filho de sua irmã Maria Bárbara (Maricota) e do falecido médico Manuel Leite de Novaes Melo, deputado provincial e federal, e irmão de Maria Stella de Novaes.

192 Há também referências ao nome de Abner Mourão, sugerido por Jerônimo; penso que isso teria ocorrido nas negociações para resolver o impasse.

193 *O CASO do Espírito Santo: como nasceu, resistiu e venceu a candidatura Nestor Gomes*. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal do Commercio*, 1920.

194 *O Cachoeirano*, 25 jan. 1920.

195 *Idem*, 9 maio 1920.

Quaisquer que tenham sido os motivos, o fato é que, entre a eleição, a 25 de março, e a posse, que deveria se realizar a 23 de maio, a facção de Jerônimo decidiu não reconhecer e empossar o candidato eleito, passando a acusá-lo de ter recebido do governo diversas concessões ilegais, que só então teriam sido descobertas; havendo “uma espécie de engano de pessoa quanto às qualidades de seu caráter”.<sup>196</sup> Nestor Gomes, por seu lado, procurou o apoio de tradicionais adversários dos Monteiro, desde sempre, como Pinheiro Júnior, e a partir de 1916, como Deoclécio Borges.

Quando se instalou o Congresso Legislativo, com a finalidade de reconhecer a eleição de Nestor e de seu vice, deputado João de Deus Rodrigues Netto, rebentou o conflito. Os partidários de Jerônimo eram maioria, 13; os de Bernardino e Nestor, 11. A facção majoritária poderia recusar o reconhecimento, mas, nesse caso, ficando vago o governo, pois o mandato de Bernardino se encerrava no dia 22 de maio, assumiria o presidente do Congresso Legislativo, Geraldo Viana, partidário de Bernardino. Por isso, os jeronimistas precisavam eleger um presidente de seu grupo, enquanto os adversários lutavam para conseguir o reconhecimento de seus candidatos, para o qual a legislação exigia a aprovação de 17 deputados até a vacância do cargo (22 de maio) e 13 (maioria simples) depois dessa data. Os jeronimistas, precavidos, pediram e obtiveram *habeas corpus* preventivo da Justiça Federal, em recurso ao Supremo Tribunal. Iniciou-se, então, uma disputa, invocando ambos os lados o regimento e leis, que terminou com a divisão do Congresso. Os jeronimistas elegeram Francisco Etienne Dessaune presidente do Congresso e marcaram uma sessão para tomar conhecimento da eleição do governador, no dia seguinte, 23 de maio. Bernardino mandou fechar o prédio do Congresso, mas os adversários obtiveram a inter-

---

196 O CASO do Espírito Santo: pela verdade, pela justiça e pela moralidade do regime. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal do Commercio*, 1920.

venção do juiz federal, executor do *habeas corpus*, que determinou sua abertura. Realizaram a sessão, não reconheceram a eleição de Nestor Gomes e, ficando vago o governo, empossaram Dessaune governador do estado, elaborando e assinando a ata no livro a isso destinado. Os deputados partidários de Bernardino, reduzidos a dez, pois um deles era o vice, reuniram-se no palácio do governo, reconheceram e empossaram Nestor e João de Deus, produzindo uma ata na qual acrescentaram os nomes de quatro deputados da facção oposta, que protestaram judicialmente. Enviaram também notícia à imprensa do Rio sobre uma fictícia posse pública, com a presença, entre outros, de autoridades federais, populares, guarda de honra da polícia etc.<sup>197</sup> Na verdade, a posse se deu num palácio guardado por um pequeno número de policiais e por forças coronelísticas, ou seja, capangas, no qual Nestor e seus partidários se entrincheiraram, reforçando portas e janelas com sacos de mantimentos.

O plano dos adversários era prender Nestor, segundo Carlos Lindenberg, participante dos acontecimentos como partidário de Jerônimo.<sup>198</sup> Para isso, contavam com a força policial, que havia se revoltado contra o comando, prendendo alguns oficiais e apoiando Jerônimo, permanecendo apenas no palácio os 20 soldados da guarda e alguns oficiais que escaparam da prisão.<sup>199</sup> À noite teve início o tiroteio. A população, alarmada, começou a fugir, o comércio e os bancos não abriram. No dia 27, o presidente da República, Epiácio Pessoa, decretou a intervenção federal no Espírito Santo, “diante da luta armada” e “a fim de manter a ordem pública, até que o Congresso Nacional [...] restabeleça ali a forma republicana federativa...”. As forças armadas federais assumiram o controle de

---

197 Ibid.; *Jornal do Commercio*, 25 e 29 maio 1920.

198 GURGEL, 2000, p. 45.

199 NEVES, Getúlio Marcos Pereira (org.). *Textos de História Militar do Espírito Santo*. Vitória: IHGES; Grafitusa, 2008.

Vitória e impuseram o fim das hostilidades.<sup>200</sup> A cidade retomou suas atividades, mas as repartições públicas permaneceram fechadas por quinze dias.

A violência em Vitória fora contida, mas a crise política não estava resolvida. Jerônimo fora ao Rio, no auge do conflito, e procurara Epiácio Pessoa a fim de defender sua causa, e deu uma entrevista ao *Jornal do Commercio*, apresentando sua versão dos fatos.<sup>201</sup>

A partir daí, a decisão do caso estava com o Congresso Nacional. A 6 de junho foi apresentado na Câmara o relatório com o parecer da Comissão de Poderes, favorável a Nestor, e, ao contrário do que acontecera em 1916, quando houve longas e inflamadas discussões, a questão provocou muito pouco debate, embora houvesse algumas longas intervenções. Isto porque a bancada do Espírito Santo, apesar de dividida ao meio, pouco atuou. Os partidários de Jerônimo, Antônio Aguirre e Ubaldo Ramallete, provocaram a feroz ironia do deputado Maurício de Lacerda, que criticava a insuficiência da discussão de uma questão grave, e alfinetava: “Pois então chega-se a essa execução sumária de um chefe que venceu o Presidente da República, Wenceslau Brás, bateu as hostes federais [...] e, de repente, tudo se transformou e o solo lhe faltou debaixo dos pés...” e continua, referindo-se aos parlamentares: “e esse político não tem a voz dos deputados, dos mesmos que ele elegeu em virtude da crise constitucional que venceu?”<sup>202</sup> Os partidários de Bernardino – Manuel Monjardim e Heitor de Souza – estavam numa posição cômoda, pois o parecer era favorável a Nestor, e só Heitor de Souza interveio mais efetivamente, alegando o saneamento das finanças

---

200 *Jornal do Commercio*, 26-29 maio 1920; BRASIL. Congresso. *Intervenção nos estados (Espírito Santo - 1920)*. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal do Commercio*, 1923. (Documentos Parlamentares, v. 15), p. 5-6.

201 *Jornal do Commercio*, 29 maio 1920.

202 BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais: 1920*. Sessões de 1 a 30 de junho de 1920. Sessão de 15 de junho de 1920. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.

estaduais promovido por Bernardino, e apresentando uma longa argumentação jurídica, sua especialidade, a favor do reconhecimento.

O parecer da Comissão, elaborado com habilidade por Afrânio de Melo Franco, contornava as questões espinhosas, a saber, a intervenção decretada pelo presidente, acusada de ilegalidade por estar o Congresso funcionando, e o fato de que a competência para reconhecer a eleição de um candidato ao governo estadual cabia ao Legislativo do estado e não ao federal, não se manifestando sobre elas, simplesmente aprovando o reconhecimento de Nestor Gomes pelo Congresso estadual, tomando como válida a ata enviada. Apesar de muitos votos contrários, o reconhecimento de Nestor Gomes foi aprovado na Câmara, a 16 de junho, e no Senado, a 11 de julho de 1920.<sup>203</sup> Jerônimo foi derrotado, mas, combativo e arrojado como era, aproveitou a primeira oportunidade para continuar a luta.

As eleições à presidência da República não tinham grande repercussão no Espírito Santo, onde os governos estaduais apoiavam sempre os candidatos oficiais e a oposição, ou fazia o mesmo, como na eleição de Hermes da Fonseca, quando a campanha civilista de Rui Barbosa não teve eco no estado, ou, quando apoiou candidatos de oposição no plano federal, como nos tempos do PRF de Torquato Moreira, empenhava-se pouco nessa eleição, que sabia perdida, dedicando suas forças para impulsionar os candidatos do estado ao Congresso Nacional. Em 1921, porém, a eleição presidencial repercutiu mais diretamente na política capixaba.

Pela primeira vez, os estados de segunda grandeza – Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco – aliados ao Rio Grande do Sul, se uniram para enfrentar a candidatura oficial, de Artur Bernardes, lançada pelas oligarquias hegemônicas, paulista e mineira. Num movimento intitulado Reação Republicana, apresentando como candidato Nilo

---

203 BRASIL. Congresso. *Intervenção nos estados (Espírito Santo – 1920)*. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal do Commercio*, 1923. (Documentos Parlamentares, v. 15).

Peçanha, republicano histórico, e questionando o sistema baseado na “política dos governadores”, que tolhia a oposição e a disputa política, planejaram uma campanha eleitoral com características novas, que refletiam as mudanças pelas quais passava a sociedade brasileira. Consistia na formação de comitês de propaganda em estados e municípios onde conquistassem aliados, e excursões do candidato aos estados, nas quais falava diretamente ao eleitorado urbano, explorando o descontentamento crescente da população com a situação vigente e procurando mobilizá-la. Naturalmente, a campanha tinha maior efeito nas cidades onde havia uma numerosa massa popular, e obteve grande sucesso na capital federal, onde se realizaram grandes manifestações e Nilo atraiu significativas parcelas das camadas urbanas. A Reação Republicana também procurou atingir as forças armadas, explorando o descontentamento existente em suas fileiras e os atritos entre os militares e o governo Epitácio Pessoa.

Os comitês de propaganda eram criados ao final de um processo de aproximação e negociação política empreendido pela Reação Republicana junto às facções dissidentes das oligarquias que governavam os estados comprometidos com a candidatura de Artur Bernardes, tanto em nível estadual quanto municipal. Feita a aliança, o movimento fornecia recursos para a instalação do comitê.<sup>204</sup>

No Espírito Santo a situação política era favorável, pois o conflito do ano anterior produzira uma numerosa dissidência, sob a liderança daquele que fora, até a crise, o principal chefe político do estado, Jerônimo Monteiro. E mais, Nilo Peçanha tinha ligações com o Espírito Santo. Natural de Campos, ele estudara em Vitória, no Ateneu Provincial, colégio que formava a elite local no final do Império, alguns anos depois voltara à província, a fim de participar da propaganda republicana no sul,<sup>205</sup> e bem mais tarde, no curto

---

204 FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993, p. 9-23.

205 NOVAES, [1969?], p. 313.

período em que exerceu a presidência da República, tomou várias medidas em favor do Espírito Santo: iniciou obras no porto, instalou a Escola de Aprendizes Marinheiros e a de Aprendizes Artífices, as repartições de Inspetoria Agrícola e do Serviço de Proteção aos Índios. Tudo isso no governo de Jerônimo Monteiro, quando também visitou o estado.

Sob a liderança de Jerônimo, a Reação Republicana penetrou no estado e obteve o apoio de deputados estaduais e outros políticos importantes, em nível estadual e municipal, e de lideranças da sociedade civil. Foi instalado um comitê na capital, presidido pelo deputado Américo Coelho, tendo como vice o também deputado Etienne Dessaune, outro em Cachoeiro,<sup>206</sup> e fundado um jornal, *O Estado*, que se definia como órgão da Reação Republicana no Espírito Santo.

Nilo veio a Vitória e foi recebido com grande manifestação: trazido do navio pela lancha do Exército, que também forneceu a banda que animou a recepção, encontrou no cais o próprio Jerônimo, acompanhado de partidários e populares, foi saudado com um discurso na escadaria do Palácio do Governo e conduzido à residência de um empresário, na qual ficou hospedado.<sup>207</sup> Lá recebeu numerosos visitantes, entre os quais um grupo de comerciantes, cujo orador fez um discurso de apoio, políticos, empresários, personagens da elite capixaba, representantes de associações da classe trabalhadora, do Comitê pró-Nilo de Cachoeiro de Itapemirim etc.

O candidato falou ao público em ato no Teatro Melpômene, no Centro Operário, na União dos Estivadores, e no 3º Batalhão de Caçadores, onde foi agradecer o comparecimento dos oficiais a seu desembarque e discursou de improviso.<sup>208</sup>

---

206 *O Estado*, 13 fev. 1922 e 5 nov. 1921.

207 Tratava-se da casa de Antenor Guimarães, a Vila Oscarina, no Parque Moscoso, até hoje existente, embora tenha perdido suas belas grades de ferro fundido.

208 *O Estado*, 4 e 5 nov. 1921.

Nilo foi à residência do governador Nestor Gomes, segundo o jornal de sua campanha, retribuir visita que este lhe fizera, porém, na longa relação nominal de visitantes ao candidato não há menção a um representante do governador.<sup>209</sup> Na entrevista, Nestor se comprometeu a realizar eleições livres, “não constranger quem quer que seja por motivo de voto ou crença política”, nem “tirar o pão de nenhum funcionário” por esse motivo. O jornal dá ênfase a essa declaração, elogiando o “espírito liberal” do governador, a gestão “de tolerância e concórdia” e a “irrepreensível conduta política” até então mantida por ele.<sup>210</sup>

Lançado na véspera da visita de Nilo a Vitória, o jornal da Reação Republicana divulgava o movimento, mantendo informados seus leitores sobre a campanha, destacando as adesões, publicando manifestos, declarações e entrevistas favoráveis, polemizando com os opositores, e relatando as grandes manifestações públicas, “apoteóticas”, a Nilo. Um editorial destacou a atuação do candidato a favor do Espírito Santo quando esteve na presidência da República: “O Espírito Santo deve-lhe a única ocasião em que os poderes federais ocuparam-se de sua sorte”, “Nesses 11 meses, o governo federal fez mais pelo Espírito Santo do que os outros em 30 anos”.<sup>211</sup> Embora as realizações de Nilo tenham sido modestas, as palavras do editor não deixavam de ser verdadeiras. O jornal também explorou a questão de limites com Minas Gerais,<sup>212</sup> que revoltava os capixabas, pois o vizinho poderoso era favorecido em detrimento do Espírito Santo, lembrando que o candidato da situação era mineiro, acabara de deixar o governo de seu estado.

Um dos pontos centrais da Reação Republicana, a luta contra a preponderância do eixo São Paulo – Minas na política nacio-

---

209 *O Estado*, 7 nov. 1921.

210 *Idem*, 6 e 8 nov. 1921.

211 *Idem*, 3 nov. 1921.

212 *Idem*, 16 nov. 1921.

nal, de forte apelo entre os capixabas, era um dos temas do jornal, que transcrevia trechos de discursos de Nilo “contra a hegemonia das oligarquias poderosas, os irmãos pobres da família brasileira” se levantavam, ou “às poderosas oligarquias da federação já não basta o privilégio odioso da eleição do Presidente da República, elas influem até na constituição das bancadas dos estados mais fracos, ora fazendo incluir representantes seus, ora escolhendo entre os eleitos contestantes os delegados de sua política de avassalamento e absorção”.<sup>213</sup> No Espírito Santo que tivera um senador mineiro com dois mandatos, e estava com o segundo deputado federal mineiro,<sup>214</sup> nada mais adequado...

Teve grande destaque no jornal um artigo de Horácio Costa, repetido em muitos números. O autor evoca sua condição de republicano histórico (que ele partilha com o candidato), inspirado nos princípios republicanos que sempre o nortearam, e defende a candidatura de Nilo, baseando sua argumentação na atuação do candidato nos cargos que ocupou no governo federal e em suas qualidades pessoais, experiência, firmeza, “conhecimento dos homens e das coisas...”.<sup>215</sup>

A campanha eleitoral decorreu em clima de grande agitação político-militar, sobretudo após a publicação na imprensa de cartas falsas atribuídas a Artur Bernardes, ofensivas aos militares. Em vários pontos do país oficiais foram punidos, transferidos ou presos por manifestações públicas de apoio a Nilo, de repúdio a Artur Bernardes, ou atos de indisciplina, entre eles os oficiais do 3º BC de Vitória, por um manifesto que publicaram defendendo colegas presos no Piauí. Sua pena foi branda: 8 dias de reclusão no quartel, e perda do posto pelo comandante, o tenente-coronel Heliodoro Sodré, transferido para a presidência da Justiça Militar em Vitória. Tanto

---

213 *O Estado*, 6 nov. 1921.

214 João Luís Alves, Jacques Ouriques (1913-1915) e Heitor de Souza (1918-1923), respectivamente.

215 *O Estado*, 14 nov. 1921.

Nilo quanto Jerônimo telegrafaram em apoio aos oficiais.<sup>216</sup> Ao final, as eleições deram a vitória ao candidato do governo, mas a Reação Republicana não reconheceu o resultado, exigindo a formação de um Tribunal de Honra para arbitrar a eleição, radicalizando a luta política e ameaçando com intervenção militar.

A pressão não surtiu efeito; as forças situacionistas se mantiveram inabaláveis, e a Reação Republicana refluuiu. Mas não os militares, especialmente os oficiais de baixa patente, que ficarão conhecidos como os tenentes, e promoverão revoltas ao longo da década. No início de julho ocorreu a prisão de Hermes da Fonseca, presidente do Clube Militar, e o fechamento deste devido à manifestação de crítica acerba à atuação do Exército na conflagrada sucessão ao governo de Pernambuco.<sup>217</sup> No dia 5 de julho começou uma revolta que se pretendia mais ampla mas ficou restrita a Mato Grosso, Niterói e, principalmente, o Rio de Janeiro. Ela foi rapidamente derrotada e terminou com o episódio conhecido como “Os Dezoito do Forte de Copacabana”. Os tenentes haviam entrado em cena, e dela só saíram depois da Revolução de 30.

A Reação Republicana representou para Jerônimo uma tentativa de recuperar o poder perdido. Alijado do PRES, ele conservou o mandato de senador e sua popularidade no estado, mas seus aliados políticos ou tiveram de se submeter à nova direção do partido ou foram condenados ao ostracismo. Quando terminou seu mandato, o PRES não lhe deu a vaga para a reeleição. Ele teve que disputá-la com Joaquim Teixeira de Mesquita, escalado para guardar

---

216 *O Estado*, 7, 10 e 28 jan. 1921.

217 É interessante mencionar que o caso de Pernambuco terminou com acordo, no qual as facções em luta anularam a eleição e promoveram outra com candidato único, o juiz Sérgio Lins de Barros Loreto, que teve atuação importante no Espírito Santo no início da República; foi juiz federal, chefe de Polícia, envolvido na política capixaba. Era irmão de Galdino Loreto, várias vezes mencionado neste texto. CARONE, Edgard. *A República Velha: evolução política*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1971, p. 363.

o lugar para Florentino Avidos, então no governo, em 1927; e com Avidos, quando deixou o governo, e Teixeira de Mesquita se elegeu vice do governador Aristeu Aguiar, em 1928. Jerônimo foi derrotado nas duas eleições. Na segunda, a mensagem de apoio à sua candidatura era assinada apenas pelos ex-deputados Américo Coelho, que fora presidente do Comitê da Reação Republicana, César Vieira Machado e Clodoaldo Linhares, por um político de Cachoeiro, Luís Tinoco, e pelo empresário Antenor Guimarães, que hospedara Nilo Peçanha em sua residência, embora o texto dissesse que Jerônimo só aceitara a candidatura devido a insistentes e numerosos pedidos.<sup>218</sup> Sua popularidade pouco valia frente à máquina partidária nas eleições da Primeira República. Destruído o sistema político com a Revolução de 1930, ele será eleito deputado à Constituinte Nacional, em oposição ao governo do Estado, mas falecerá antes de instalada a Assembleia.

Bernardino tornou-se o chefe do PRES, sua principal liderança até o fim da vida, em 1930, mas teve que partilhar a Comissão Executiva com o antigo adversário, Pinheiro Júnior, e não voltou ao governo, como era seu desejo, a acreditar no testemunho de seu sobrinho e aliado político, Henrique de Novaes.<sup>219</sup>

Daí em diante a oligarquia permaneceu dividida entre os dois irmãos, mas as disputas não mais assumiram o caráter de confronto violento. As sucessões estaduais se deram com candidatos que não foram indicados por nenhum dos dois, mas sim pelos governadores, embora não pudessem deixar de contar com o apoio de Bernardino, chefe do partido. Florentino Avidos, apesar de cunhado dos irmãos Monteiro, não era próximo de Bernardino, muito menos de Jerônimo, segundo Henrique de Novaes. Tanto ele quanto Aristeu Aguiar haviam participado como secretários dos governos que

---

218 A *Gazeta*, 1928.

219 NOVAES, H. *Memórias*, p. 87 e 200.

os antecederam, mas não haviam se envolvido diretamente com a política partidária, o que deve ter facilitado sua aceitação. A oposição só reapareceu, forte, com a Aliança Liberal nas eleições federais que desaguaram na Revolução de 1930.

A trajetória dos partidos políticos nessas primeiras décadas da República mostra um distanciamento progressivo e rápido em relação aos princípios republicanos liberais que animaram a propaganda do regime republicano e despertaram esperanças entre a população urbana quando este foi implantado, mas não se adequavam à estrutura econômico-social do país. No PRC isto é bem evidente; no início se estabelece uma legislação eleitoral que abre espaço para a oposição e se procura combater as fraudes, ainda que a prática nem sempre correspondesse ao discurso, mas este funcionava como um freio, reduzindo os abusos. Aos poucos o discurso vai se esvaziando e as práticas condenadas vão sendo restabelecidas. E as eleições acabarão nas listas de eleitores forjadas do PRES, lembradas por Carlos Lindenberg.<sup>220</sup>

Os programas dos partidos são muito semelhantes; defendem os princípios liberais que na política não são aplicados, comprometem-se com a manutenção da Constituição de 1891 e com o federalismo. Mas, em que se tornou o federalismo da Primeira República, se a maioria dos estados estava subordinada às oligarquias hegemônicas, paulista e mineira? A autonomia dos estados, no campo político, pouco mais representava do que a licença para que as oligarquias estaduais exercessem sem freios a dominação sobre a população.

Nesse quadro, os partidos políticos são agremiações com fins eleitorais que permitem a organização dos grupos oligárquicos que disputam o poder. Quando há facções com força política suficiente

---

220 Depoimento de Carlos Lindenberg citado por ZORZAL E SILVA, Marta. *Espírito Santo: estado, interesses e poder*. Vitória: FCAA/SPDC, 1995, p. 83-4.

para disputá-lo forma-se mais de um partido, quando o predomínio de um grupo se torna incontestável, as diversas facções têm de se acomodar no partido que ele comanda ou permanecer no ostracismo. Essa é a situação no Espírito Santo e na maioria dos estados.

As eleições, além de dar legitimidade ao exercício do poder, servem para medir as forças dos chefes políticos, no município, no estado e no plano federal. Aquele que tem mais votos se credencia para obter benefícios, de todas as ordens, não importando se esses votos forem fraudados ou não, desde que sejam reconhecidos como válidos. Afinal, é preciso poder para cometer abusos nas eleições, e é esse poder que conta.

## Anos 1920



Pinheiro Júnior



Geraldo Viana



Marcílio de Lacerda

Fonte das imagens: OPG, p. XV.



Manoel Monjardim



Heitor de Souza



Nestor Gomes, Presidente do Estado do Espírito Santo (1920 a 1924).

Fonte: OPG, p. XIII.



Florentino Avidos, Presidente do Estado do Espírito Santo (1924 a 1928).

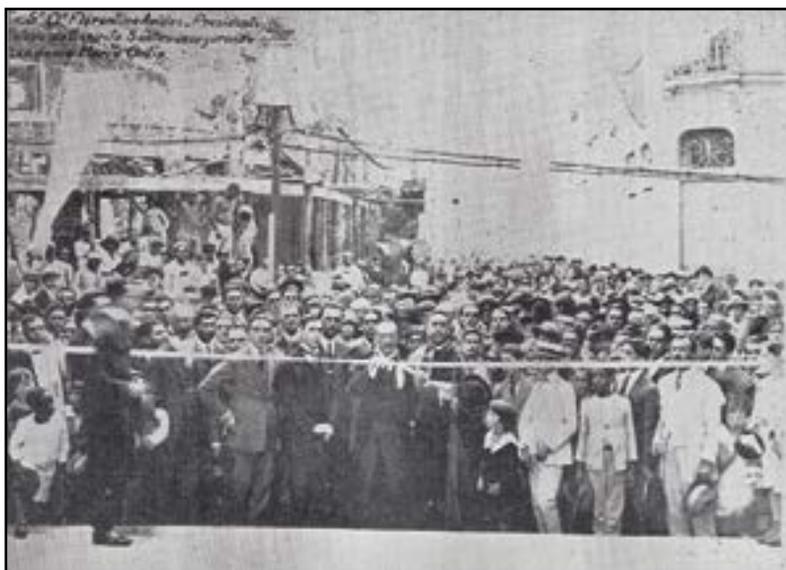
Fonte: OPG, p. 128. Foto: Alberto Lucarelli.



O Presidente Nestor Gomes na abertura dos trabalhos do Congresso Legislativo em 3 de maio de 1923. Sentados: Cel. Arminio Guaraná, Alarico de Freitas (Presidente do Congresso), Nestor Gomes, Cel. João de Deus R. Netto (Vice-presidente do Estado), Mirabeaux Pimentel (Secretário de Instrução Pública) e Cassiano Cardoso Castello (Secretário do Interior). Fonte: OPG, p. 21.



O presidente Florentino Avidos por ocasião da inauguração do vapor Juparanã, da navegação do Rio Doce. Colatina, ES. Fonte: APEES — *Mensagem Final*, Florentino Avidos, 1928, p. 204.



Inauguração da ladeira Maria Ortiz, em Vitória.  
APEES — *Mensagem Final*, Florentino Avidos, 1928, p. 284.



O Presidente do Estado, Aristeu Borges de Aguiar acompanhado pelo Almirante Pinto da Luz e outras autoridades na escadaria do Palácio do Governo, 1929. APEES — Coleção Jerônimo Monteiro, 111.

## A oligarquia capixaba

Ao longo deste texto acompanhamos a atuação da oligarquia capixaba, seguimos suas facções e seus conflitos internos, observamos suas relações com as oligarquias hegemônicas e o governo federal. Neste capítulo vamos focalizá-la analisando sua ação política, procurando esclarecer sua composição, as bases econômico-sociais de seu poder, o papel das diversas regiões do estado na formação de suas facções, sempre atentos às transformações ocorridas ao longo do tempo.

Para nos auxiliar nesse trabalho, organizamos um quadro identificando os membros da oligarquia – governadores, senadores, deputados federais e estaduais – entre 1890 e 1930, reunindo o máximo de informações pertinentes possível sobre cada um deles, tais como local de nascimento e de atuação política, cargos ocupados, relações familiares etc.

Empregamos o termo oligarquia designando o grupo restrito de pessoas, com fortes vínculos entre si, que exercia de forma autoritária o poder em nível estadual. Esse termo era usado largamente na Primeira República, sempre com conotação negativa, por aqueles que queriam criticar o sistema político vigente ou a situação existente em algum estado em particular; nenhum grupo governante assumia ser uma oligarquia. No entanto, todos os estados eram governados por oligarquias; a Primeira República era, como qualificada agora tantas vezes, a “república das oligarquias”. Com efeito, o regime republicano não democratizou a política brasileira, da qual permaneceu excluída a maior parte da população, seja pela negação do voto às mulheres e aos analfabetos, que constituíam a maior parte da população, seja pela dependência econômica e social dos eleitores, ou ainda pelas práticas eleitorais fraudulentas. Por outro lado, o federalismo, ao transferir para os estados parte do poder anteriormente centralizado na monarquia, promoveu o fortalecimento dos grupos de poder estaduais. A “política dos governadores”, estabele-

cida após a primeira década conturbada da República, consolidou o poder das oligarquias nos estados e a hegemonia das mais poderosas delas – a paulista e a mineira – em nível federal.

Embora todos os estados fossem governados por oligarquias, elas se organizavam de forma diferenciada. A distinção mais visível, sempre mencionada, aparece nos estados mais desenvolvidos, São Paulo e Minas Gerais, nos quais a oligarquia assumiu a forma colegiada; ou seja, os diversos grupos oligárquicos regionais estão reunidos em partidos únicos que têm na sua direção os mais poderosos líderes dos grupos e conseguem administrar as tensões e disputas entre eles, mantendo uma relativa unidade, rompida às vezes por dissidências que podiam chegar no limite ao conflito armado, mas logo se recompunham, pois fora do partido o ostracismo era inevitável. Porém em grande parte dos estados as oligarquias são do tipo familiar, ou seja, um chefe político domina, com o apoio de sua parentela. Nos casos extremos, a família controla totalmente o poder e o põe a serviço de seus interesses privados. Um exemplo é a oligarquia dos Accioli no Ceará. Em outros casos, a família estabelece alianças com outros chefes e suas parentelas, preservando a liderança de seu chefe, mas formando uma coalizão que controla o poder do estado enfrentando ou não oposição organizada. É o caso da oligarquia dos Neiva-Pessoa na Paraíba.<sup>221</sup> Havia também as oligarquias personalistas, nas quais o líder político se impunha, exercendo o poder sobre os diversos grupos políticos do estado. Um caso clássico é o de Rosa e Silva, em Pernambuco.<sup>222</sup>

Em todos os casos, porém, as relações de parentesco tinham um papel fundamental na política oligárquica, inclusive nas oligarquias colegiadas. Pertencer a uma parentela numerosa, solidária e

---

221 LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

222 CARONE, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1978.

rica era um trunfo para qualquer político e podia lhe garantir uma carreira de sucesso. Um trecho de Pedro Nava, em suas memórias, ilustra, com ironia, essa questão. A propósito de um episódio de sua infância no qual ele testemunhou a frustração do pai e de um aliado político dele, que contavam com a eleição para prefeito e governador respectivamente, e tiveram suas expectativas cortadas pela morte de Afonso Pena, ele descreve algumas redes de parentela que se distribuíam pelo território mineiro e acrescenta:

Além de solidária, essa gente era possuidora. Das fazendas, das companhias, das empresas, das indústrias, das fábricas, do prestígio nas profissões liberais, das santas casas, das confrarias, das obras pias, das gotas de leite, das sopas dos pobres, das irmandades e dos apostolados. Uma piedade exemplar fazia chover sobre todas as bênçãos da Igreja, e os juro das apólices.

E concluía: “Desses degraus, não precisava esforço para dominar politicamente. É o que aconteceu com essa elite durante uns cem anos da história de Minas...”<sup>223</sup>

Sobre a oligarquia capixaba encontramos apenas referências ligeiras e equivocadas. Sílvio Romero, crítico feroz das práticas oligárquicas de seu tempo, em obra de 1910,<sup>224</sup> classifica as oligarquias em quatro tipos. O primeiro, o mais primitivo, é o familiar, no qual uma família açambarca todos os postos de governança, da administração e os mais rendosos negócios. O segundo, que corresponde mais propriamente à palavra oligarquia, no qual o familismo é importante, mas uma família não pode sozinha controlar o poder. Pode-se dar-lhe “o nome de grupismo semi-familista e amigueiro”.

---

223 NAVA, Pedro. *Baú de Ossos*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 320-1.

224 ROMERO, Sílvio. *Provocações e Debates*. Porto: Livraria Chardron, 1910, p. 412 e segs.

Entre vários estados, o autor inclui São Paulo e Minas. O quarto tipo seria o do Rio Grande do Sul, dominado pelo “Catecismo Positivista”. O Espírito Santo é classificado no terceiro grupo, junto ao Rio de Janeiro e Goiás; seria a “reprodução atávica” de um tipo de governo existente na África e predominante aqui em estados com alta mestiçagem. Seria caracterizado pela “subserviência matreira como meio de sucessão no poder e a subsequente traição como meio de substituir um grupo oligárquico por outro”. Como se vê, além do racismo, há apenas referências às sucessões no governo, provavelmente tendo em vista, no caso do Espírito Santo, as duas mais recentes sucessões presidenciais ocorridas no estado até então, mas nada é dito sobre a natureza dessas oligarquias, embora se deva registrar a ausência de referência ao familismo.

Edgar Carone, esboçando uma geografia das oligarquias, divide-as em dois grupos: o primeiro, dos estados mais desenvolvidos, com sociedades mais complexas, nos quais um partido político organiza os diversos grupos políticos e amortece os conflitos entre eles; o segundo engloba todos os demais estados, nos quais também existem partidos, mas eles representam apenas a “vontade particular de um grupo ou família”, os quais exercem um controle quase absoluto: são oligarquias familiares ou personalistas “prepotentes tentaculares açambarcando postos e posições, ligadas a empregos e negociatas”. Na lista dessas oligarquias aparece o Espírito Santo, com Jerônimo Monteiro. Mais adiante, o autor atribui à oligarquia capixaba um caráter personalista.<sup>225</sup>

Cada um desses autores focaliza a oligarquia capixaba em um momento particular; Sílvio Romero nas primeiras décadas da República, e Carone no período de poder de Jerônimo Monteiro. Todavia, a oligarquia capixaba se transformou ao longo do tempo, como veremos mais adiante.

---

225 CARONE, 1978, p. 277 e 282.

Começaremos pela análise das bases econômico-sociais do poder oligárquico no estado. Como é sabido, o Espírito Santo na Primeira República tinha sua economia dominada pelo café. Esse produto representava, na maior parte do período, mais de 90% do valor total da exportação e mais de 70% da receita do estado. O capital cafeeiro capixaba, porém, ficou restrito à produção e à comercialização do café. As ferrovias necessárias ao transporte do produto foram construídas pelo estado ou por capital privado de fora, o mesmo ocorrendo em relação aos bancos. Tampouco se constituiu uma indústria expressiva, e a tentativa de criar um parque industrial foi empreendida pelo estado, com resultados decepcionantes. Também não havia uma produção significativa destinada ao mercado interno do país.

Assim sendo, podemos afirmar que a classe dominante capixaba era constituída pelos detentores do capital cafeeiro, produtivo e comercial, ou seja, fazendeiros e comerciantes de café. Era essa classe que a oligarquia representava e, governando o estado, assumia uma postura de participação ativa na economia. Além, é claro, de garantir a dominação dessa classe sobre as demais, pondo a seu serviço o aparelho de estado e não recuando em utilizar a repressão e a violência.

O café era produzido, com melhor ou pior resultado, em quase todo o território ocupado, de modo que os interesses da economia cafeeira eram compartilhados por todas as regiões. Porém, as estruturas produtivas existentes eram diversas. No sul, mais precisamente nos vales dos rios Itapemirim e Itabapoana, predominavam as grandes propriedades, muitas delas prósperas fazendas de café, com numerosa mão de obra de parceiros (meeiros), outras eram apenas latifúndios em mata no início da República, e foram, ao longo do período estudado, dando lugar a novas fazendas nas conjunturas favoráveis ao café. A maior concentração fundiária ocorria em São Pedro de Itabapoana, Muqui e Calçado.

Nessa região, as atividades mais rentáveis da economia cafeeira, a comercialização e o financiamento, eram realizadas por fir-

mas e bancos do Rio de Janeiro. O café era comprado por corretores dessas firmas e enviado para aquela cidade. Nos anos de 1910, uma firma capixaba de imigrantes italianos, a Vivacqua & Irmãos, cresceu comprando café no sul e enviando-o para o Rio. Essa situação só mudou nos anos de 1920, quando o café do sul passou a ser exportado em sua maior parte por Vitória. Assim, durante muito tempo, os produtores de café do sul estiveram subordinados ao sistema comercial e financeiro do Rio de Janeiro, que se apropriava de parte substancial da renda gerada.

No conjunto do estado, porém, predominavam as pequenas e médias propriedades rurais. Segundo o Recenseamento de 1920, as propriedades com até 100 *ha* ocupavam 52% da área total, e aquelas que podemos considerar como médias, para o padrão local, entre 101 e 200 *ha*, 15%. Já as muito extensas, acima de 1.000 *ha*, ocupavam apenas 10,7% da área total. Nas zonas de pequenas propriedades a comercialização seguia outro circuito: o café era comprado aos sitiantes por um pequeno comerciante local, o vendeiro, que se ligava a um negociante de porte médio do interior ao qual vendia o café e do qual comprava os produtos com que abastecia os sitiantes. Muitas vezes, esses comerciantes compravam diretamente o café dos sitiantes, tomando o lugar dos vendeiros. Em qualquer dos casos, eram eles que comercializavam o café com as casas exportadoras. Na região polarizada por Vitória era esse o circuito comercial predominante, em benefício do capital mercantil local, que chegou a constituir importantes casas exportadoras que, juntamente com a Vivacqua & Irmãos, concorrendo com as de fora, chegaram a exportar pelo porto de Vitória a maior parte do café do estado nos anos 20.

Essa diversidade na estrutura produtiva e na comercialização e financiamento da produção causava divergências e disputas inter-regionais a respeito das políticas públicas. Convém, portanto, examinar a representação das regiões na oligarquia, o que faremos mais adiante.

Essas diferenças também se refletiam na base do sistema político, o município, onde dominavam os coronéis e o poder econômico se manifestava claramente na política. Vejamos o que ocorria aí.

O sul era a região que mais se assemelhava ao padrão da estrutura agrária brasileira daquela época, considerada a principal base do coronelismo. Concentrando a terra e a riqueza, os proprietários rurais colocavam sob sua dependência boa parte da população local, sejam os que trabalhavam em suas propriedades, sejam os que, morando no centro urbano vizinho, lhes prestavam serviços ou abasteciam a fazenda: comerciantes de menor porte, artífices, trabalhadores especializados e, até mesmo, profissionais liberais, como médicos e advogados. Todos acabavam dependendo do poder econômico dos grandes fazendeiros, o que dava a estes enorme prestígio social e, no campo político, lhes rendia votos. O fazendeiro podia ser um coronel, no sentido político do termo, ocupando cargos no governo municipal ou apoiando uma pessoa de sua confiança, parente ou aliado político, cuja eleição patrocinava e que ficava sob sua influência ou até mesmo sua tutela, de acordo com o grau de dependência que o eleito tivesse em relação a ele. A condição de fazendeiro já dava ao indivíduo o controle de certo número de votos, de seus dependentes. Se estes fossem pouco numerosos, ele se colocaria num nível inferior da hierarquia dos coronéis, dando seu apoio a um coronel poderoso, do qual devia receber, como recompensa, favores diversos, provenientes do poder público que ele controlava ou sobre o qual influía.

Alguns coronéis ultrapassavam o âmbito da política municipal, ocupando cargos de nível estadual, no Legislativo ou no Executivo, porém, o mais comum era que apoiassem um político com base no município ou na região, para os cargos legislativos. Para o governo estadual, os chefes municipais participavam da convenção do partido governista que indicava os candidatos, mas essa convenção geralmente apenas homologava a escolha feita pela cúpula partidária e, sobretudo, pelo governador cujo mandato se encerrava.

Em São Pedro de Itabapoana e Calçado um pequeno grupo de famílias de grandes fazendeiros de café, algumas delas praticando também o comércio, controlava o poder municipal e participava diretamente da oligarquia. O coronel João Lino da Silveira e Souza, poderoso chefe político de São Pedro de Itabapoana, por 18 anos no governo local, exerceu três mandatos de deputado estadual e foi vice-governador do estado. Uma nova geração de sua família, dona de vastas propriedades rurais, teve outro membro deputado; este já era, além de fazendeiro, contador, Clarindo Lino da Silveira. Todos os oligarcas provenientes desse município, salvo talvez um cuja origem familiar desconheço, pertenciam àquelas famílias de coronéis. Alguns deles eram apenas fazendeiros, como o coronel Augusto Cesário de Figueiredo Cortes, vice-governador do estado, outros dedicavam-se também a alguma profissão liberal, como o senador e vice-governador José Cesário Monteiro de Barros, advogado, e José Coelho dos Santos, médico, deputado estadual e vice-governador, que legitimaram vastas propriedades no início da República. Em Calçado, o mais poderoso coronel, Antônio Honório da Fonseca e Castro, grande fazendeiro de café e chefe municipal, foi deputado estadual de 1907 a 1921. Outro coronel o substituiu no Legislativo e nele permaneceu até 1930; os demais deputados de Calçado pertenciam também às famílias de fazendeiros e comerciantes que monopolizavam o poder municipal, sendo um deles advogado. A única exceção foi um republicano histórico, Germano Chaves Tiradentes, que exerceu um mandato, de 1892 a 1894.

Em outros municípios com grandes propriedades rurais do sul, os coronéis fazendeiros exerciam forte poder no governo municipal, mas poucos participavam do governo estadual; seus oligarcas eram majoritariamente profissionais liberais pertencentes às famílias de seu grupo social. Assim foi em Alegre, Muqui e Castelo, os dois últimos distritos de Cachoeiro até 1912 e 1928 respectivamente.

Em Alegre, o poderoso coronel Francisco Herculano Nogueira da Gama continuou a carreira iniciada no Império, exercen-

do mandatos sucessivos no Legislativo estadual entre 1892 e 1900. Mais tarde, seu filho Sebastião Nogueira da Gama, herdeiro, pela mãe, de outro grande coronel, se tornou um poderoso chefe político do município por algumas décadas, e ocupou uma cadeira na Assembleia de 1916 a 1924. Outro chefe político de Alegre que chegou ao poder estadual, José Bello Amorim, filho e genro de fazendeiros, dedicou-se à advocacia e exerceu forte influência na política local e de outros municípios do sul, sem ocupar cargo de âmbito municipal. Foi delegado geral de Instrução Pública, Procurador Geral do Estado e deputado estadual, eleito em 1907, mas teve sua carreira interrompida pela morte precoce, em 1910. Outro oligarca de Alegre, Marcílio de Lacerda, era neto, pelo pai, de um dos mais poderosos fazendeiros de café da região, membro de família de barões do café do Vale do Paraíba, e, por parte da mãe, filho e neto de outros grandes fazendeiros e políticos do município. Ele próprio advogado, fez carreira afastado das atividades rurais e, por alguns anos, fora do estado. Quando retornou, foi eleito deputado estadual para a vaga deixada por Bello Amorim, adversário de Jerônimo Monteiro, então no governo. Exerceu mandatos sucessivos de 1910 a 1918, presidiu a Assembleia e, ao deixá-la, foi eleito senador. O único oligarca de Alegre não ligado à propriedade da terra foi Henrique Wanderley, filho de um juiz muito influente na vida local. Foi professor e depois advogado, participou por muitos anos do governo municipal, como vereador, presidente da Câmara e prefeito. Foi deputado estadual por três legislaturas, entre 1922 e 1930, presidente da Assembleia e deputado federal por dois meses, eleito para completar o mandato de um parlamentar que renunciara.

Ainda na região das fazendas do sul, Rio Pardo (Íúna) teve um único deputado estadual, o grande fazendeiro José Maria Gomes, e o município de Muniz Freire teve dois, os coronéis Francisco José da Rocha (1910-1921) e Manuel Vivacqua (1928-1930), este último da família de grandes proprietários rurais e comerciantes exportadores de café.

No norte do estado, São Mateus e Barra de São Mateus (Conceição da Barra), municípios com grandes fazendas de café, embora também com áreas de pequenas e médias propriedades, os oligarcas eram ligados à propriedade rural: dois fazendeiros, ambos filhos do Barão de Aimorés, Mateus e Wantuil Gomes da Cunha, um comerciante e fazendeiro, Bernardino de Oliveira, e, o mais poderoso, Constante Gomes Sodré. Este começou a vida profissional como engenheiro da Marinha, mas voltou a São Mateus e se tornou fazendeiro de café. Era também ligado por parentesco à família do Barão de Aimorés. Foi vice-governador do estado por três vezes, nos primeiros anos da República, e exerceu o governo após a renúncia de Graciano Santos Neves. Este último foi o único oligarca da região que não era fazendeiro, mas sua mãe era irmã do Barão de Aimorés. Graciano era médico, foi membro da Junta Governativa do estado (1891-1892), vice-governador, governador e deputado federal. Sua ascensão se deveu à atuação combativa que teve no início da República.

Em Linhares, a política era dominada pela família Calmon, do fundador da cidade, unida por casamento aos Nogueira da Gama. Os chefes políticos que chegaram ao poder estadual foram Augusto Calmon Nogueira da Gama, com grande influência nos primeiros anos da República, monsenhor Eurípedes Calmon Pedrinha, ambos deputados, tendo sido, o primeiro, presidente da Assembleia e do diretório do Partido Republicano Construtor; Alexandre Calmon, que transferiu a sede do município para Colatina, foi vice-governador e um dos chefes da Revolta do Xandoca; Augusto Rafael de Carvalho, filho de um poderoso fazendeiro do Império; Xenócrates Calmon Aguiar, herdeiro do poder de Alexandre em Colatina, deputado e presidente da Assembleia; e Sílvio Avidos, filho do governador Florentino.

Cachoeiro de Itapemirim, o centro urbano da região sul e berço dos oligarcas que dominaram a política do estado por muitos anos, é um caso particular. Até o estabelecimento do domínio dos

Monteiro, período sobre o qual temos informações detalhadas a respeito dos governos municipais,<sup>226</sup> os coronéis fazendeiros e alguns comerciantes tinham uma participação efetiva na política municipal e ocupavam quase todos os cargos do governo, porém as principais lideranças que disputavam o poder eram oligarcas e profissionais liberais. Bernardo Horta, um dos principais propagandistas da República, vice-governador no início do novo regime, rompeu com o governo e passou a dirigir o partido oposicionista no sul do estado, participando sempre ativamente da política de Cachoeiro e ocupando cargos no governo local, inclusive sua presidência, após voltar ao partido governista. Era farmacêutico, filho de advogado e neto, pela mãe, do Barão de Itapemirim. Pinheiro Júnior, filho de um poderoso coronel fazendeiro que foi vice-governador do estado no início da República, se dedicou à medicina, inicialmente em Cachoeiro e depois em Teresópolis (RJ). Começou sua carreira política como deputado estadual e acumulou esse cargo com o de presidente do governo municipal por duas vezes, afastando-se apenas quando exerceu mandato federal. O terceiro desses chefes oligarcas foi Bernardino Monteiro, advogado, afastado da fazenda da família, que iniciou sua carreira política no governo municipal, mas logo se elegeu deputado estadual e também acumulou os dois cargos até eleger-se senador.

Dos outros deputados estaduais de Cachoeiro nessa época, quatro exerceram apenas um mandato, sendo um deles de importante família de fazendeiros e coronéis de Muqui, os Fraga. Pio Ramos, engenheiro de família de fazendeiros de Castelo, teve uma atuação mais duradoura no Legislativo, e Jerônimo Monteiro começou sua carreira nessa ocasião, como deputado estadual, sem passar pela política municipal.

---

226 SANTOS, Adilson Silva. *Um republicano histórico no Espírito Santo da Primeira República: a carreira de Bernardo Horta de Araújo (1887-1913)*, 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em História, Vitória, 2009.

Os políticos de Cachoeiro que exerceram mandatos no Congresso Nacional nessa época haviam participado do governo municipal durante o Império. Era o caso de Gil Goulart, advogado do Rio de Janeiro que vivera muitos anos naquele município e tivera uma atuação destacada na presidência da Câmara e foi senador entre 1890 e 1896; de Manuel Leite de Novaes Melo, médico alagoano que foi trabalhar no núcleo colonial de Rio Novo mas deixou a profissão e tornou-se fazendeiro em Cachoeiro, e foi eleito deputado federal (1892-1894); de Eugênio Amorim, médico, filho de fazendeiro, deputado estadual (1892-1894), senador de 1894 a 1897, quando faleceu prematuramente; e Luiz Siqueira Lima, filho do Barão de Itapemirim, herdeiro de fazenda, que se dedicou à advocacia e à magistratura, senador entre 1900 e 1909. A exceção foi Jerônimo Monteiro, deputado federal, entre 1897 e 1900.

A partir do governo de Jerônimo (1908-1912), os Monteiro passaram a dominar a política de Cachoeiro. Todos os seus irmãos participam dos poderes municipal e estadual. São filhos de um grande fazendeiro e político municipal falecido nos anos de 1880, Francisco de Souza Monteiro. Só um deles, Antônio, era fazendeiro, administrador da fazenda da família, Jerônimo e Bernardino eram advogados e José engenheiro. Bernardino, como mencionamos, já acumulava o cargo de governador municipal e o de deputado estadual; em 1909 foi eleito senador, em 1916 governador do estado. José e Antônio fizeram parte do governo municipal e foram deputados estaduais; o primeiro renunciou a fim de ocupar uma diretoria do Banco Hipotecário e Agrícola, criado por Jerônimo, e o segundo faleceu quando presidia a Assembleia Legislativa. Além deles, foi eleito deputado estadual um primo, Francisco de Souza Monteiro Sobrinho, e dois políticos com relações pessoais estreitas com a família: Júlio Pereira Leite e Marcondes Alves de Souza. O primeiro, baiano de nascimento, médico e jornalista, genro de um rico fazendeiro em Cachoeiro, foi eleito membro do governo municipal, deputado estadual em três legislaturas, intercaladas por um mandato de de-

putado federal, e presidiu a Assembleia. Era dono de um jornal em Cachoeiro, *Alcantil*, que dava total apoio à política dos Monteiro. Marcondes, fazendeiro, presidiu o governo municipal de 1908 a 1912, acumulando esse cargo com o de vice-governador a partir de 1910, e tornou-se governador em 1912. Além desses, foram deputados um médico, um político sobre o qual não tenho informações, e Nestor Gomes, natural do estado do Rio de Janeiro, contador e comerciante em Castelo, governador municipal (1908-1910), deputado estadual (1910-1915), senador (1916-1920) e governador (1920-1924). Jerônimo substituiu o irmão Antônio na Assembleia Legislativa, foi eleito deputado federal em 1915 e senador em 1918.

Nos cargos municipais continuaram presentes os coronéis fazendeiros e alguns comerciantes, mas sob a liderança dos já mencionados oligarcas estreitamente ligados aos Monteiro. Quando começaram a ser eleitos prefeitos, a partir de 1914, e o governo municipal transformou-se numa Câmara de Vereadores, com menos poderes, parece ter havido uma preocupação no sentido de não colocar no novo cargo pessoas detentoras de poder político próprio, pois que os oligarcas do grupo dominante não podiam acumular cargos estaduais com o de prefeito. Essa suposição se baseia no fato de que os prefeitos escolhidos pelo partido governista eram pessoas muito conhecidas e bem conceituadas, mas sem carreira política no município. O primeiro foi Francisco de Almeida Braga, natural do Rio de Janeiro, tabelião e fazendeiro (pai de Rubem Braga). O segundo foi eleito em plena crise política causada pela candidatura de Bernardino ao governo do estado, quando a oposição estava forte e apresentou chapa própria. Foi escolhido Reinaldo Souto Machado, filho de grande comerciante de Cachoeiro, fazendeiro e genro de Luís Siqueira Lima, ex-senador e filho do Barão de Itapemirim. O terceiro foi um médico, Luís Tinoco da Fonseca. Os oligarcas continuaram participando da administração municipal, agora na Câmara de Vereadores.

Em Muqui, que se tornou município em 1912, terra de grandes fazendas e de coronéis, que continuaram participando ativa-

mente da política, quem se tornou o principal oligarca não foi um deles e sim um professor e depois advogado, Geraldo Viana, que presidiu o primeiro governo municipal e elegeu-se prefeito, quando esse cargo foi criado. Participou sempre da Câmara, enquanto exercia, simultaneamente, o mandato de deputado estadual (1913-1921), presidindo a Assembleia em 1920-1921, sendo então eleito deputado federal (1921-1930).

Nos anos 1920, após a crise que provocou a queda de Jerônimo e mudanças na cúpula da oligarquia, os Monteiro perderam o quase monopólio que exerciam sobre a representação de Cachoeiro. Bernardino tornou-se o mais poderoso chefe político do estado, presidente do PRES, mas o grupo liderado por Pinheiro Júnior se fortaleceu e voltou a participar do poder. Bernardino retornou ao Senado, em 1921, onde permaneceu até seu falecimento, em 1930, e o filho dele, Nelson, advogado, se tornou deputado estadual, iniciando uma carreira que se estenderá após a Revolução de 30. Pinheiro Júnior voltou ao Congresso, exercendo mandatos sucessivos de deputado federal. Os demais representantes de Cachoeiro nos legislativos federal e estadual foram também, quase todos, dedicados a atividades urbanas: médicos, advogados, negociantes, e em geral não pertenciam a famílias poderosas, sendo alguns deles profissionais vindos de outros estados, como Augusto Estelita Lins, Fernando de Abreu e Joaquim Teixeira de Mesquita. São exceções: Atilio Vivacqua, membro de família de grandes exportadores de café, advogado, e Francisco Alves Ataíde, fazendeiro, de uma família de coronéis influentes no sul do estado, que foi também prefeito de Cachoeiro.

No município, as eleições passaram a ser conflituosas nos primeiros anos; em 1920, em plena crise sucessória, Jerônimo e Bernardino se enfrentaram, com episódios de violência praticados pela polícia de Bernardino que, vitorioso, acabou procurando acalmar a situação promovendo um segundo pleito tendo como candidato o sobrinho de ambos, Luís Antônio Lindenberg. Nas eleições subsequentes apareceram divergências com os grupos de Pinheiro Júnior e

de Marcondes, além de Jerônimo, e foi necessário fazer acordos, mas Bernardino era, sem dúvida, o mais forte e elegeu sempre pessoas de sua confiança, alguns dos quais foram alçados aos cargos estaduais.<sup>227</sup>

Nas zonas de pequenas propriedades, o poder político do capital comercial era muito forte no âmbito municipal. O vendeiro, que comprava o café e fornecia crédito aos produtores familiares, submetia-os a uma relação de dependência econômica, social e política. Ele podia ser um pequeno coronel ou, pelo menos, um cabo eleitoral, e os comerciantes de maior porte que desempenhavam as funções dos vendeiros, ou eram intermediários comerciais deles, se tornavam, frequentemente, coronéis. É bem conhecido o caso dos negociantes originários da imigração europeia que monopolizaram o comércio do porto fluvial de Cachoeiro de Santa Leopoldina e tiveram forte participação política naquele município e em Santa Teresa.

Entre os coronéis desse tipo convém destacar o caso do coronel Antônio Duarte, de Iconha.<sup>228</sup> Esse comerciante português instalou-se na região, ainda pouco habitada, pertencente ao município de Piúma, na década de 1870 e algum tempo depois, fundou, com um sócio, a firma Duarte e Beiriz. Compraram vastas extensões de terras incultas nas vizinhanças do núcleo colonial de Rio Novo, que tinha parte de suas terras inférteis, e passaram a vender lotes rurais a imigrantes, com pagamento a longo prazo. Vendiam-lhes, além da terra, os produtos de que precisavam; e compravam, beneficiavam e enviavam para o Rio de Janeiro ou Vitória o café que produziam. A Casa Duarte e Beiriz prosperou, ampliou suas atividades e tornou-se uma das grandes firmas do estado. Iconha cresceu, impulsionada

---

227 SANTOS, Adilson Silva. Cachoeiro de Itapemirim na Primeira República: eleições e composição do governo municipal (1914-1930). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, v. 71, p. 129-160, 2015.

228 CAPRINI, Aldieris B. Amorim. *O comércio como propulsor do poder político em Iconha: o coronel Antônio Duarte (1889-1915)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em História, Vitória, 2007.

pela firma e pela ação de seus sócios, passou a sede do município e depois se separou de Piúma, e o coronel Duarte foi seu chefe político incontestável, cortejado pelos governadores. Nunca ocupou cargo político estadual, mas Iconha teve sempre um representante no legislativo do estado, Virgílio Silva, seu parceiro, advogado que exerceu mandatos sucessivos por mais de vinte anos, até sua morte.

Note-se que Iconha está situada na parte setentrional da região sul, na qual houve também colônias de imigrantes, principalmente a de Rio Novo, de grande extensão, e onde a crise do café ocorrida na virada do século XIX para o XX, ocasionou a divisão de grandes propriedades e a consequente expansão das áreas de sítios.

Nas colônias de imigrantes mais isoladas, o poder dos vendedores era certamente maior, porém mesmo em áreas de sítios mais integradas, onde também existiam fazendas importantes e havia maior concorrência comercial e centros urbanos mais desenvolvidos, o poder econômico, social e político dos comerciantes de todos os níveis era real. Em grande parte dos municípios do estado, encontramos comerciantes participando do governo municipal, muitas vezes como principais chefes políticos locais. Na Serra, um dos mais poderosos coronéis foi João Miguel, comerciante sírio que disputava o poder com membros de famílias de negociantes e fazendeiros. Entre os chefes políticos desse município que ocuparam cargos no legislativo estadual estavam Antônio Borges, fazendeiro e comerciante, deputado no Império e na República, Barbosa Leão, comerciante português, e Cassiano Castelo, juiz, membro de uma família poderosa de fazendeiros e comerciantes. Em Cariacica, a maior parte dos coronéis eram fazendeiros, porém o comerciante Francisco Carlos Schwab destacou-se entre eles, como deputado estadual e vice-governador. Guarapari e Anchieta tiveram como um de seus mais poderosos coronéis Pedro Aboudib, libanês de nascimento, principal comerciante e chefe político de cada um dos dois municípios sucessivamente, cujo filho, José Pedro, advogado, fez longa carreira como deputado estadual (1916-1930) e foi eleito para

a Câmara Federal em 1930. Outro importante comerciante de Anchieta, Vitorino Garcia, foi coronel municipal e deputado estadual. Em São Mateus, embora os oligarcas fossem proprietários rurais, os comerciantes da família Fundão e Domingos Rocha da Silva Rios foram chefes políticos poderosos.

Sobre a política municipal de Vitória não encontrei qualquer pesquisa, tenho apenas informações indiretas. Elas indicam uma forte ingerência do governo estadual e da cúpula da oligarquia nos governos municipais. Nos primeiros anos da República, um dos principais membros do partido governista, Cleto Nunes, presidiu o primeiro governo municipal eleito e nele permaneceu por dois mandatos, acumulando o cargo de governador municipal com o de deputado à Constituinte estadual, que presidiu. Foi eleito deputado federal mas não exerceu o mandato, preferindo continuar no governo da capital, do qual só se afastou quando foi eleito senador, em 1898. Outro importante chefe político municipal foi Joaquim Lírio, cujo poder vinha do Império pois era presidente da Câmara Municipal de Vitória por ocasião da proclamação da República, e depois de um curto período na oposição voltou a integrar as forças governistas, acumulando o cargo municipal com o de deputado estadual, que exerceu de 1895 a 1912, com um intervalo de dois anos (1908-1910) quando foi vice-governador de Jerônimo Monteiro. Seus filhos também ocuparam cargos municipais e estaduais.

No governo de Jerônimo Monteiro foi criada a prefeitura da capital, com prefeito nomeado pelo governador e, com isso, o governo municipal perdeu suas funções executivas, tornando-se Câmara de Vereadores, e o poder do governo estadual sobre o município aumentou. Aliados dos governadores, alguns de outros municípios, eram nomeados ou eleitos para os cargos municipais.

Não dispondo de uma relação dos ocupantes dos cargos municipais, é impossível avaliar a presença dos comerciantes entre eles. No entanto, entre os membros da oligarquia estadual com base política em Vitória, eram poucos os comerciantes, apesar do poder

exercido pelo capital comercial nessa cidade, que devia sua prosperidade e desenvolvimento às atividades mercantis. Vê-se que esse capital preferiu se fazer representar por bacharéis, profissionais liberais e funcionários públicos. Porém, desde 1909, o empresariado da capital, basicamente comercial, se organizou numa entidade de classe que promovia seus interesses junto ao governo, a Associação Comercial de Vitória. Atuante durante todo o período, chegou, ao final da Primeira República, a se tornar um ator decisivo nos episódios da Revolução de 1930, como vimos em capítulo anterior.

Examinando a composição da oligarquia estadual segundo a profissão de seus membros, vemos que predominavam, em ampla maioria, os profissionais de nível superior, fossem eles ou não filhos ou outros parentes de coronéis fazendeiros ou comerciantes. Certamente, a forte representação dos principais centros urbanos, Vitória e Cachoeiro, contribuiu para isso, pois nos municípios menores era mais comum que o coronel local exercesse um cargo estadual. Veremos os dados mais adiante.

**Relação dos políticos capixabas  
de nível estadual e federal  
na Primeira República**

## Período de liderança de Muniz Freire e do Partido Republicano Construtor (1892-1906)

Os nomes sublinhados são os que eram usados habitualmente. Exemplo: Cleto Nunes Pereira.

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÔMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
<u>AFONSO CLÁUDIO DE FREITAS ROSA</u>	Serra, ES, 1859	Advogado, professor, magistrado	Primeiro governador do Espírito Santo (1889-1890), desembargador do TJ-ES, que presidiu	Vitória	Pertencia a família importante da Serra	Republicano histórico, escritor, jurista, presidente do governo municipal de Vitória em 1891
<u>ALBERTO AZAMBUJA MEIRELES</u>	Serra	Médico	Deputado estadual (1892-94)	Nova Almeida	Pertencia a uma das mais importantes famílias da Serra no Império.	
<u>ANTERO COUTINHO</u>	Cariacica	Grande fazendeiro em Cariacica	Deputado estadual (1892-94)	Cariacica	Irmão de Henrique Coutinho	Deputado provincial
<u>ANTERO DE ALMEIDA</u>	1869, em Cachoeiro de Itapemirim, ES	Guarda-livros, jornalista	Secretário de Educação no governo Afonso Cláudio, membro do governo municipal de Vitória, deputado estadual (1892-97)	Anchieta e Vitória		Republicano histórico
<u>ANTÔNIO BORGES</u>	Serra	Fazendeiro na Serra, comerciante em Vitória	Deputado estadual (1895-1906)	Serra e Vitória	Pertencia a importante família da Serra; cunhado de Henrique Coutinho	Deputado provincial

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÔMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
ANTÔNIO BORGES DE ARAÚJO JUNIOR	Espírito Santo	Oficial do Exército	Deputado à Constituinte Nacional (de 1890-1891)	Itapemirim	Pertencia à família de políticos do vale do Itapemirim e de Rio Novo	Participou do movimento republicano na Escola Militar e do ato de 15 de novembro; presidiu o Clube Republicano de Itapemirim
ANTÔNIO DE ARAÚJO AGUIRRE	Espírito Santo	Engenheiro	Deputado estadual (1898-1909), secretário de Obras e de Terras e Colonização do governo Henrique Coutinho	Santa Teresa	Genro de Henrique Coutinho, pertencida à família importante de São Mateus	Foi funcionário do Serviço de Terras e Colonização, participou e presidiu o governo municipal de Santa Teresa
ANTÔNIO EPAMINONDAS DE BARROS CORREIA		Advogado	Deputado estadual (1904-06)	Cachoeiro de Itapemirim		
ANTÔNIO FRANCISCO DE ATAÍDE	Vitória, ES, 1860	Engenheiro	Deputado estadual (1901-09) e (1925-30)	Vila Velha e Vitória	Casado com filha de deputado provincial e vice-presidente da província	Republicano histórico, prefeito de Vila Velha e de Vitória (1910)
ANTÔNIO GOMES AGUIRRE	1859, em São Mateus, ES	Médico, jornalista, professor e proprietário de colégio	Governador (mar. a jun. 1891), vice-governador (jun. a dez. 1891), deputado federal (1917-19)	Cachoeiro de Itapemirim e Vitória		Republicano histórico
ANTÔNIO PINTO ALEIXO	Vitória	Funcionário público	Deputado estadual (1898-1906)	Vitória	De família importante de Vitória	Juiz distrital (1898-1909), participou do governo municipal de Vitória
ARISTIDES MORAES DE NAVARRO		Empresário de serviços públicos de Vitória	Deputado estadual (1904-09), delegado de polícia em Vitória	Santa Cruz e Vitória		

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÔMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
ARTHUR CORREA DE MATOS THOMPSON		Engenheiro	Deputado estadual (1898-1900)	Santa Isabel (Domingos Martins)		
ARTUR VELOSO DA SILVA		Profissional de nível superior e fazendeiro	Deputado estadual (1895-97)	Itabapoana		Presidente do diretório da campanha de Pinheiro Júnior na eleição de 1916 em Itabapoana
AUGUSTO CALMON NOGUEIRA DA GAMA	Linhares	Funcionário público, jornalista	Deputado estadual (1892-1909), presidente da Assembleia Legislativa (1897-1904, 1907), secretário-geral do Estado por duas vezes	Linhares	Pertencia a importante família dos fundadores de Linhares; filho do coronel João Calmon, chefe político em Linhares	Organizou e dirigiu o Arquivo Público Estadual
AUGUSTO RAFAEL DE CARVALHO	Espirito Santo	Funcionário público, professor	Deputado estadual (1895-1903)	Linhares	Descendia do comendador Rafael de Carvalho, grande fazendeiro em Linhares	
AURELIANO MEDINA	Caçado		Deputado estadual (1892-94)	Caçado	Pertencia a família de fazendeiros e comerciantes que exerciam poder em Caçado e Itabapoana	Republicano histórico
BARÃO DE MONJARDIM (ALFEU ADELFO MONJARDIM DE ANDRADE E ALMEIDA)	Vitória, ES, em 1836	Fazendeiro, funcionário público	Governador (1891), deputado federal (1909-11)	Vitória	Descendia de chefes políticos poderosos; seu pai foi vice-presidente da província em diversas ocasiões	Chefe do Partido Liberal no Espírito Santo, vice-presidente da província por três vezes, deputado provincial
BENIGNO SOARES VIDIGAL	Espirito Santo	Comerciante	Deputado estadual (1898-1903)	Nova Almeida		

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÔMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
BERNARDINO DE OLIVEIRA		Comerciante e fazendeiro	Deputado estadual (1895-1906)	Barra de São Mateus (Conceição da Barra)		
BERNARDO HORTA DE ARAÚJO	Itapemirim, ES, 1862	Farmacêutico, jornalista	Deputado federal (1903-11)	Cachoeiro de Itapemirim	Neto do Barão de Itapemirim, filho de deputado provincial e geral, genro de comerciante de Cachoeiro de Itapemirim	Republicano histórico, fundador do Clube Republicano de Cachoeiro de Itapemirim; redator de O Cachoeirano; participou do governo municipal de Cachoeiro de Itapemirim
CARLOS PEREIRA DOS SANTOS		Fazendeiro	Deputado estadual (1901-03)			
CLETO NUNES PEREIRA	Vitória, ES, em 1855	Jornalista, funcionário público	Deputado estadual de 1892 a 1894 (presidente da Assembleia); deputado federal (1894-96); senador (1898-1908)	Vitória	De família das mais antigas de Vitória, com políticos influentes	Deputado provincial; foi presidente do Governo Municipal de Vitória no início da República
CONSTANTE GOMES SODRÉ	São Mateus, ES, em 1850	Engenheiro, fazendeiro	Vice-governador (1890-91, 1896-1900, 1900-1904)	São Mateus	Parentia ao núcleo das famílias mais poderosas de São Mateus, ligadas entre si por casamentos	Republicano histórico
CUSTÓDIO MOREIRA DA FRAGA	Cachoeiro de Itapemirim		Deputado estadual (1892-1894)	Cachoeiro de Itapemirim	Filho de fazendeiro português casado na importante família Fraga, de Muqui	Seu pai foi um dos fundadores do Clube Republicano de Cachoeiro de Itapemirim
DEOCLECIANO NUNES DE OLIVEIRA		Advogado, professor	Deputado estadual (1895-97, 1904-06)	Vitória	É sobrinho de Cleto Nunes Pereira	

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÔMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
DOMINGOS VICENTE GONÇALVES DE SOUZA	Espírito Santo, 1842	Fazendeiro, funcionário público, jornalista	Senador (1890-99; 1914-16)	Viana	Genro do coronel Torquato Malta, um dos mais ricos fazendeiros da província, em Viana	Deputado provincial, comendador, grande líder político de Viana
EDUARDO MONTEIRO DE CARVALHO	Espírito Santo	Médico	Deputado estadual (1901-08)	Itabapoana		
EMÍDIO DE SIQUEIRA PINTO ARAUJO	Cariacica, ES	Fazendeiro	Deputado estadual (1907-1912)	Cariacica	Membro de famílias tradicionais de Cariacica	Foi deputado provincial e presidente do Governo Municipal de Cariacica
ENÉAS RIBEIRO DE CASTRO	Itabapoana, ES	Engenheiro	Deputado estadual (1901-03)	Itabapoana	Pertencia a uma das famílias mais importantes de Itabapoana	
ESTEVÃO DE SIQUEIRA	Vassouras, RJ, 1843	Juiz de direito, desembargador do STJ do Espírito Santo	Deputado estadual (1904-06)			Veio em 1895 para o Espírito Santo; foi juiz em várias comarcas do Rio de Janeiro, São Paulo e em São Mateus, ES; chefe de Polícia
EURÍPEDES CALMON NOGUEIRA DA GAMA PEDRINHA	Linhares, ES, 1864	Sacerdote (monsenhor), professor, escritor	Deputado estadual (1898-1906), presidente da Assembleia 1906	Linhares	Pertencia à família dos fundadores de Linhares	Arcipreste, vigário em Vitória, e na Candelária (RJ), orador famoso
FRANCISCO HERCULANO MONTEIRO NOGUEIRA DA GAMA	Ouro Preto, MG, 1830	Comerciante, fazendeiro	Deputado estadual (1892-1900)	Alegre	Casado na família Ferreira de Paiva, poderosa em Alegre	Veio para Cachoeira de Itapemirim em 1863; em 1867 fixou-se em Alegre, onde foi grande chefe político no Império, deputado provincial

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÔMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
FRANCISCO ROCHA TAGARRO		Comerciante, empresário de transporte	Deputado estadual (1893-94)	Vitória		Um dos proprietários da primeira empresa de navegação no rio Doce (1879)
GABRIEL NORBERTO DA SILVA			Deputado estadual (1892-94)	Cachoeiro de Itapemirim		
GALDINO LINS DE BARROS LORETO	Pernambuco, 1866	Magistrado, jornalista	Fer parte da Junta Governativa (1891-92) do Espírito Santo; vice-governador (1892-94); deputado federal (1894-1906); deputado estadual (1907-08)		Seu irmão Sérgio Loreto foi no Espírito Santo juiz federal, chefe de Polícia e procurador geral do Estado; e governador de Pernambuco	
GÉLIO PAIVA	Espírito Santo, 1865	Médico	Deputado estadual (1898-1903)	Vitória e Cariacica	Filho do coronel Manuel Ferreira de Paiva, fazendeiro em Cariacica, deputado provincial e vice-presidente da província	
GERMANO CHAVES TIRADENTES	Caçado, ES	Médico	Deputado estadual (1892-94)	Caçado	Membro de família importante de Caçado	Pertenceu ao Clube Republicano de Caçado
GILL DINIS GOULART	Angra dos Reis, RJ, 1844	Advogado	Senador (1890-96)	Cachoeiro de Itapemirim	Sogra de Bernardino Monteiro	Residiu em Cachoeiro de Itapemirim de 1867 a 1885, onde presidiu a Câmara Municipal por vários anos, deputado provincial

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÔMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
<u>GRACIANO SANTOS NEVES</u>	São Mateus, ES, 1868	Médico, professor	Membro de Junta Governativa (1891-92), vice-governador (1892-96), governador (1896-97), deputado federal (1906-09)	São Mateus e Vitória	Parentia ao núcleo das famílias mais poderosas de São Mateus unidas entre si por casamentos	Autor de obras científicas e outras; professor do colégio Pedro II (fu) e da Escola Superior de Agricultura
<u>HENRIQUE ALVES CERQUEIRA LIMA</u>	Bahia, 1848	Médico, funcionário público, professor	Deputado estadual (1892-97), vice-governador do estado por três mandatos	Vitória		Veio para o Espírito Santo em 1878 como médico da Marinha. Exerceu vários e importantes cargos públicos.
HENRIQUE COUTINHO	Espírito Santo, 1845	Fazendeiro	Governador (dez. 1890 a mar. 1891 e em 1904-1908), deputado estadual (1893-1897) e presidente da Assembleia, senador (1897-1904), vice-governador (1890, 1893-1896)	Santa Leopoldina, Vitória	De família de fazendeiros importantes em Santa Leopoldina, ligado por casamento aos Zinzen, donos de grande firma exportadora e importadora	Republicano histórico
HENRIQUE O'REILLY DE SOUZA	Itabapoana, ES	Magistrado, jornalista	Deputado estadual (1898-1900)	Itabapoana	Parentia a família importante de Itabapoana	Foi presidente do Tribunal de Justiça; fundou jornais em Itabapoana, onde participou do governo municipal
JOAQUIM CORREIA DE LIRIO	Espírito Santo, 1838	Funcionário público, jornalista	Deputado estadual (1895-1912), vice-governador (1908-10)	Vitória		Participação importante em governos municipais de Vitória no Império e na República
JOAQUIM EUGENIO MACEDO PAIVA			Deputado estadual (1892-94)			

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÔMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
JOAQUIM FERNANDES DE ANDRADE E SILVA		Engenheiro	Deputado estadual (1898-1906)			
JOAQUIM RODRIGUES BERMUDE	Espírito Santo	Fazendeiro	Deputado estadual (1895-97)	Nova Almeida		
JOAQUIM VICENTE PEREIRA	Espírito Santo	Fazendeiro	Deputado estadual (1892-94)	Nova Almeida		Deputado provincial
JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO LIMA		Fazendeiro	Deputado estadual (1895-97)	Itabapoana		
JOSÉ CESÁRIO MONTEIRO DE BARROS	Minas Gerais	Advogado, fazendeiro	Senador constituinte (1890-93), vice-governador (1900-04), Procurador Geral do Estado	Itabapoana	Casado em família importante de fazendeiros de Itabapoana	Deputado provincial; presidente da província de Alagoas
JOSÉ COELHO DOS SANTOS		Médico, jornalista, fazendeiro	Deputado estadual (1892-94 e 1901-03), vice-governador (1908-12)	Itabapoana		Republicano histórico; participante importante no governo municipal de Itabapoana; dono de jornal
JOSÉ DE MELO CARVALHO MUNIZ FREIRE	Vitória, ES, 1861	Advogado, jornalista	Deputado federal constituinte (1891-92), governador (1892-96 e 1900-06), senador (1906-1915)	Vitória	De família abastada de comerciantes, profissionais liberais e políticos de Vitória	Deputado provincial, vereador em Vitória, proprietário de jornal influente de Vitória a partir dos anos 1880

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÔMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
JOSE FRANCISCO MONJARDIM	Vitória, ES, 1870	Advogado, jornalista	Deputado estadual (1898-1900), deputado federal (1903-09)	Vitória	Filho do Barão de Monjardim	Diretor da Escola de Aprendizés Artífices (futura Escola Técnica de Vitória) por muitos anos
JOSE GOMES ZINHEIRO JÚNIOR	Itapemirim, ES	Médico	Deputado estadual (1895-97 e 1904-09), deputado federal (1897-1903 e 1921-30)	Cachoeiro de Itapemirim	Descendente das mais poderosas famílias de Itapemirim no Império	Candidato a vice-governador em 1912 e a governador em 1916, nas chapas de oposição aos Monteiro
JOSE GONCALVES FERREIRA		Fazendeiro	Deputado estadual (1892-94)	Cachoeiro de Itapemirim		Deputado provincial
JOSE HORÁCIO COSTA	Pernambuco	Advogado, jornalista	Vice-governador (1889-1890), secretário-geral da Junta Governativa (1891-92), chefe de Polícia no governo de Albinho Claudio, deputado federal (1892-94)	Anchieta e Vitória	Casado (1891) com filha de deputado provincial e vice-presidente da província do Espírito Santo, concunhado de Antônio Ataíde e do marechal Rodrigues Campos	Fundador do Clube Republicano de Benevente (Anchieta) e do jornal republicano A Tribuna daquela cidade
JOSE JOAQUIM PESSANHA RÓVOA	São João da Barra, RJ, 1836; falecido em 1904	Jornalista, escritor, advogado, professor	Deputado estadual (1892-94), secretário de Instrução no primeiro governo Muniz Freire	Vitória		Dono de jornal influente no Império; chefe de Polícia no Rio de Janeiro em 1891; vereador em Vitória
JOSE MARCELINO PESSOA DE VASCONCELOS	Vitória, ES, 1864	Médico, professor	Deputado estadual (1895-97), governador (1897-1900)	Vitória	De família importante em Vitória, com políticos destacados no Império	

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÔMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
JOSÉ MOREIRA GOMES	Itapemirim, ES	Médico	Deputado estadual (1898-1903), deputado federal (1903-06)	Itapemirim	Descendia das duas famílias dos grandes senhores de Itapemirim	Primeiro secretário do Clube Republicano de Itapemirim; grande liderança de Itapemirim
LAURINDO MIRANDA			Deputado estadual (1895-97)			
LUÍS AUGUSTO GOMES	Itabapoana, ES	Profissional de nível superior	Deputado estadual (1892-94)	Itabapoana	Pertencia a uma das famílias de grandes fazendeiros fundadores de Itabapoana	
LUÍS BARBOSA LEÃO	Portugal (1824)	Grande comerciante	Deputado estadual (1895-1900)	Serra	Era de família bem situada na sociedade portuguesa	
LUÍS EUGENIO PIRES DE AMORIM	Passa Três, RJ	Médico	Deputado estadual (1892-94), senador (1894-97)	Cachoeiro de Itapemirim	Filho de fazendeiro em Cachoeiro de Itapemirim, vindo de Valença, RJ; irmão de dois fundadores do Clube Republicano de Cachoeiro de Itapemirim	Veio menino para Cachoeiro de Itapemirim; presidente da Câmara Municipal; deputado provincial
LUÍS SIQUEIRA LIMA	Itapemirim, ES. * 10 abr.1844, + 9 nov.1916	Advogado, magistrado, fazendeiro	Senador (1900-09)	Cachoeiro de Itapemirim	Filho do Barão de Itapemirim	Terceiro Barão de Itapemirim (1889), não usou o título; vereador em Cachoeiro de Itapemirim (1862-3), deputado provincial (1884-7)
MANUEL DE AZEVEDO SARMENTO		Fazendeiro	Deputado estadual (1898-1900 e 1910-12)			

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÔMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
MANUEL LEITE DE NOVAES MELO	Alagoas	Médico, fazendeiro	Deputado federal (1892-94)	Cachoeiro de Itapemirim	Casado com filha de Francisco de Souza Monteiro, irmã de Jerônimo e Bernardino	Veio para o Espírito Santo em 1873; vereador em Cachoeiro de Itapemirim; deputado provincial
MARCIANO IZIDRO			Deputado estadual (1895-97)	Guarapari		
MATEUS GOMES DA <u>CLUNHA</u>	São Mateus, ES	Fazendeiro	Deputado estadual (1895-98)	São Mateus	Filho do Barão de Aimorés	
OLÍMPIO CORREIA LÍRIO	Espírito Santo	Médico	Deputado estadual (1904-09)	Vitória	Filho de Joaquim Lírio, importante político de Vitória desde o Império	
OSCAR VIEIRA DE RESENDE	Caçado	Fazendeiro	Deputado estadual (1901-1906)	Caçado	De família poderosa de Caçado	
PIO RAMOS	Espírito Santo	Engenheiro	Deputado estadual (1898-1909)	Cachoeiro de Itapemirim, distrito de Castelo	Pertencente a família influente de fazendeiros	Chefe político em Castelo
RAMIRO DE BARROS CONCEIÇÃO	Minas Gerais, 1865	Guarda-livros, comerciante, jornalista	Deputado estadual (1892-1900)	Afonso Cláudio		Republicano histórico, chefe político em Afonso Cláudio, lutou pela criação do município; ocupou altos cargos na área financeira em diversos governos estaduais

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÔMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
RODRIGUES PASSOS			Deputado estadual (1898-1900)			
SILVINO DE FARIA		Engenheiro	Deputado estadual (1892-1906)	Vitória		
<u>SIMÃO MACHADO BITTENCOURTE MELLO</u>		Fazendeiro e tabelião	Deputado estadual (1895-1903)	Santa Cruz		
<u>SIZENANDO DE MATOS BOURGUIGNON</u>			Deputado estadual (1904-06)	Guarapari e Anchieta		Republicano histórico
<u>TORQUATO ROSA MOREIRA</u>	Bahia, 1860	Médico	Deputado estadual (1892-94), deputado federal (1894-1918)	Vitória	Casado na família Veloso, de magistrados e políticos	Mudou para Itapemirim em 1888, onde foi vereador no ano seguinte; eleito em 1918 deputado federal pela Bahia, sendo líder do governo Epitácio Pessoa na Câmara Federal
<u>VIRGÍLIO FRANCISCO DA SILVA</u>		Advogado, fazendeiro, funcionário público, tabelião	Deputado estadual (1896-1921)	Iconha		Foi deputado provincial e governador municipal em Iconha
<u>VLADEMIRO DA SILVEIRA</u>		Farmacêutico	Deputado estadual (1892-97)	Vitória		Republicano histórico

## Período de Liderança dos Monteiro (1908-1920)

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÓMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
ALARICO DE FREITAS	Vitória, ES	Advogado, professor, jurista	Deputado estadual (1916-30); presidente da Assembleia (1920-25)	Vitória	Filho de Afonso Cláudio	Fundador do IHGES
ALEXANDRE CALMON (apelido XANDOCA)	Linhares, ES, 1862	Empresário	Vice-governador (1912-116)	Linhares e Colatina	Pertencia a importante família dos fundadores de Linhares	Comandou as operações da "Revolta do Xandoca"
ALFREDO ERNESTO JACQUES OLRIQUES	Minas Gerais	Militar (general)	Deputado federal (1912-15)	Minas Gerais		Teve atuação destacada, como militar, na política nacional. Ligado a Hermes da Fonseca.
AMÉRICO RIBEIRO COELHO		Advogado, professor, jornalista	Deputado estadual (1916-21)	Vitória		Pastor evangélico, membro da Associação de Juristas do Espírito Santo e do IHGES
ANTÓNIO DE SOUZA MONTEIRO	Cachoeiro de Itapemirim, ES, 1856	Fazendeiro	Deputado estadual (1912-13), período em que foi presidente da Assembleia, tendo falecido em 1913 nesse cargo	Cachoeiro de Itapemirim	Filho de Francisco de Souza Monteiro, grande chefe fazendeiro e chefe político em Cachoeiro de Itapemirim; irmão de Jerónimo e Bernardino	Administrou a fazenda da família
ANTÓNIO HONÓRIO DA FONSECA E CASTRO		Fazendeiro	Deputado estadual (1907-21)	Caçado	Pertencia à família poderosa de Caçado	Republicano histórico; participou do Governo Municipal de Caçado
AREOBALDO LÉLIS HORTA		Médico, jornalista	Deputado estadual (1910-1912)	Cachoeiro de Itapemirim		

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÔMICO- PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
ARGEU MONJARDIM	Vitória, ES, 1872	Advogado, jornalista	Vice-governador (1904-08), deputado estadual (1922-24)	Vitória	Filho do Baão de Monjardim e genro de Muniz Freire	Participou do Governo Municipal de Vitória; foi diretor do Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo
<u>BERNARDINO DE SOUZA MONTEIRO</u>	Cachoeiro de Itapemirim, ES, 1965	Advogado	Deputado estadual (1907-09), senador (1909-16 e 1920-29), governador (1916-20)	Cachoeiro de Itapemirim	Filho de Francisco de Souza Monteiro, fazendeiro e chefe político em Cachoeiro de Itapemirim; casado com filha de Gil Goulart; irmão de Jerônimo Monteiro	Participou por vários anos do Governo Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
<u>CASSIANO CARDOSO CASTELO</u>	Serra, ES, 1882	Advogado, magistrado e jornalista	Deputado estadual (1910-12)	Serra	Pertencia a poderosa família da Serra	Desembargador do Tribunal de Justiça do Espírito Santo
CÉSAR VIEIRA MACHADO	Espírito Santo	Fazendeiro	Deputado estadual (1912-21)	Muqui	Filho de um dos primeiros grandes fazendeiros de Muqui e membro de duas famílias poderosas	
CIRILINO SIMÕES			Deputado estadual (1913-15)			
CIRILO TOVAR	Espírito Santo	Comerciante, jornalista	Deputado estadual (1907-12)	Vitória	Pertencia a uma das mais antigas famílias do Espírito Santo	
CLODOALDO LINHARES	Ceará, 1865	Magistrado	Deputado estadual (1907-09)			Foi Procurador Geral do Estado do Espírito Santo
<u>DEODÉCIO BARBOSA BORGES</u>	Bahia	Profissional de nível superior	Deputado estadual federal (1910-15), deputado federal (1915-18)	Guarapari		
FELINTO ELÍSIO MARTINS	Cachoeiro de Itapemirim, ES		Deputado estadual (1916-24)	Cachoeiro de Itapemirim		

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÔMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
FRANCISCO CARLOS SCHWAB FILHO		Comerciante	Deputado estadual (1910-15), vice-governador (1918-20)	Cariacica e Vitória		Participou dos governos municipais de Cariacica e Vitória
FRANCISCO DE SOUZA MONTEIRO SOBRINHO	Cachoeiro de Itapemirim, ES		Deputado estadual (1908-09)	Cachoeiro de Itapemirim	Primo de Jerônimo, Bernardino e de dom Fernando Monteiro	
FRANCISCO ETIENNE DESSAUNE	Rio Novo, ES, 1869	Comerciário, tornou-se comerciante; tabelião em Cachoeiro de Itapemirim e Vitória	Deputado estadual (1913-21), primeiro secretário (1916-17) e presidente da Assembleia (1918)			Presidiu a Assembleia Jeronimista na sucessão de 1920 e foi empossado como governador
FRANCISCO JOSÉ DA ROCHA			Deputado estadual (1910-21)	Muniz Freire		Participou e presidiu o Governo Municipal de Muniz Freire
HENRIQUE GONÇALVES LARANJA	Vila Velha, ES		Deputado estadual (1910-21)	Vila Velha		Participou do Governo Municipal de Vila Velha
JACINTO ANTÔNIO DE JESUS MATOS			Deputado estadual (1916-24)	Anchieta		Participou do Governo Municipal de Anchieta
JERÔNIMO DE SOUZA MONTEIRO	Cachoeiro de Itapemirim, ES, 1870	Advogado	Deputado estadual (1895-97 e 1913-14), deputado federal (1897-1900 e 1915-18), senador (1918-27), governador (1908-12)	Cachoeiro de Itapemirim	Filho de Francisco Souza Monteiro, grande fazendeiro e chefe político em Cachoeiro de Itapemirim; irmão de Bernardino e do bispo Fernando Monteiro	
JOÃO DE DEUS RODRIGUES NETTO	Vitória	Comerciante	Deputado estadual (1913-20 e 1925-27), vice-governador (1920-24)	Vitória	Pertencia a família importante, com muitos políticos, de Vitória	Vogal da Associação Comercial de Vitória

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÔMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
JOÃO DUCKLA BORGES DE AGUIAR	Espírito Santo, 1876	Médico, fazendeiro	Deputado estadual (1904-06 e 1910-12)	Vitória	Pertencia a duas famílias amigas e influentes da Serra e de Vila Velha	
JOÃO LINO DA SILVEIRA E SOUZA	Itabapoana, ES	Fazendeiro	Deputado estadual (1910-12 e 1919-21); vice-presidente do Espírito Santo	Itabapoana	Pertencia a uma das famílias mais antigas e poderosas de Itabapoana	Presidiu várias vezes o Governo Municipal de Itabapoana
JOÃO LUÍS ALVES	Juiz de Fora, MG, 1870	Advogado, professor de direito	Senador pelo Espírito Santo (1908-12, reeleito de 1912 a 1920)	Minas Gerais		Em Minas Gerais foi deputado estadual (1899-1902), deputado federal (1903-08), secretário da Fazenda (1919-22); ministro da Justiça (1922-24); ministro do STF em 1924; membro da Academia Brasileira de Letras
JOAQUIM GUIMARÃES	Pernambuco	Advogado, jornalista	Deputado estadual (1907-09)	Vitória		Redator do jornal Commercio do Espírito Santo, presidiu a "duplicata" da Assembleia de 1916
JOSÉ BELLO AIMORIM	Cachoeiro de Itapemirim, ES, 1875	Advogado	Deputado estadual (1907-09), faleceu em 1910	Alegre	Da importante família Amorim de Cachoeiro de Itapemirim, casado com filha de chefe político e grande fazendeiro de Alegre	Fixou-se em Alegre em 1890; importante chefe político em Alegre e no sul do estado
JOSÉ CUPERTINO DE ALMEIDA		Advogado, tabelião, jornalista	Deputado estadual (1916-24), primeiro secretário da Assembleia (1920)	Afonso Cláudio		Presidiu o Governo Municipal de Afonso Cláudio muitas vezes
JOSÉ DE SOUZA MONTEIRO	Cachoeiro de Itapemirim, ES, 1876	Engenheiro e industrial	Deputado estadual (1910-12)	Cachoeiro de Itapemirim	Irmão de Bernardino, Jerônimo, Antônio e do bispo Fernando Monteiro	Renunciou ao mandato para assumir a direção do Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÔMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
JOSÉ MARIA ALEXANDRE COCHARD - CÔNEGO COCHARD		Sacerdote	Deputado estadual (1907-09)	Viana		Veio para o Espírito Santo com o primeiro bispo dom João Correia Néri
JOSÉ MARIA GOMES	Espírito Santo	Fazendeiro	Deputado estadual (1910-12 e 1919-21)	Rio Pardo (lúna)		Grande latifundiário em Rio Pardo
JÚLIO PEREIRA LEITE	Bahia, 1870	Médico em Cachoeiro de Itapemirim, jornalista	Deputado estadual (1907-12 e 1915-18), deputado federal (1913-15), presidente da Assembleia (1912 e 1915)	Cachoeiro de Itapemirim	Amigo pessoal dos Monteiro; genro do grande fazendeiro de Muqui Otávio de Souza Werneck	Participou dos governos municipais de Cachoeiro de Itapemirim e de Vitória; dono do jornal Alcantil de Cachoeiro de Itapemirim
LICÍNIO ALVES CARNEIRO		Profissional de nível superior	Deputado estadual (1913-15)	Itabapoana		
LUIS ADOLFO THIERS VELOSO	Bahia, 1872	Advogado, promotor de justiça, juiz de direito, jornalista, professor	Deputado estadual (1907-12 e 1922-24)	Vitória	Filho do desembargador Mendes Veloso; cunhado de Torquato Moreira	Fundador de A Gazeta, redator do Commercio do Espírito Santo, membro do HGES e da Academia Espírito-santense de Letras
MANUEL ALVES DE BARROS JÚNIOR		Bacharel e tabelião	Deputado estadual (1912-18)	Cachoeiro de Itapemirim		Participou da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
MANUEL FERREIRA DE MELO COUTINHO			Deputado estadual (1907-12)	Serra		
MANUEL SILVINO MONJARDIM (apelido, DUQUINHA)	Vitória, ES, 1876	Médico	Deputado estadual (1904-06 e 1910-18), deputado federal (1918-23), senador (1924-30)	Vitória	Filho do Barão de Monjardim	

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONOMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLITICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
MARCÍLIO TEIXEIRA DE LACERDA	Alegre, ES, 1879	Advogado, jornalista, professor de direito	Deputado estadual (1910-18), presidente da Assembleia (1916-17), senador (1918-23)	Alegre		
MARCONDES ALVES DE SOUZA	Minas Gerais, 1868	Fazendeiro	Vice-governador (1910-12), governador (1912-16)	Cachoeiro de Itapemirim, Muqui		Chefe político em Cachoeiro de Itapemirim e Muqui
MARCONDES ALVES DE SOUZA JÚNIOR (apelido, Marcondinho)	Espírito Santo		Deputado estadual (1916-18 e 1922-24)	Cachoeiro de Itapemirim e Muqui	Filho do governador Marcondes Alves de Souza	
MESSIAS BATISTA DE ARAÚJO	Itabapoana, ES		Deputado estadual (1916-18)	Itabapoana	Pertencia a uma das famílias poderosas de Itabapoana	Participou do Governo Municipal de Itabapoana e foi prefeito
NARCISO ARAÚJO		Advogado, jornalista	Deputado estadual (1907-09)	Itapemirim		Fundador do Clube Republicano de Itapemirim; poeta
NESTOR GOMES	Rio de Janeiro, 1876	Guarda-livros (contador), comerciante e industrial	Deputado estadual (1910-15), senador (1916-20), governador (1920-24), secretário de Finanças e de Agricultura, Terras e Obras do Governo Bernardino	Cachoeiro de Itapemirim		
PAULO JÚLIO DE MELLO	Pernambuco, 1869	Advogado	Deputado estadual (1907-09), presidente da Assembleia (1908-09), deputado federal (1910-18)	Santa Leopoldina		Participou do Governo Municipal de Santa Leopoldina, que presidiu de 1908 a 1916, e da Revolta do Xandoca

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONOMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
PORFIRIO JOSÉ FURTADO DE MENDONÇA			Deputado estadual (1910-18)	Cajado	Pertencia a famílias dos fundadores de Cajado	
SEBASTIÃO MONTEIRO NOGUEIRA DA GAMA	Alegre, ES, 1876	Fazendeiro	Deputado estadual (1916-24)	Alegre	Pertencia às duas famílias mais poderosas de Alegre: Ferreira de Paiva e Nogueira da Gama. Era filho do chefe político Francisco Herculano	Participou do Governo Municipal de Alegre, que muitas vezes presidiu, de 1910 a 1930
VITORINO JOSÉ GARCIA DOS SANTOS		Comerciante	Deputado estadual (1913-18)	Anchieta		Participou do Governo Municipal de Anchieta, que presidiu algumas vezes
WALFREDO FERREIRA DE PAIVA	Espírito Santo	Fazendeiro	Deputado estadual (1916-18)	Cariacica	Filho de grande fazendeiro em Cariacica, político importante no Império	Participou muitas vezes do Governo Municipal de Cariacica
WANTUIL RODRIGUES DA CUNHA	São Mateus, ES	Fazendeiro	Deputado estadual (1919-21)	São Mateus	Filho do Barão de Almorés	Foi várias vezes presidente do Governo Municipal de São Mateus

## Anos 1920

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÔMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
ABNER MOURÃO	Caçado, ES	Jornalista	Deputado estadual (1916-21), deputado federal (1927-30), eleito senador em 1930			Era redator do Correio Paulistano
ÁLVARO DE CASTRO MATOS			Deputado estadual (1919-21)			
ALZIRO VIANA	Espírito Santo	Comerciante, funcionário público	Deputado estadual (1928-30), secretário da Fazenda nos governos Nestor Gomes e Florentino Avidos	Cachoeiro de Itapemirim e Vitória		
ANFILOQUIO ALVES MORENO		Tableião em Itapemirim	Deputado estadual (1925-30)	Itapemirim		Participou do governo municipal de Itapemirim
ARISTEU BORGES DE AGUIAR	Espírito Santo, 1892	Advogado, promotor público, professor	Secretário do governo Florentino Avidos, governador (1928-30)	Vitória	Pertencia a duas famílias influentes na Serra, Vila Velha e Vitória	Foi diretor do Ginásio do Espírito Santo (depois Colégio Estadual)
ATÍLIO VIVACQUA	Muniz Freire, ES, 1894	Advogado, jornalista, jurista	Deputado estadual (1922-30), secretário de Educação do governo Aristeu Aguiar	Cachoeiro de Itapemirim e Vitória	De família de grandes fazendeiros e comerciantes, tinha parentes com a família Monteiro	Participou do governo municipal de Cachoeiro de Itapemirim, onde foi prefeito; participou do segundo escalão do governo Florentino Avidos

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÔMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
AUGUSTO EMÍLIO ESTELITA LINS	Recife, PE	Advogado, professor de direito, jurista, funcionário do Banco do Brasil	Deputado estadual (1928-30)	Cachoeiro de Itapemirim		Líder católico, veio para o Espírito Santo em 1916, foi prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, membro do IHGES
AUGUSTO LAMEGO		Agrimensor, fazendeiro, comerciante	Deputado estadual (1925-30)	Santa Cruz		Participou do Governo Municipal de Santa Cruz
AUGUSTO MANUEL DE AGUIAR FILHO	Espírito Santo, 1877	Militar	Deputado estadual (1928-30)	Região de Vitória	Irmão de Aristeu Borges de Aguiar, governador na mesma data	Residia no Rio de Janeiro anteriormente, onde presidia o Clube Espírito-santense
BRÍCIO DE MORAES MESQUITA		Médico-cirurgião	Deputado estadual (1928-30)	Cachoeiro de Itapemirim	Filho de Joaquim Teixeira de Mesquita, deputado, senador, vice-governador	Foi prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, presidente do Banco de Cachoeiro de Itapemirim
CLARINDO LINO DA SILVEIRA	Itabapoana, ES	Advogado, fazendeiro	Deputado estadual (1929-30)	Itabapoana	De família poderosa de fundadores e políticos de Itabapoana	Fez carreira no Governo Municipal de Itabapoana
CLARINDO LÍRIO	Vitória, ES		Deputado estadual (1922-24)	Vitória	Filho de Joaquim Lírio	
COLOMBO GUÁRDIA	Cachoeiro de Itapemirim	Maestro	Deputado estadual (1919-27), primeiro secretário da Assembleia (1924)	Alfredo Chaves, Cachoeiro de Itapemirim	Filho de político de Cachoeiro	
CRISTIANO DIAS LOPES	Caçado, ES	Advogado, tabelião	Deputado estadual (1920-24 e 1928-30), primeiro secretário da Assembleia (1921-24)	Vitória	Genro do coronel Antônio Honório, chefe político em Caçado	

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÔMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
EUGÊNIO PINTO NETO	Vitória, ES	Comerciante	Deputado estadual (1920-24 e 1928-30), vice-governador (1924-28)	Vitória	De família tradicional com políticos influentes em Vitória	Participava do Governo Municipal de Vitória
FERNANDO DE ABREU	Abre Campo, MG, 1884	Farmacêutico	Deputado estadual (1922-30)	Cachoeiro de Itapemirim		Participou da Aliança Liberal e da Revolução de 30
FLORENTINO AVIDOS	Rio de Janeiro, 1868	Engenheiro, industrial	Governador (1924-28), senador (1928-30)		Casou com irmã de Jerônimo e Bernardino Monteiro	Diretor de Obras Públicas de Vitória no governo Nestor Gomes
FRANCISCO ALVES ATAÍDE	Rio Novo, ES	Fazendeiro, tabelião	Deputado estadual (1922-27)	Cachoeiro de Itapemirim	Filho do coronel Estansláu Borges de Ataíde, fazendeiro e chefe político em Rio Novo, com parentela em Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim	Participou do governo municipal de Cachoeiro de Itapemirim, onde foi prefeito (1927-30)
FRANCISCO DE PAULA FIGUEIREDO DE CASTRO	Itabapoana, ES	Fazendeiro	Deputado estadual (1912, 1925-27)	Itabapoana	Pertencia a famílias que controlavam o poder em Itabapoana	Chefe político municipal
FRANCISCO GONÇALVES	Cachoeiro de Itapemirim, ES, 1898	Advogado, jornalista	Deputado estadual (1922-30), primeiro secretário da Assembleia (1927-29)	Cachoeiro de Itapemirim	Filho do coronel Ricardo Gonçalves, industrial em Cachoeiro de Itapemirim	Participou do Governo Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
FREITAS BARBOSA			Deputado estadual (1925-27)	Cachoeiro de Itapemirim		
GERALDO DE AZEVEDO VIANA	Guaçuí, ES, 1877	Professor, jornalista, advogado	Deputado estadual (1913-21), presidente da Assembleia (1919-20), deputado federal (1920-30)	Muqui		Participou por muitos anos do Governo Municipal de Muqui, líder da Aliança Liberal no Espírito Santo

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÔMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
HEITOR DE SOUZA	Minas Gerais	Advogado, magistrado	Deputado federal (1918-26)	Minas Gerais		Ministro do STF em 1926
HENRIQUE AUGUSTO WANDERLEY	Itaboraí, RJ, 1877	Advogado	Deputado estadual (1922-30), presidente da Assembleia (1926), deputado federal (1926 – 2 meses)	Alegre	Seu pai, Augusto Wanderley, foi juiz de direito em Alegre e personagem influente na vida local	Líder político em Alegre, onde foi prefeito
ILDEFONSO RAMOS CARVALHO DE BRITO			Deputado estadual (1925-30), secretário da Fazenda do governo Nestor Gomes			
JEREMIAS SANDOVAL		Comerciante, industrial, tabelião	Deputado estadual (1922-27)	Cachoeira de Itapemirim		Foi da Aliança Liberal
JOÃO DA SILVA BORGES			Deputado estadual (1925-30)			
JOÃO MARCELINO DE FREITAS	Caçado, ES	Fazendeiro	Deputado estadual (1922-30)	Caçado	Pertencia a uma das famílias que controlavam o poder em Caçado	Participava do Governo Municipal de Caçado
JOAQUIM JOSÉ BERNARDES SOBRINHO	Pernambuco	Promotor público, professor	Deputado estadual (1913-15 e 1922-24), deputado federal (1924-30)	Vitória	Genro do desembargador Gregório Magno da Fonseca	Secretário Geral do governo Bernardino Monteiro
JOAQUIM TEIXEIRA DE MESQUITA	Barra do Pirai, RJ, 1853	Médico	Deputado estadual (1925-27), senador (1927-28), vice-governador (1928-30)	Cachoeira de Itapemirim		Republicano histórico, veio para o Espírito Santo nos anos 1890, participou do Governo Municipal de Cachoeira de Itapemirim

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÔMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
JOSÉ PEDRO FERNANDES ABOUDIB	Guarapari	Advogado	Deputado estadual (1916-30), deputado federal (1930)	Anchieta	Seu pai era grande comerciante e industrial em Anchieta, genro de José Horácio Costa	1912; foi promotor público em Colatina, redator do Commercio do Espírito Santo e dirigiu o Diário da Manhã
JOSÉ RODRIGUES SETTE	Pernambuco, 1885	Advogado, professor de direito, jornalista	Deputado estadual (1925-30), secretário de Instrução Pública no governo Bernardino Monteiro	Vitória		Veu para o Espírito Santo em 1912; foi promotor público em Colatina, redator do Commercio do Espírito Santo e dirigiu o Diário da Manhã
LAURO FARIA SANTOS	São Mateus, ES, 1895. Faleceu em Vitória, 1942	Advogado	Deputado estadual (1925-30), primeiro secretário da Assembleia (1930)	Santa Leopoldina	Genro do Barão de Monjardim	Participou do Governo Municipal de Santa Leopoldina, de onde foi prefeito. Foi partidário da Reação Republicana
LOURENÇO DE MORAES FREITAS			Deputado estadual (1925-27)			
MANUEL NUNES DO AMARAL PEREIRA	Espírito Santo	Fazendeiro	Deputado estadual (1901-03 e 1919-30)	Vitória	Pertencia a famílias antigas e importantes de Vitória e da Serra	Participou do Governo Municipal de Vitória
MANUEL VIVACQUA	Espírito Santo	Fazendeiro, comerciante	Deputado estadual (1928-30)	Muniz Freire	De família de grandes fazendeiros e comerciantes exportadores de café	Participava do Governo Municipal de Muniz Freire
MÁRIO CORTE IMPERIAL	Espírito Santo	Jornalista, industrial	Deputado estadual (1922-27)	Cachoeira de Itapemirim		Fundador e diretor do jornal Alcântari, redator de O Cachoeriano
NELSON GOULART MONTEIRO	Rio de Janeiro, 1896	Advogado	Deputado estadual (1919-30), secretário do governo Florentino Avidos	Cachoeira de Itapemirim	Filho de Bernardino Monteiro	

NOME	NASCIMENTO	ATIVIDADE ECONÔMICO-PROFISSIONAL	CARGOS OCUPADOS	BASE POLÍTICA	LIGAÇÕES FAMILIARES	OUTRAS INFORMAÇÕES
OSCAR BARAUNA		Engenheiro	Deputado estadual (1928-30)	Santa Isabel (Domingos Martins)		Foi prefeito de Santa Isabel
OTÁVIO ÍNDIO DO BRASIL PEIXOTO	Serra, ES		Deputado estadual (1920-24 e 1928-30)	Santa Leopoldina e Vitória		Foi presidente da Câmara e prefeito de Santa Leopoldina e de Vitória
RODOLFO SALES PINHEIRO			Deputado estadual (1925-27)	Cachoeiro de Itapemirim		
SÍLVIO MONTEIRO AVIDOS	Cachoeiro de Itapemirim	Médico	Deputado estadual (1928-30)	Colatina	Filho de Florentino Avidos; casado com uma Vivacqua	Foi prefeito de Colatina
UBALDO RAMALHETE MIAIA	Santa Leopoldina, 1882	Advogado, jornalista	Deputado estadual (1913-15 e 1928-30), deputado federal (1918-21), secretário de estado do governo Jerônimo Monteiro, segundo vice-governador (1912-13)	Vitória		Partidário de Bernardino Monteiro em 1920; secretário de Educação do governo Florentino Avidos
VICENTE CAETANO	Caçado, ES	Advogado	Deputado estadual (1928-30)	Alegre		Chefe político em Alegre, onde foi prefeito
XENÓCRATES CALMON DE AGUIAR	Serra, ES, 1893	Advogado, jornalista, desembargador (Rio de Janeiro)	Deputado estadual (1925-30), primeiro secretário (1925-26) e presidente (1927-29) da Assembleia, deputado federal (1930)	Colatina	Pertencia a duas famílias poderosas do Espírito Santo	Participou do Governo Municipal de Linhares (Colatina), onde foi prefeito e grande liderança

Examinemos agora a representação das diversas regiões nos legislativos, estadual e federal, e no governo do estado ao longo do tempo, com base na “Relação dos Políticos Capixabas de Nível Estadual e Federal na Primeira República” que organizei. Nas duas primeiras décadas o predomínio de Vitória é marcante. Nos anos de 1890 e 1900, dos mandatos com base eleitoral identificada,<sup>229</sup> 26,8% e 27% respectivamente, foram exercidos por políticos da capital. Se acrescentarmos os municípios vizinhos – Vila Velha, Serra e Viana – cujos políticos tinham parte da família e/ou exerciam atividades profissionais ou econômicas em Vitória, esses percentuais chegam a 35,8% e 39%. Tomando o conjunto da região polarizada pela capital, que inclui os municípios de Guarapari e Nova Almeida, bem como os antigos núcleos coloniais da região serrana central, Santa Leopoldina, Santa Teresa e Santa Isabel, o percentual chega a 46% e 45,9%, respectivamente.

No governo do estado a situação era a mesma. Durante o conturbado período inicial, quando os governos duravam poucos meses, o primeiro governador, Afonso Cláudio, era de família tradicional da Serra,<sup>230</sup> mas residia em Vitória, o segundo, o Barão de Monjardim, era de Vitória, seu sucessor foi um político de Santa Leopoldina, Henrique Coutinho, cuja família se espalhava pelos municípios da capital e de seu entorno, e, finalmente, Antônio Aguirre, que participou da campanha republicana em Cachoeiro mas foi criado em Vitória, onde voltou a residir após deixar o governo. A partir de 1892, tivemos dois governos de Muniz Freire, de Vitória, um de Graciano Neves, de São Mateus, que renunciou e teve o mandato completado por José Marcelino de Vasconcelos, da capital, e finalmente, outra vez, Henrique Coutinho. Quanto aos vice-governadores, muito numerosos pois havia três a cada gestão, com

---

229 Conte o número de mandatos em todas as legislaturas, pois há deputados que só exerceram um mandato, enquanto outros estavam presentes em todas as legislaturas.

230 Em território que passou a Santa Leopoldina.

substituições eventuais, limitando-nos ao período constitucional, no qual a regularidade era maior, em todos os governos havia um político de São Mateus, Constante Sodré (três mandatos) e Graciano Neves (um mandato), em quatro governos um vice de Vitória, Henrique Cerqueira Lima (três vezes) e Argeu Monjardim, além de um vice-governador de Cachoeiro, José Gomes Pinheiro, e dois de São Pedro de Itabapoana, Augusto Cesário de Figueiredo Cortes e José Cesário Monteiro de Barros.

O sul das grandes fazendas, ou seja, os vales do Itapemirim e do Itabapoana, tinha uma representação muito menor: Cachoeiro teve 10% e 16% nos anos de 1890 e 1900 respectivamente, enquanto o conjunto da região teve 28% e 32% dos mandatos, sendo o aumento devido ao vale do Itapemirim.

Os municípios fora das duas regiões tiveram no conjunto 25% e 20% dos mandatos, destacando-se entre eles Linhares e São Mateus (incluindo Barra de São Mateus, atual Conceição da Barra) com o maior número de deputados.

Esses dados mostram que nas primeiras décadas da República a capital e municípios antigos mantiveram sua força política, apesar da prosperidade econômica da nova região cafeeira do sul. A República trouxe à cena novos personagens, mas não alterou substancialmente a correlação regional das forças políticas. Nesse período de pluripartidarismo, os chefes de todos os partidos – Construtor, União, Autonomista e Republicano Federal – eram de Vitória. O Partido Construtor, que governava o estado nessas décadas, não teve, em quase todo o período, um só político do sul em seu diretório.

Em 1908, com a eleição de Jerônimo Monteiro ao governo, a situação mudou rapidamente. O Partido Construtor Autonomista foi substituído pelo Partido Republicano Espírito-Santense, que se tornou o único partido existente até o final da Primeira República, sempre presidido por um dos irmãos Monteiro. Desde então todos os governadores eleitos eram políticos do sul, até 1924, quando foi escolhido um técnico e cunhado dos Monteiro, Florentino Avidos.

A região de Vitória ficou apenas com cargos de vice-governadores que, a partir da eleição de Bernardino, tiveram seu número reduzido de três para um.

Na Assembleia Legislativa a participação regional se inverteu. Na década de 1910, Vitória teve apenas 14,6% dos mandatos e a região que ela centralizava 33,8%, percentual igual ao de Cachoeiro<sup>231</sup> que passou de 12 mandatos nos anos 1900 para 23 nos anos 1910. A região sul recebeu 53%, mais do que a de Vitória alcançara no auge de seu poder. Note-se que o aumento da representação do sul não se verificou no vale do Itabapoana, mas apenas em Cachoeiro, Muqui e num município até então ausente do legislativo, Muniz Freire (antigo Espírito Santo do Rio Pardo), com três mandatos. Cabe notar ainda que Alegre, populoso e grande produtor de café, mas onde a oposição ao governo era forte, teve apenas um mandato, a partir de 1916, depois que a oposição (que participou ativamente da revolta contra a eleição de Bernardino, tomando o poder no município) foi derrotada.

Os municípios fora das duas principais regiões perderam representação, passando de 15 a 10 mandatos (21% a 14%). Os maiores perdedores foram Linhares/Colatina que passou de 8 a 2 mandatos, e São Mateus/Barra, cuja participação vinha declinando e nessa década não teve deputados, como também não teve vice-governadores. Comparando com a situação no início da República, quando a região teve um governador e um vice com vários mandatos, nota-se um acentuado declínio do poder político do extremo norte. Linhares/Colatina também perdeu mandatos legislativos, mas teve um vice-governador na gestão de Marcondes, Alexandre Calmon, que continuaria com Bernardino se não tivesse se engajado no movimento que recebeu seu nome, a Revolta do Xandoca. O que houve

---

231 Continuo incluindo Muqui, que se tornou município nessa década, para manter a continuidade.

no município foi a superação da antiga Linhares pela nova Colatina, base política do coronel Xandoca, cujo progresso econômico e poder político cresceriam a partir dos anos 20. Outros antigos municípios, Nova Almeida e Santa Cruz, desapareceram do Legislativo, mas Anchieta (antigo Benevente) que atravessava uma fase de prosperidade econômica, apareceu na Assembleia com quatro mandatos.

Na década de 1920, Vitória voltou a se fortalecer politicamente, dobrando o número de seus mandatos no Legislativo, alcançando o percentual de 25% do total, embora o conjunto da região tenha permanecido com representação bem inferior à do sul, 34% contra 48%. Pela primeira vez desde o início do século, saiu da região o governador do estado em 1928, Aristeu Borges de Aguiar. Entre os municípios da região, Santa Leopoldina teve quase todos os mandatos, cinco no total de seis, sendo o outro de Santa Isabel, refletindo o desenvolvimento da zona de colonização europeia.

No sul, Alegre passou de um mandato na década anterior a sete nos anos 20. São Pedro de Itabapoana, forte nas duas primeiras décadas, teve sua representação reduzida a três mandatos no Legislativo e não mais ocupou cargos de vice-governadores, depois que o número destes passou a apenas um. Porém, o mais significativo foi o fortalecimento de Cachoeiro de Itapemirim (incluindo Muqui) ao longo da Primeira República; de oito mandatos na década de 1890, chegou a 31 na de 1920, o mesmo número de toda a região de Vitória.

No Congresso Nacional, o reduzido número de representantes do Espírito Santo (três senadores e quatro deputados) dificultava as composições e provocava disputa acirrada, tanto mais que a influência da política federal era muito forte. O deputado Torquato Moreira exerceu seis mandatos, elegendo-se quatro vezes pelo “terço”, ou seja, tendo sua eleição reconhecida, como representante da oposição, pela Comissão de Verificação de Poderes da Câmara de Deputados, graças aos apoios que tinha no âmbito federal. Galdino Loreto elegeu-se cinco vezes nas chapas governistas mas, segundo a imprensa da época, era incluído nelas por influência de políticos

federais. No período de hegemonia dos Monteiro, dois mineiros foram eleitos pelo Espírito Santo: o senador João Luís Alves (1908-1918) e o deputado Heitor de Souza (1918-1923), bem como o general Jacques Ourique (1912-1915), sempre em função de articulações políticas do governo estadual com a oligarquia mineira ou, no caso do general, visando o apoio de Hermes da Fonseca, então presidente da República.

Com tantos fatores em jogo, a possibilidade de influência das lideranças locais e regionais na escolha dos candidatos era muito reduzida, ficando nas mãos do governador e da cúpula partidária a distribuição das poucas vagas.

A eleição para a Constituinte de 1890 se deu numa conjuntura dominada pela recente proclamação da República, o que favorecia a região sul do estado, onde era forte o movimento republicano. Porém, os militares que assumiram o poder haviam nomeado um governador da região de Vitória e os republicanos de Cachoeiro, haviam sido derrotados numa luta pelo poder no partido e passaram à oposição. Nessas circunstâncias, o partido governista elegeu uma chapa com pequena maioria do sul: os senadores Gil Goulart, que havia sido presidente da Câmara Municipal de Cachoeiro por muitos anos e aderira ao movimento republicano no final do Império, e José Cesário Monteiro de Barros, de São Pedro de Itabapoana, importante político do período monárquico, e o deputado Ataíde Júnior, de Itapemirim, um militar que participara do episódio de 15 de novembro. O terceiro senador, Domingos Vicente, de Viana, era um político com carreira no Império, que se integrara ao Partido Republicano no congresso em que este se dividiu, e o outro deputado era Muniz Freire, de Vitória.

No correr da década, porém, as vagas no Senado, uma a cada legislatura, foram progressivamente sendo preenchidas por políticos da região de Vitória, Henrique Coutinho e Cleto Nunes Pereira, ficando o sul sem senadores entre 1896 e 1900. Nessa última data foi eleito Luís Siqueira Lima, de Cachoeiro, sucedido em 1909 por

Bernardino Monteiro. Seus companheiros de bancada eram Muniz Freire (1905-1915) e João Luís Alves (1908-1918). Já havia começado o domínio dos Monteiro e a situação se inverteu: a região de Vitória não mais elegeu senadores, foram todos do sul – Jerônimo, Nestor Gomes, outra vez Bernardino, de Cachoeiro, e Marcílio de Lacerda, de Alegre. Somente em 1924 foi eleito um senador de Vitória, Manuel Monjardim e, em 1927, Joaquim Teixeira de Mesquita, de Cachoeiro, eleito vice-governador no ano seguinte dando a vaga no Senado para Florentino Avidos.

Na Câmara, onde o número de deputados pelo Espírito Santo foi aumentado pela Constituição de 1891 de 2 para 4, a bancada capixaba teve a presença de Torquato Moreira em seis legislaturas, como vimos. Esse importante político das primeiras décadas republicanas, hoje esquecido, era natural da Bahia e começou sua atividade profissional no Espírito Santo como médico em Itapemirim, mas logo passou a atuar em Vitória, onde tinha ligação, por casamento, com uma família influente, do desembargador Mendes Veloso e, como chefe de partido, o Partido Republicano Federal, contava com apoios em muitos municípios do estado. Era representante da oposição no Congresso, algumas vezes o único, com exceção de dois mandatos, no primeiro governo de Muniz Freire e no de Jerônimo, apoiados por ele.

As chapas governistas, até o final dos anos 1900, incluíram Galdino Loreto, como mencionamos, e mais dois ou três nomes, conforme respeitassem ou não o princípio da lista incompleta (o “terço”), embora isso só se tornasse obrigatório a partir de 1904, com a Lei Rosa e Silva. Quando foi implantada a “política dos governadores” houve uma alteração: na eleição de 1900 Muniz Freire, apesar de ser candidato ao governo do estado, foi votado como “avulso”, fora da lista do partido, e reconhecido pela Comissão de Verificação de Poderes da Câmara, exclusivamente a fim de guardar a vaga para o governador que lhe passaria o mandato, José Marcelino de Vasconcelos, eleito em novo pleito. Em 1903, o PRC apresentou lis-

ta completa, com quatro candidatos, todos reconhecidos. Foram os anos em que Torquato Moreira não fez parte da bancada. As chapas procuravam compensar o desequilíbrio entre as duas regiões, existente no Senado. Assim, quando a vaga de senador foi dada a Henrique Coutinho, os dois lugares disponíveis de deputados ficaram com Jerônimo Monteiro e Pinheiro Júnior, de Cachoeiro, o mesmo ocorrendo na eleição de Cleto Nunes, quando foram escolhidos Bernardo Horta, de Cachoeiro, e Moreira Gomes, de Itapemirim. Mais tarde, quando todos os senadores eram do sul, e a chapa governista passou a ser completa, baseando-se o governo estadual para isso no fato de haver um só partido no estado, a bancada na Câmara foi composta por deputados da região de Vitória, Manuel Monjardim, Ubaldo Ramalhete e Antônio Gomes Aguirre, este último também ligado a Cachoeiro, por sua atuação no clube republicano daquela cidade. Além deles, Heitor de Souza, mineiro que cumpriu dois mandatos. Mas, na eleição seguinte, Vitória perdeu dois deputados, com a saída dos parlamentares ligados a Jerônimo na crise de 1920, Ubaldo Ramalhete e Aguirre, substituídos por Geraldo Viana, de Muqui, e Pinheiro Júnior de Cachoeiro, que permaneceram no Congresso até 1929. Na eleição de 1924, Manuel Monjardim passou ao Senado e entrou na Câmara outro deputado de Vitória, Bernardes Sobrinho, que ficou até 1929. Em 1927 foi eleito Abner Mourão, ligado à oligarquia paulista.

Em linhas gerais, esses dados mostram que a representação regional na oligarquia que governava o estado foi marcada nas duas primeiras décadas republicanas pelo predomínio da região polarizada por Vitória, invertendo-se as posições nos anos de 1910, quando Cachoeiro de Itapemirim assumiu a liderança absoluta e, nos anos 20, embora houvesse um predomínio do sul, Vitória voltou a se fortalecer.

A primeira fase, compreendendo os anos 1890 e 1900 corresponde ao período de liderança de Muniz Freire e predomínio do Partido Construtor (1890-1908). Os anos de 1910, mais exatamente

de 1908 a 1920 são os da liderança avassaladora de Jerônimo Monteiro, secundado por Bernardino. Os anos 20 são marcados pelo declínio de Jerônimo com a manutenção do poder por Bernardino, mas não se trata mais do poder quase exclusivo da fase anterior. O novo chefe terá que contar com outras forças políticas, tanto mais que o Espírito Santo se desenvolveu, sua sociedade se tornou mais diversificada, Vitória se posicionou como um importante porto comercial, e essas transformações não podiam deixar de se refletir na política.

Examinemos agora os dados sobre profissões e ligações familiares desses políticos da oligarquia estadual. Quem eram os homens que constituíram essa oligarquia? Procurei obter informações sobre eles nas mais diversas fontes, e o que consegui não é suficiente para delinear um quadro completo, mas permite tirar algumas conclusões seguras.

A República trouxe a ampliação e a renovação dos quadros oligárquicos. Aumentou o número de deputados, de 20 provinciais para 25 estaduais, de 2 gerais para 4 federais, o Senado deixou de ser vitalício, foram criados os cargos de presidente (governador) e três vice-presidentes do estado. Além do que a bancada de nível nacional passou a ser integrada por políticos do estado, embora com algumas exceções, o que não era a regra no Império.

Além do aumento quantitativo dos cargos, a mudança do regime e a instabilidade política dos primeiros anos favoreceram a renovação. Assim, a oligarquia republicana era muito mais numerosa e foi amplamente renovada. Nas duas primeiras décadas ela contou com 81 membros, dos quais apenas 18 haviam ocupado cargos de nível provincial no Império. Alguns deles desempenharam papel importante no período, como o Barão de Monjardim, Domingos Vicente, Joaquim Lírio, Cleto Nunes e Muniz Freire. Entre os novos membros, 16 eram republicanos que haviam pertencido aos clubes de propaganda do regime. Os 46 restantes não constam das listas de ocupantes de cargos de nível provincial da monarquia nem dos membros dos clubes republicanos. Alguns eram descendentes

de políticos do período imperial: dos poderosos chefes políticos do Itapemirim em meados do século XIX, o Barão de Itapemirim e os Bittencourt, dos barões de Monjardim e de Aimorés, e de outras lideranças, como se pode ver na “Relação dos Políticos Capixabas...”. Alguns, originários de outros estados e recém-formados em cursos superiores, foram em busca de oportunidades no Espírito Santo e aí haviam iniciado carreiras bem-sucedidas, como é o caso de Horácio Costa, Torquato Moreira, Galdino Loreto, Paulo de Melo e tantos outros, ou que foram designados para ocupar cargos no estado, aí se fixaram, como o médico da Marinha Henrique Cerqueira Lima e os juízes Estevão de Siqueira e Clodoaldo Linhares. Nas décadas seguintes, continuará a inclusão de profissionais de nível superior provenientes de outros estados como Fernando de Abreu e Florentino Avidos.

Ao longo de toda a República, a presença dos profissionais de nível superior na oligarquia foi relevante. Do total de 175 políticos, conhecemos a profissão de 147, dos quais 85 (57,8%) pertencem a essa categoria. Os mais numerosos são os bacharéis em direito, figuras tradicionais na política brasileira desde o Império. O conhecimento das leis e das práticas da justiça os favorecia no desempenho das atividades políticas, mas os médicos também eram numerosos, chegando a ser majoritários nas duas primeiras décadas republicanas. Numa época em que esses profissionais ainda eram relativamente raros e os serviços públicos de saúde quase inexistentes, o médico desfrutava de grande prestígio e influência social. Ele tinha uma clientela, palavra que designa tanto os pacientes habituais de um médico quanto os dependentes de um chefe político do qual recebem benefícios que retribuem com apoio e votos.

Nos primeiros tempos da República, vários políticos importantes eram funcionários públicos, ocupantes de cargos elevados, sem formação de nível superior, embora fossem considerados homens cultos. Augusto Calmon e Cleto Nunes são exemplos. No governo Jerônimo Monteiro foi proibida a acumulação de cargos

públicos passíveis de demissão com mandatos legislativos e, como os cargos do executivo eram de livre provimento do governo, essa prática desapareceu. Os juízes desempenharam um papel relevante na política estadual e alguns fizeram carreira política de destaque, como se vê na “Relação dos Políticos Capixabas...”.

Os oligarcas que eram apenas fazendeiros constituíam uma minoria (18%). Essa proporção foi um pouco maior no período de forte predomínio de Cachoeiro nos anos de 1910 (22%), e menor na década de 1920 (11%). Os comerciantes eram ainda mais raros: correspondem a 7,5% do total e, se acrescentarmos alguns que eram também fazendeiros, chegaremos a 10%. Os coronéis, fazendeiros e comerciantes preferiam entregar as tarefas político-partidárias aos doutores, filhos, genros ou parceiros, que deviam agir como seus representantes e eram reconhecidos por todos como tais. Daí o grande número de filhos e genros de fazendeiros, que acabavam herdando propriedades e poder político. Os “doutores” que possuíam fazendas não são mencionados nas fontes como fazendeiros e sim por sua formação superior. Sempre que encontrei essa informação incluí-a na “Relação dos Políticos Capixabas...”, mas não é possível contá-los com alguma precisão. Um homem como Luís Siqueira Lima, por exemplo, filho e herdeiro de fazenda do Barão de Itapemirim, aparece como advogado, profissão que exercia, ou como juiz que foi por algum tempo. Na realidade, a propriedade de fazenda era tão generalizada na elite que não merecia registro, a não ser no caso em que a condição de fazendeiro era exclusiva.

Um expressivo número de oligarcas foi professor (12,9%), mas o magistério sempre se constituiu numa atividade complementar, jamais a única. Os jornalistas foram ainda mais numerosos (22,4%), mas, com apenas duas exceções, tratava-se de jornalismo político exercido nos jornais partidários, simultaneamente a outra profissão.

A “Relação dos Políticos Capixabas...” evidencia características fundamentais das oligarquias da Primeira República: o recruta-

mento entre os membros de famílias poderosas e a força das relações de parentesco. Grande parte dos oligarcas pertencia, por nascimento ou casamento, a famílias poderosas desde o período monárquico, outros eram parentes próximos, filhos, genros, cunhados de políticos influentes, e mesmo alguns que iniciaram a carreira política apenas com seus recursos pessoais, uniram-se pelo casamento a famílias poderosas. Algumas famílias deram numerosos membros à oligarquia, como os já mencionados barões do Itapemirim e de Monjardim, os Calmon, os Coutinho, os Lírio, os Monteiro etc. Muitos dos que não tinham ligações familiares conhecidas eram originários de outros estados e se tornaram grandes fazendeiros ou comerciantes no Espírito Santo, ou ainda, aí chegaram para ocupar cargos nos quais conquistaram influência e prestígio.

Quando analisamos a representação regional na oligarquia, distinguimos três fases: a inicial, de predomínio de Vitória e liderança de Muniz Freire; a segunda, marcada pela preponderância de Cachoeiro de Itapemirim e o domínio dos Monteiro; e a terceira, na qual se mantém o poder do sul, mas Vitória volta a se fortalecer. Examinaremos agora cada uma dessas fases.

A primeira fase tem início numa conjuntura de desenvolvimento econômico particularmente favorável à cidade de Vitória, capital e porto. O comércio direto com o exterior fora estabelecido na década anterior, beneficiando as casas importadoras e exportadoras locais e atraindo novas firmas, como a Hard & Rand, que abriu filial em Vitória. O crescimento da renda gerada pelo café, com produção e preço em alta, levou à ampliação do mercado consumidor, inclusive de produtos finos, incentivando a diversificação das mercadorias oferecidas pelo comércio e a abertura de novas lojas, bem como o setor de serviços.

A República trouxe uma nova distribuição dos recursos fiscais, aumentando substancialmente a arrecadação do estado capixaba, que passou a contar integralmente com o imposto sobre a exportação, de grande importância numa economia muito pouco

diversificada, com fraco mercado interno, baseada na produção do café. Esse fato contraria a generalização apressada predominante na historiografia segundo a qual os pequenos estados foram prejudicados pela reforma fiscal da Constituição de 1891, afirmação baseada na falsa suposição de que eles nunca eram exportadores. O aumento do poder e da autonomia que o regime federativo trouxe ao Espírito Santo favoreceu a capital, sede desse poder, que passou a contar com um aparelho estatal ampliado e diversificado para atender às novas funções. Com tudo isso, Vitória viveu alguns anos de euforia e progresso.

Foi o tempo do auge da influência de Muniz Freire. Embora ele tivesse começado sua carreira política no Império e logo se destacado, estava subordinado à chefia, nem sempre amigável, do Barão de Monjardim, que dirigia o Partido Liberal, ao qual pertencia, e sua atuação era muito limitada pelo centralismo da política imperial. A República lhe deu a oportunidade de formar e dirigir seu próprio partido e de procurar concretizar os projetos que formulara para o Espírito Santo, como político e jornalista, nos anos anteriores. Após a proclamação da República afastou-se da cena política por alguns meses, mas voltou a atuar e, quando se tratou da reorganização partidária, com vistas à eleição para a Constituinte, exerceu a influência que conquistara como liderança renovadora nos últimos anos do Império, enfrentando e vencendo a força política dos chefes republicanos de Cachoeiro de Itapemirim, Bernardo Horta e Antônio Aguirre, afastando-se do Barão de Monjardim e se tornando o presidente do novo Partido Republicano Construtor, no governo com Afonso Cláudio. Eleito deputado à Constituinte, envolveu-se na política nacional tomando posições inspiradas no positivismo, mas também no liberalismo econômico e político e a favor do federalismo, o que o levou a integrar a oposição a Deodoro no correr da luta que se travou entre o presidente e o Congresso. Essa oposição, conduzida com coerência e destemor, causou ao Partido Construtor a perda do governo do estado por alguns meses, mas colocou-o ao lado dos vitoriosos

no longo prazo, e deu a Muniz Freire prestígio nacional. De volta ao poder estadual, o partido o elegeu governador, em 1892.

Seu programa de governo, já exposto em seus pontos principais anteriormente, procurava atender a mais urgente reivindicação do sul das grandes fazendas com a introdução de grande quantidade de imigrantes estrangeiros, mas estava centrado num projeto de transformação de Vitória no centro comercial e financeiro da economia de estado, o que implicaria em desfazer as relações da economia cafeeira do sul com o Rio de Janeiro. A primeira providência nesse sentido foi o início da construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, acompanhada da proibição de construção de qualquer ferrovia ligando Cachoeiro de Itapemirim ao litoral, antiga aspiração local. Embora o projeto de Muniz Freire não tenha se concretizado naquela ocasião, o início de sua implementação mostra como a preponderância política da região de Vitória foi utilizada a favor daquela cidade e do capital comercial nela sediado. Após o primeiro governo de Muniz Freire, a crise do café se abateu sobre a economia do estado, tirando dos governos a possibilidade de realizar novos investimentos, mas a construção da estrada de ferro continuou enquanto foi possível.

O domínio do Partido Construtor perdurou até 1908, mas essa fase foi de multipartidarismo: a oligarquia capixaba estava dividida em partidos, que se enfrentavam nas eleições e, embora o partido governista fosse sempre vitorioso, as oposições conseguiam eleger alguns representantes nos legislativos e nos governos municipais, além de contar, muitas vezes, com a aliança de dissidentes do partido do governo. Todo o período foi de intensa agitação política; na primeira década ligada às lutas travadas no plano federal e, nos anos finais, causada pela disputa do poder entre Muniz Freire e Henrique Coutinho.

Muniz Freire era a principal liderança do partido governista, mas nem sempre conseguiu mantê-lo sob seu controle. Ele não foi um chefe oligarca típico da Primeira República: não se apoiava

numa rede de parentesco que caracterizasse uma oligarquia familiar, nem estabeleceu um poder pessoal que lhe permitisse dominar integralmente o seu partido. Isso ficou claro quando, após seu primeiro governo, afastou-se para a França e o diretório não cumpriu os compromissos assumidos por ele e criou uma grave crise que dividiu o partido. Ao voltar, recuperou sua força política reunificando o PRC em torno de sua candidatura a um novo governo, mas enfrentou o mais grave momento da crise financeira e saiu enfraquecido, ao ponto de seu sucessor Henrique Coutinho negar-lhe a indicação de dois candidatos ao governo municipal de Vitória. Foi derrotado na luta que se seguiu, e só se manteve no Senado devido á influência que tinha no plano federal. No Espírito Santo tornou-se um chefe opositorista.

Embora a oligarquia nessa fase não tivesse um caráter familiar, as relações de parentesco desempenhavam um papel de grande importância na política, como afirmamos anteriormente, e convém uma referência ao caso de Muniz. Ele pertencia, pela mãe, a uma poderosa família de políticos do Império, a mesma do Barão de Monjardim, de quem sua mãe era prima. Seu pai, engenheiro baiano, foi deputado provincial e jornalista político nos anos 1860, faleceu precocemente e Muniz passou aos cuidados do avô materno, também deputado provincial pelo Partido Liberal, chefiado por José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, o coronel Monjardim, pai do barão. Essa ligação familiar propiciou, sem dúvida, o início da carreira do jovem recém-formado, que já se engajara politicamente quando estudante da Faculdade de Direito de São Paulo, porém, não muito tempo depois, suas relações políticas com o futuro Barão de Monjardim, que sucedera o pai na chefia do partido, já não eram boas, na opinião de políticos contemporâneos, e, no início da República, os dois se tornaram chefes dos dois partidos que disputavam renhidamente o poder. Um filho do barão, Argeu, casara-se com a filha de Muniz, mas ficou ao lado do pai, combatendo o sogro no jornal partidário. No auge do poder de Muniz, ele e o barão

foram adversários. As voltas da política os reaproximaram, uniram seus partidos quando se tratava da eleição de Muniz para o segundo mandato, e este fez de Argeu um dos vice-governadores de Henrique Coutinho, ao deixar o governo. Continuaram aliados, mas a ascensão de Jerônimo acabou levando os Monjardim a se aproximarem dos Monteiro, com um rompimento passageiro no episódio da eleição de Marcondes. Com forte influência na política da região de Vitória, os Monjardim exerceram cargos importantes no congresso nacional e também na Câmara Municipal de Vitória.

Nessa fase de pluripartidarismo, as facções oligárquicas formaram, dissolveram e fundiram partidos, os grupos políticos que as constituíam ora aliavam-se ao governo, participando do Partido Construtor, ora estavam na oposição, configurando um quadro partidário bastante fluido.

Na fase de liderança de Jerônimo Monteiro a oligarquia assumiu um caráter familiar. Ele ascendeu ao poder beneficiando-se da influência do irmão Fernando, bispo do Espírito Santo, e teve o apoio de outro irmão, Bernardino, chefe político em Cachoeiro de Itapemirim. Ele próprio não atuara diretamente na política municipal. Desde o início, sua carreira foi favorecida pela posição ocupada por sua família e pelas relações de parentesco que ele soube mobilizar. Seu pai, Francisco de Souza Monteiro, mineiro de nascimento que se tornou grande fazendeiro e chefe político em Cachoeiro de Itapemirim, trouxe muitos parentes de Minas Gerais e, com seus numerosos filhos, formou extensa parentela. Seu avô materno, Bernardino Rios, também viera de Minas e se estabelecera como grande comerciante e fazendeiro em Cachoeiro, com numerosa prole. Depois de passar vários anos fora do Espírito Santo, realizando seus estudos secundários e cursando a Faculdade de Direito de São Paulo, antes mesmo de se formar, Jerônimo foi nomeado promotor em Cachoeiro de Itapemirim e trabalhou orientado pelo irmão Bernardino, já estabelecido como advogado. Em 1894, Bernardino casou-se com Iná, filha de Gil Goulart, senador pelo Espírito Santo, de quem

foi muito próximo. Jerônimo se formou no mesmo ano e, sem qualquer militância política, nem mesmo estudantil, foi incluído na chapa de deputados estaduais do Partido Construtor, na eleição de 1895. No ano seguinte, Bernardino foi eleito para o governo municipal de Cachoeiro, em eleição contestada pela oposição, mas apoiada pelo governador Muniz Freire e garantida pelo Tribunal de Justiça. No ano seguinte, porém, Gil Goulart passou para a oposição e o genro o acompanhou. Continuou no cargo até 1909, reelegendo-se sucessivas vezes, tornando-se um chefe político poderoso no município.

Jerônimo exerceu seu mandato apoiando o governo e destacando-se no legislativo estadual. Terminou-o num momento de intensa luta política no estado e no país, acompanhada de crise interna no PRC, e foi escolhido como nome de Cachoeiro, onde o partido sofria a dissidência de uma figura influente, Luís Siqueira, para ocupar uma das vagas de deputado federal. No ano seguinte, 1898, deixou o partido, e, cumprido o mandato, fundou uma nova agremiação, o Partido da Lavoura, que concorreu à eleição para o governo do estado tendo como candidato outro dissidente do PRC, Ramiro de Barros Conceição. Derrotado no pleito, em 1900, Jerônimo mudou-se para São Paulo, onde contava com o apoio do sogro, Cícero Bastos, que tinha excelentes relações na elite local, e iniciou em Santa Rita do Passa Quatro nova carreira profissional e política. De lá saiu para ocupar o governo do Espírito Santo.

As circunstâncias de sua eleição já foram relatadas em capítulo anterior; destaco apenas aqui que ela se beneficiou do auxílio decisivo do irmão Fernando, bispo do Espírito Santo, do apoio de Bernardino, bem como da posição influente que a família Monteiro possuía em Cachoeiro de Itapemirim.

No governo e na presidência do novo partido que criou, o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), Jerônimo colocou os irmãos em cargos políticos importantes. Bernardino tornou-se senador em 1909, e foi substituído no legislativo estadual pelo irmão José, que deixou o cargo para presidir o Banco Hipotecário e Agrí-

cola, criado por Jerônimo, dando a vaga de deputado para o irmão Antônio, que presidiu a casa e faleceu em 1913, quando Jerônimo, que já havia deixado o governo, o substituiu. Em 1915, elegeu-se deputado federal (1915-1918), e depois senador (1918-1927).

Na eleição para o governo do estado em 1916, Jerônimo desafiou o presidente da República, a oposição de grande parte de seus aliados políticos e enfrentou uma revolta armada a fim de garantir a transmissão da presidência ao irmão Bernardino. Vitoriosa, a família Monteiro dominou completamente a política capixaba até 1920.

O pluripartidarismo teve fim, com a fundação do PRES, em 1908, presidido por Jerônimo, único partido existente no estado a partir de então. Na ausência de outra agremiação, os governistas deixaram de concorrer com chapa incompleta nas eleições em todos os níveis. Em alguns casos, em conjunturas nas quais a oposição estava mais ativa, esta podia receber algumas vagas, como ocorreu após a eleição estadual de 1912, quando o governo negociou com o chefe oposicionista Muniz Freire alguns nomes na chapa de deputados estaduais.

Com Jerônimo, um município do sul chegou pela primeira vez ao governo do estado e vimos que, daí em diante, a representação dessa região se tornou majoritária no legislativo, porém, em sua gestão, a política pública mais bem sucedida foi dirigida a Vitória: a instalação dos serviços há longo tempo esperados pela população – água encanada, esgoto, iluminação elétrica e bondes elétricos. Isso lhe deu grande popularidade na capital, onde até então era pouco conhecido. O predomínio político do sul não implicou no desfavorecimento de outras regiões; na verdade, a ação do governo atingiu o conjunto do território, e Jerônimo passou a ser reconhecido como um líder de todo o estado.

O governo de Bernardino, envolvido em dificuldades financeiras, teve como principal realização um programa viário, com estradas de rodagem e de ferro espalhadas pelo estado. Não deixou, porém, de contemplar o Itapemirim, com a ferrovia ligando Cacho-

eiro ao porto da Barra, cuja execução fora proibida por Muniz Freire, mas que, na conjuntura dos anos 20, quando foi concluída, serviu ao objetivo do antigo governador: levar o café da região para Vitória.

Cabe ressaltar que a oposição aos Monteiro não teve caráter regional; um dos mais constantes e ferrenhos adversários de Jerônimo foi Pinheiro Júnior, de Cachoeiro de Itapemirim, e, nas duas crises sucessórias que agitaram o período, as facções oligárquicas que se enfrentaram tinham chefes políticos de Cachoeiro entre seus membros. Em 1912, na eleição de Marcondes, Bernardo Horta e Pinheiro Júnior, entre outros; em 1916, o candidato da oposição era justamente Pinheiro Júnior, apoiado por outros cachoeirenses como Fernando Abreu e os Amorim, e um dos municípios onde a revolta contra a eleição de Bernardino era mais forte foi Alegre, enquanto tradicionais líderes de Vitória, Muniz Freire e os Monjardim ficaram com os Monteiro.

O início dos anos 1920 foi marcado pelo conflito entre Jerônimo e Bernardino e a consequente divisão da oligarquia. A derrota de Jerônimo naquele episódio e, pouco depois, na Reação Republicana, enquanto Bernardino assumia o comando do PRES, levaram ao enfraquecimento do antigo líder e à recomposição das forças oligárquicas em torno do partido. Porém, o poder de Bernardino não era mais o que fora o dos irmãos Monteiro na fase anterior; na cúpula partidária encontrava-se agora o antigo adversário Pinheiro Júnior, e os governadores que se sucederam agiram com autonomia, inclusive na escolha de seus sucessores.

A década de 1920 foi uma época de prosperidade e progresso no Espírito Santo, dos quais Vitória muito se beneficiou; seu porto passou a exportar uma quantidade crescente de café, inclusive do sul do estado e de Minas Gerais, e a maior parte da exportação, na segunda metade da década, era feita por firmas capixabas. O aumento dos rendimentos privados e da arrecadação pública propiciou uma transformação da capital, que finalmente se modernizou, tanto no urbanismo quanto nos costumes. Cresceram as camadas médias ur-

banas, aumentou o nível de instrução e de informação e a difusão e o debate de novas ideias. Os governadores investiram na capital e foram os principais responsáveis por sua transformação. Os grandes comerciantes locais se fortaleceram politicamente e a Associação Comercial de Vitória passou a desempenhar um papel relevante na política capixaba. A capital voltou a ter uma representação de peso no Legislativo.

Porém, o sistema oligárquico não se alterou: o PRES continuou como partido único, promovendo eleições em lista completa. Os partidários de Jerônimo que não se submeteram aos novos chefes foram alijados da política, e o próprio Jerônimo, com toda a popularidade que mantinha, não conseguiu renovar seu mandato de senador. A oposição só ganhou espaço quando a Aliança Liberal conquistou parlamentares até então governistas e aliados na elite.

O Espírito Santo era um estado pequeno em território e população, fraco econômica e politicamente; com uma bancada minúscula de quatro deputados na Câmara Federal. A “política dos governadores” fortaleceu o poder das oligarquias estaduais dentro de seus estados, mas manteve sua subordinação ao poder federal, no qual as oligarquias paulista e mineira exerciam a hegemonia, e tinham alguma influência as oligarquias de “segunda grandeza”, entre as quais se destacava o Rio Grande do Sul.

Nesse contexto, o Espírito Santo esteve sempre subordinado ao poder federal, ou seja, à presidência da República e às forças políticas que controlavam o Congresso Nacional. Seus chefes políticos procuravam estabelecer alianças com as oligarquias hegemônicas ou com grupos poderosos delas, visando obter benefícios para o estado ou para suas próprias carreiras políticas.

Na verdade, os benefícios para o estado foram muito raros e de pequeno vulto. A única obra importante, a construção do porto de Vitória, iniciada no governo de Nilo Peçanha, foi

logo abandonada e sua execução somente teve continuidade nos anos 20, pelo governo do estado com recursos próprios.

Nos capítulos anteriores, que relatam os acontecimentos da política estadual, encontramos numerosos casos nos quais a ingerência dos presidentes da República e dos poderosos líderes do Congresso Nacional aparece claramente, sobretudo nos momentos de sucessão do governo estadual, mas não apenas nestes. Vimos Muniz Freire procurando negociar com Afonso Pena uma candidatura que lhe fosse favorável na sucessão de Henrique Coutinho, mas sendo atropelado pela ação de Jerônimo Monteiro junto a João Luís Alves e, na sequência, a eleição de Jerônimo com amplo apoio das oligarquias mineira e paulista. Na sucessão do próprio Jerônimo, quando uma parte da oligarquia se rebelou contra a candidatura de Marcondes Alves de Souza, e foi procurar apoio nas forças ditas “salvacionistas” do governo Hermes da Fonseca, enquanto Jerônimo contra-atacava oferecendo uma vaga de deputado federal ao general Ourique. Por sua vez, Marcondes, já no governo, procurou a proteção de Pinheiro Machado, na tentativa de se emancipar dos Monteiro. Na eleição de Bernardino o conflito chegou à luta armada e envolveu o presidente da República, Wenceslau Brás, facções da oligarquia mineira, posicionando-se de ambos os lados e o Congresso Nacional. A eleição de Nestor Gomes provocou outro conflito armado, a intervenção federal e uma solução pelo Congresso Nacional. Lembre-se, também, o reconhecimento de uma chapa de oposição patrocinada por Muniz Freire para a Câmara de Deputados e o Senado, em lugar daquela apresentada pelo governo estadual e comumente aceita segundo os princípios da “política dos governadores”.

A relação desigual entre os políticos estaduais e o poder hegemônico se expressa com total clareza na aliança estabelecida por Jerônimo Monteiro com a oligarquia mineira quando de sua eleição ao governo do estado com a colaboração decisiva

do deputado federal mineiro João Luís Alves. Jerônimo retribuiu concedendo ao deputado dois mandatos sucessivos de senador pelo Espírito Santo. Os oligarcas capixabas esperavam que ele obtivesse investimentos federais para o estado, o que não ocorreu, e o senador liderou a campanha da oposição à candidatura de Bernardino Monteiro, conseguindo o apoio ativo do presidente Wenceslau Brás. Porém, Jerônimo mobilizou outros políticos mineiros que fizeram o presidente recuar e acabaram sustentando Bernardino no Congresso Nacional e garantindo sua vitória. Outra vez, uma vaga do Espírito Santo foi oferecida a um mineiro, agora de deputado, para Heitor de Souza, que renovou o mandato e só o deixou seis anos depois, quando foi nomeado para o Supremo Tribunal Federal. Então, Jerônimo não estava mais no poder. Poucos anos depois, Aristeu Aguiar ligaria seu governo à oligarquia paulista, que dirigia a política de valorização do café, importante para o Espírito Santo, e ocupava a Presidência da República com Washington Luiz. De novo, o estado daria um mandato de senador para reforçar a aliança. Dessa vez, tratava-se de um capixaba de nascimento que fizera carreira de jornalista em São Paulo, chegando a dirigir um jornal da oligarquia estadual, que ele defendia, Abner Mourão. Essa aliança fez com que o Espírito Santo estivesse profundamente ligado a Washington Luiz quando sobreveio a Revolução de 30.

Com ela, teve fim o sistema político da Primeira República, e o Espírito Santo passou a ser governado por um interventor militar. Coronéis e antigos oligarcas, de modo geral, não perderam inteiramente o poder, mas tiveram que encontrar outras formas de exercê-lo.



## Referências bibliográficas das obras citadas no Prefácio

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *Morte na República: os últimos anos de Pinheiro Machado e a Política Oligárquica (1909-1915)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2004.

ENDERS, Armelle. *Pouvoir et fédéralisme au Brésil: 1889-1930*. Paris: Université de Paris IV Sorbone/Institut d'Histoire, 1993.

FANAIA, João Edson de Arruda. *Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)*. Cuiabá: UFMT, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Em busca da idade do ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

\_\_\_\_\_. *Le système politique sous la Première République: un bilan des principales générations historiographiques*. In: ROLLAND, Denis; SANTOS, Marie-José Ferreira dos; RODRIGUES, Simele (org.). *Le Brésil: territoire d'histoire. Historiographie du Brésil contemporain*. Paris: L'Harmattan, 2013.

FREIRE, Américo Oscar G. *Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada do século XX*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

GUNTER, Axt. *Gênese do Estado moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. Porto Alegre: Paiol, 2011.

KUGELMAS, Eduardo. *Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

MARTINS FILHO, Amílcar. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

NEGRO, Antônio Luigi; BRITO, Jonas. *Mãe parálitica no teatro das oligarquias? O papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite*. *Vária História*, v. 29, n. 51, p. 863-887, set./dez. 2013.

PINTO, Surama Conde Sá. *Elites políticas e o jogo de poder na cidade do Rio de Janeiro (1909-1922)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. *Só para iniciados: o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2011.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. *Oligarquia e elites políticas no Espírito Santo: a configuração da liderança de Moniz Freire*. Tese (Doutorado), Universidade Federal do

Espírito Santo, Vitória, 2016.

SARMENTO, Sílvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador: EDUFBA, 2011.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

\_\_\_\_\_; ALENCAR, José Almino (org.). *A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre: PUCRS, 2016. v. 1.

### Fontes Inéditas

ESPÍRITO SANTO (Estado). Arquivo Público. Arquivo Maria Stella de Novaes. Carta de Jerônimo Monteiro a dom Fernando Monteiro, 23 de outubro de 1903.

NOVAES, Henrique de. *Memórias*. (datiloscrito).

### Anais e Mensagens

BRASIL. *Anais do Congresso Constituinte da República*. [1890-1891]. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais: 1920*. Sessões de 1 a 30 de junho de 1920. Sessão de 15 de junho de 1920. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.

BRASIL. Congresso. *Intervenção nos estados (Espírito Santo – 1907)*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1907. (Documentos Parlamentares, v. 4).

\_\_\_\_\_. *Intervenção nos estados (Espírito Santo – 1916)*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1917. (Documentos parlamentares, v. 10).

\_\_\_\_\_. *Intervenção nos estados (Espírito Santo – 1920)*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1923. (Documentos Parlamentares, v. 15).

BRASIL. Congresso. Senado. *Anais: 1914*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Congresso Legislativo. *Anais: 1894*. Vitória.

\_\_\_\_\_. *Anais: 1905*. Vitória.

\_\_\_\_\_. *Anais: 1920*. Vitória.

\_\_\_\_\_. *Anais: 1921*. Vitória.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1896-1897 (Graciano dos Santos Neves). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 22 de setembro de 1896*. Disponível

em <www.ape.es.gov.br>.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Vice-presidente, 1897-1898 (Constante Gomes Sodré). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 13 de setembro de 1897*. Disponível em <www.ape.es.gov.br>.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1898-1900 (José Marcelino Pessoa de Vasconcelos). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 7 de setembro de 1898*. Disponível em <www.ape.es.gov.br>.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1900-1904 (José de Melo Carvalho Muniz Freire). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 2 de outubro de 1902*. Disponível em <www.ape.es.gov.br>.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1908-1912 (Jerônimo de Souza Monteiro). *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo em 24 de setembro de 1908*. Disponível em <www.ape.es.gov.br>.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1912-1916 (Marcondes Alves de Souza). *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo em 8 de outubro de 1912*. Disponível em <www.ape.es.gov.br>.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 22 de outubro de 1913*. Disponível em <www.ape.es.gov.br>.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 15 de outubro de 1914*. Disponível em <www.ape.es.gov.br>.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 8 de setembro de 1915*. Disponível em <www.ape.es.gov.br>.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1916-1920 (Bernardino de Souza Monteiro). *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo em 13 de setembro de 1917*. Disponível em <www.ape.es.gov.br>.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 16 de outubro de 1918*. Disponível em <www.ape.es.gov.br>.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 12 de outubro de 1919*. Disponível em <www.ape.es.gov.br>.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1920-1924 (Nestor Gomes). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 31 de outubro de 1921*. Disponível em <www.ape.es.gov.br>.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 7 de setembro de*

1922. Disponível em <www.ape.es.gov.br>.

\_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 3 de maio de 1923*. Disponível em <www.ape.es.gov.br>.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente, 1924-1928 (Florentino Avidos). *Mensagem final dirigida ao Congresso Legislativo em 15 de junho de 1928*. Disponível em <www.ape.es.gov.br>.

## Periódicos

*O Cachoeirano*. Cachoeiro de Itapemirim. 1898-1900; 1911-1913; 1919-1920.

*Commercio do Espírito Santo*. Vitória. 1894-1912.

*Diário da Manhã*. Vitória. 1908; 1910; 1927-1930.

*O Estado*. Vitória. 1921-1922.

*O Estado do Espírito Santo*. Vitória. 1890-1904; 1909.

*A Folha da Victoria*. Vitória. 1889.

*A Gazeta*. Vitória. 1928-1930.

*Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro. 1916; 1920.

*Jornal Official*. Vitória. 1905-1908.

*O Pharol*. Vitória. 1890.

*Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Vitória. 1922; 1925; 1926; 1929; 1939; 1957-1959; 1997; 2004; 2015.

*Vida Capichaba*. Vitória. 1928-1929.

## Bibliografia Geral

ABRANCHES, João Dunshee de. *Como se faziam presidentes: homens e fatos do início da República*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

\_\_\_\_\_. *Governos e congressos da República dos Estados Unidos do Brasil: 1889-1917*. São Paulo: M. Abranches, 1918.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975-1976, v. 1.

BEIGUELMAN, Paula. *Pequenos estudos de ciência política*. São Paulo: Ed. Centro Universitário, 1967.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico bra-*

- sileiro: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense Universitária: CPDOC, 1984.
- BELLO, José Maria. *História da República 1889-1954: síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. 7 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UnB, 1991.
- BORGES, Vavy Pacheco. *A "História da República": um objeto, alguns temas, alguns conceitos*. Campinas: IFCH/UNICAMP, n. 31, 1991.
- CAMMACK, Paul. O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica. In: *Cadernos*. DCP. Belo Horizonte, 5:1-20, mar. 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO-SILVA, Vera Alice. O significado da participação dos mineiros na política nacional durante a Primeira República. In: *V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.
- CARONE, Edgard. *A República Velha: evolução política*. São Paulo: Difel, 1971.
- \_\_\_\_\_. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1972.
- \_\_\_\_\_. *O tenentismo: acontecimentos, personagens, programas*. São Paulo: Difel, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Coronelismo*. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; CPDOC, 1984.
- \_\_\_\_\_. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Relume Dumará, 1996.
- CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTRO, Sertório de. *A República que a revolução destruiu*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1932.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. 2 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1958.

- FAUSTO, Boris. *Estado e burguesia agroexportadora na Primeira República: uma revisão historiográfica*. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, n. 27, jul. 1990.
- \_\_\_\_\_. *Pequenos ensaios de história da República: 1889-1945*. São Paulo: CEBRAP, 1970.
- \_\_\_\_\_. *A Revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- \_\_\_\_\_. (org.). *O Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1975-1981. (História geral da Civilização Brasileira).
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Edições Tempo Brasileiro, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A Reação Republicana e a crise política dos anos 20*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993.
- \_\_\_\_\_. (coord.). *A República na velha província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo; QUADROS, Jânio. *História do povo brasileiro*. v. 5. São Paulo: JQ Editores Culturais, 1967.
- FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República, 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce e ALBERTI, Verena (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Nova Fronteira, 2002.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- KAY, Geoffrey. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento: uma análise marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- KUGELMAS, Eduardo. *Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. 1986. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Huma-

- nas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana*. São Paulo: Vértice, 1987.
- LEVINE, Robert. *A velha usina: Pernambuco na Federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de outubro – 1930*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LIRA, Augusto Tavares de. O Senado na República (1890-1930). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 210, p. 2-102, jan./mar. 1951.
- LOVE, Joseph LeRoy. *A locomotiva: São Paulo na Federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. *A economia política do café com leite (1900-1930)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Clientelismo e representação em Minas Gerais durante a Primeira República: uma crítica a Paul Cammack*. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 175-197, 1984.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *Ruralismo: agricultura, poder e Estado na Primeira República*. 1990. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- NAVA, Pedro. *Baú de Ossos*. 7 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias, 1889-1943: a Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

- PEREIRA, Luiz. *Capitalismo: notas teóricas*. São Paulo: Liv. Duas Cidades, São Paulo, 1977.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PORTO, Costa. *Pinheiro Machado e seu tempo: tentativa de interpretação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República: jacobinismo, ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- REIS, Elisa Pereira. Interesses agroexportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930. In: SORJ, Bernardo e CARDOSO, Fernando Henrique (Orgs.). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ROMERO, Sílvio. *Provocações e debates*. Porto: Livraria Chardron, 1910.
- ROURE, Agenor de. *A Constituinte Republicana*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.
- SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Classe média e política na Primeira República brasileira (1889-1930)*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Liv. Duas Cidades, 1978.
- SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: Difel, 1975.
- SERENI, Emilio (org.). *Agricultura y desarrollo del capitalismo*. Madrid: Alberto Corazon Ed., 1974.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SILVA, Marco Antônio da (org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1990.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Republicanism and federalism: um estudo da implantação da República brasileira (1889-1902)*. Brasília: Senado Federal, 1978.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1972.

TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1989.

WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

VISCARDI, Cláudia M. R. Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República. In: *Estudos Históricos, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 8, n. 15, p. 39-56, 1995*.

### **Bibliografia específica sobre o Estado do Espírito Santo**

ABREU, Carol et al. *Vitória: trajetórias de uma cidade*. Vitória: IHGES, 1993.

ABREU, Fernando. *Vergastas* [discursos]. Rio de Janeiro: [s.n.], 1930.

ACHIAMÉ, Fernando. *O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

AGUIAR, Audífax. *O Café no Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Alba, 1932.

ALMEIDA, Amylton de. *Carlos Lindenberg: um estadista e seu tempo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

AMORIM, Joaquim Pires de. A trajetória dos partidos políticos capixabas até 1930. In: *Revista do Instituto Jones dos Santos Neves*, Vitória, n. 1, jan./mar. 1986.

\_\_\_\_\_. *Um dos primeiros habitantes de Cachoeiro*. 2 ed. Cachoeiro de Itapemirim: Tipografia Vitória, 1966.

ASSIS, Francisco Eujênio de. *Síntese da história da cidade de São Mateus*. Vitória: Imprensa Oficial, 1946.

AURICH, Carlos Henrique. *Introdução à história de Itaguaçu*. Itaguaçu: [s.n.], 1958.

BALESTRERO, Heribaldo Lopes. *Subsídios para o estudo da geografia e da história do município de Viana*. Vitória: [s.n.], 1951.

BASÍLIO, Marcello Antônio de Souza. *A vida e a obra de Muniz Freire*. Vitória: [s.n.], 1961.

BEZERRA, Omyr Leal. *Cariacica: resumo histórico*. Vitória: Edições Renato Pacheco, 1951.

BICHARA, Terezinha Tristão. *História do poder legislativo do Espírito Santo (1835-*

- 1889). 2 v. Vitória: Leoprint, 1984.
- BRAVO, Carlos Magno Rodrigues. *Nossas raízes: o Alegre até o ano de 1920, fatos e biografias*. Alegre: [s.n.], 1998.
- \_\_\_\_\_. *Resgate histórico do governo municipal do Alegre (1891-1920)*. Alegre: Fundação Banco do Brasil; Prefeitura Municipal de Alegre, 1998.
- CALIXTE, Marien. *Florentino Avidos, um homem à frente de seu tempo*. Vitória: Ed. Cidade Alta, 1998.
- CALMON JÚNIOR, Lastênio. *Vultos, fatos e lendas linharenses*. Linhares: Prefeitura Municipal de Linhares, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Um pouco de história de Linhares e Colatina*. Linhares: [s.n.], 1949.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. *A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória*. Vitória: Flor & Cultura, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O Novo Arrabalde: aspectos da formação urbana de Vitória*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- CAPRINI, Aldieris B. Amorim. *O comércio como propulsor do poder político em Ico-nha: o coronel Antônio Duarte (1889-1915)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em História, Vitória, 2007.
- CASTRO, Leandra Passini de. *Fraga, fragata, fragou: a família Fraga em Muqui*. Vitória: [s.n.], 1990.
- CHEQUER FILHO, Namy. *A revolta do Xandoca, desafio à oligarquia Monteiro*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em História, Vitória, 2007.
- CLÁUDIO, Afonso (Afonso Cláudio de Freitas Rosa). *História da literatura espírito-santense*. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox, 1981.
- \_\_\_\_\_. *História da Propaganda Republicana no Estado do Espírito Santo*. Vitória: IHGES, 2002.
- DEMONER, Sônia M. *História da Polícia Militar do Espírito Santo (1835-1985)*. Vitória: Imprensa Oficial do Estado, 1985.
- DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.
- ELTON, Elmo. A casa azulejada da Serra e os Barbosa Leão. In: *Revista do Instituto Jones dos Santos Neves*, Vitória, n. 1, jan./mar. 1985.
- ESPÍRITO SANTO (estado). Assembleia Legislativa. *O Espírito Santo na Revolução de*

30. Vitória: Imprensa Oficial do Estado, 1980.
- ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria da Fazenda. *Estatística de Exportação do Espírito Santo em 1926*. Vitória: Imprensa Oficial, 1927.
- \_\_\_\_\_. *Estatística de Exportação do Espírito Santo em 1927*. Vitória: Imprensa Oficial, 1928.
- FERRAZ, Manoel P. *Alegre, a terra e o povo: resenha histórica*. Alegre: Jornal Mensagem Editora, 1996.
- FERREIRA, Manoel Milagres. *Histórico do município de Baixo Guandu (Espírito Santo)*. Vitória: Imprensa Oficial, 1958.
- FREIRE, José de Melo C. Muniz. *Cartas a S. M. o Imperador*. 2 ed. Vitória: IHGES, 2012.
- FREIRE, Mário Aristides. A República no Espírito Santo. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, n. 12, nov. 1939.
- GURGEL, Antônio de Pádua et al. *Dr. Carlos, um homem do campo e sua relação com o poder*. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria, 2000.
- LIMA, Dijairo Gonçalves. *Vila Velha: seu passado e sua gente*. Vila Velha: [s.n.], 2002.
- MARINS, Antônio. *Minha terra e meu município*. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1920.
- MEDINA, Grinalson Francisco. *História do antigo município de São Pedro de Itabapoana, estado do Espírito Santo: páginas de nossa terra 1534-1931*. [s.l.]: [s.n.], [1932?].
- MENDONÇA, Paulo Henriques de. *Muqui, cidade menina (1850-1989)*. Vitória: Sagraf Artes Gráficas, 1989.
- MIRANDA, Naly da Encarnação. *Comentários históricos da Serra*. Serra: [s.n.], 1990.
- \_\_\_\_\_. *Reminiscências da Serra: 1556-1963*. Serra: [s.n.], 1984.
- MORAES, Ormando. *História dos bancos no Espírito Santo*. Vitória: IHGES, 1992.
- NARDOTO, Eliezer; LIMA, Herinéa. *História de São Mateus*. São Mateus: Editora Atlântica, 1999.
- NEVES, Getúlio Marcos Pereira (org.). *Textos de história militar do Espírito Santo*. Vitória: IHGES; Grafitusa, 2008.
- NEVES, Graciano dos Santos. *A doutrina do engrossamento: tratado irônico da bajulação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Flores & Mano, 1935.
- NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, [1969?].
- \_\_\_\_\_. *Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.

\_\_\_\_\_. *Um bispo missionário: Dom Fernando de Souza Monteiro*. Vitória: Escola Técnica de Vitória, 1951.

O CASO do Espírito Santo: como nasceu, resistiu e venceu a candidatura Nestor Gomes. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal do Comércio*, 1920.

O CASO do Espírito Santo: pela verdade, pela justiça e pela moralidade do regime. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal do Commercio*, 1920.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2 ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

PEREIRA, Heráclito Amâncio. A imprensa no Espírito Santo. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, n. 3, 1922; n. 4, 1925; n. 5, 1926; n. 6, 1929.

\_\_\_\_\_. *Homens e cousas espírito-santenses*. Vitória: Artes Gráficas, 1914.

\_\_\_\_\_. Propaganda republicana no Espírito Santo. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, n. 12, 1939.

RAMBALDUCCI, Ney Costa. *Muqui, passado de glória, futuro de esperança*. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda., 1991.

REIS, Carlos. *O Estado do Espírito Santo em 1910*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1910.

RIBEIRO, Domingos Ubaldo Lopes. *Município de Cachoeiro de Itapemirim: suas terras, suas leis, seu processo, sua gente*. Rio de Janeiro: Ed. Patronato, 1928.

ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo – 1850-1930*. Vitória: NEP – Departamento de Economia – UFES, 1983.

SALETTTO, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996.

SANTOS, Adilson Silva. *Um republicano histórico no Espírito Santo da Primeira República: a carreira de Bernardo Horta de Araújo (1887-1913)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em História, Vitória, 2009.

\_\_\_\_\_. Cachoeiro de Itapemirim na Primeira República: eleições e composição do governo municipal (1914-1930). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, v. 71, p. 129-160, 2015.

SCHWARZ, Francisco. *O município de Santa Leopoldina*. Vitória: Traço Certo, 1992.

- SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarro. *O desenvolvimento do porto de Vitória (1870-1940)*. Vitória: CODESA/UFES, 1984.
- SOARES, Renato Viana. *A Escola Ativa antropofágica que a “Revolução” de 30 comeu*. São Paulo: [s.n.], 1998.
- TEIXEIRA, Fausto. *Colatina, ontem e hoje*. Colatina: Tipografia Comercial, 1974.
- TEIXEIRA, Pedro. *Apiacá, a história de um povo e sua terra capixaba*. [s.l.]: [s.n.], 2001.
- \_\_\_\_\_. *São José do Calçado, a saga de uma raça capixaba*. [s.l.]: [s.n.], 1989.
- VASCONCELLOS, João Gualberto M. *A invenção do coronel*. Vitória: Ufes/SPDC, 1995.
- VASCONCELLOS, José Cândido de. Governos Espírito-Santenses. *In: Vida Capichaba*, Vitória, ano VI, n. 131-133, 1928.
- VENTORIM, Luciano. *Itarana: 1882-1964*. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, 1990.
- WANICK, Flávio Calmon. *Aristeu de Aguiar, um presidente atropelado pela história: a política e a economia capixabas nos anos 1928 a 1930*. Vitória, Flor & Cultura, 2009.
- ZORZAL E SILVA, Marta. *Espírito Santo: estado, interesses e poder*. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.
- ZUNTI, Maria Lúcia Grossi. *Panorama histórico de Linhares*. Linhares: [s.n.], 1982.

1º **Relato do Cavalheiro Carlo Nagar Cônsul Real em Vitória:** o estado do Espírito Santo e a imigração italiana (fevereiro 1895). Carlo Nagar, 1995.

2º **Projeto de Um Novo Arrabalde, 1896.** Edição Fac-similar. Francisco Saturnino Rodrigues de Britto, 1996.

3º **Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585–1822).** João Eurípedes Franklin Leal (org.), 1998.

4º **Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas:** o início da colonização do Espírito Santo. Nara Saletto, 1998.

5º **Viagem à Província do Espírito Santo:** imigração e colonização suíça, 1860. Johann Jakob von Tschudi, 2004.

6º **Colônias Imperiais na Terra do Café:** camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras (1874–1900). Renzo M. Grosselli, 2008.

7º **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo.** 3ª edição. Levy Rocha, 2008.

8º **História do Estado do Espírito Santo.** 3ª edição. José Teixeira de Oliveira, 2008.

9º **Os Capixabas Holandeses:** uma história holandesa no Brasil. Ton Roos e Margje Eshuis, 2008.

10º **Pomeranos Sob o Cruzeiro do Sul:** colonos alemães no Brasil. Klaus Granzow, 2009.

11º **Carlos Lindenberg:** um estadista e seu tempo. Amylton de Almeida, 2010.

12º **Província do Espírito Santo:** sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. 2ª edição. Basílio Carvalho Daemon, 2010.

13º **Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas:** o início da colonização do Espírito Santo. 2ª edição revisada. Nara Saletto, 2011.

14º **Viagem ao Espírito Santo, 1888.** Princesa Teresa da Baviera. Julio Bentivoglio (org.), 2013.

15º **Fazenda do Centro:** imigração e colonização italiana no sul do Espírito Santo. Sérgio Peres de Paula, 2013.

- 16° **Tropas & Tropeiros**: o transporte a lombo de burros em Conceição do Castelo. Armando Garbelotto, 2013.
- 17° **Nossa Vida no Brasil**: imigração norte-americana no Espírito Santo (1867–1870). Julia Louisa Keyes, 2013.
- 18° **Viagem pelas Colônias Alemãs do Espírito Santo**: a população evangélico-alemã no Espírito Santo: uma viagem até os cafeicultores alemães em um estado tropical do Brasil. Hugo Wernicke, 2013.
- 19° **Imigrantes Espírito Santo**: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Cilmar Franceschetto (org.), Agostino Lazzaro, 2014.
- 20° **Italianos**: base de dados da imigração italiana no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Cilmar Franceschetto (org.), Agostino Lazzaro, 2014.
- 21° **Índios Botocudos do Espírito Santo no Século XIX**. Paul Ehrenreich (org.), Julio Bentivoglio, 2014.
- 22° **Negros no Espírito Santo**. 2ª edição. Cleber Maciel, Osvaldo Martins de Oliveira (org.), 2016.
- 23° **Raízes da Imigração Alemã**: história e cultura alemã no estado do Espírito Santo. Helmar Rölke, 2016.
- 24° **Jerônimo Monteiro**: sua vida e sua obra. 2ª edição. Maria Stella de Novaes, 2017.
- 25° **Espírito Santo Indígena**: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860. Vânia Maria Losada Moreira, 2017.
- 26° **Sobre Política Capixaba na Primeira República**. Nara Saletto, 2018.
- 27° **Viagens à Capitania do Espírito Santo**: 200 anos das expedições científicas de Maximiliano Wied-Neuwied e Auguste Saint-Hilaire. 2ª edição revista e ampliada. Bruno Nascimento, 2018.

*Os volumes acima, entre outros documentos e obras raras em suporte digital, podem ser consultados no site do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, em formato PDF, no seguinte endereço:*

**[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)**

